

GABRIELA RIBEIRO LOURENÇO SILVA

DO CHÁ À SOJA

processo de Urbanização na
China sob um olhar brasileiro



Fan Wennan (China), 中国 2098: 欢迎回家 [China 2098: Bem-vindos ao lar], 2019-2022.

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Urbanismo

Orientador | Profº Dr. Cláudio Rezende Ribeiro

Janeiro | 2026

GABRIELA RIBEIRO LOURENÇO SILVA

DO CHÁ À SOJA
processo de Urbanização na China sob um olhar brasileiro

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Urbanismo

Orientador: Profº Dr. Cláudio Rezende Ribeiro

Junho
2026

CIP - Catalogação na Publicação

R586d Ribeiro Lourenço SilvaSilva, Gabriela
 DO CHÃ À SOJA: Processo de Urbanização na China
 sob um olhar brasileiro / Gabriela Ribeiro Lourenço
 SilvaSilva. -- Rio de Janeiro, 2026.
 110 f.

 Orientador: Cláudio Rezende Ribeiro.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo,
2026.

 1. China. 2. Brasil. 3. Urbanização Periférica.
4. Contradição. 5. Produção do espaço. I. Rezende
Ribeiro, Cláudio , orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

GABRIELA RIBEIRO LOURENÇO SILVA

DO CHÁ À SOJA
processo de Urbanização na China sob um olhar brasileiro

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Urbanismo

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Profº Dr. Cláudio Rezende Ribeiro
Programa de Pós-graduação em Urbanismo – PROURB-FAU-UFRJ

Profº Dr. Maria Paula Goncalves Lysandro de Albernaz
Programa de Pós-graduação em Urbanismo – PROURB-FAU-UFRJ

Prof. Dra. Hipólita Siqueira de Oliveira
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR-UFRJ

Dedico este trabalho à amizade e a sorte de ter tantas boas companhias na vida. Tantas pessoas estiveram ativamente comigo nessa caminhada que seria leviano mencionar algumas a despeito de outras, mas sem dúvida tenho quatro grandes amizades que não posso deixar de citar, dentre elas meu querido orientador Claudio Ribeiro, minha irmã Juliana, ao meu pai Zeferino e em especial a minha melhor amiga, parceira para todas as horas, minha mãe Aparecida.

但是我不能為這離開我的祖國

I saw tears on your face

Western life is dead

When we stand in Tian An Men Square

We can feel the happiness

(...)

Let's go east Let's go east

我不去 我是中國人呢

*Trecho da música Go East
da banda chinesa New Pants*

Tradução:

Mas eu não posso ir embora daqui, deixar minha pátria

Eu vi lágrimas no seu rosto

A vida ocidental está morta

Quando estamos na Praça da Paz Celestial

Podemos sentir a felicidade

(...)

Vamos para o Leste, vamos para o Leste

Eu não vou, Eu sou chinês

RESUMO

Este trabalho investiga a urbanização chinesa contemporânea a partir de uma perspectiva histórico-crítica e comparativa, articulando contribuições teóricas oriundas do pensamento chinês e brasileiro. Parte-se da premissa de que as categorias tradicionalmente mobilizadas para explicar a urbanização, como rural e urbano, campo e cidade, avançado e atrasado, não se apresentam como oposições estanques, mas como expressões contraditórias de um mesmo processo histórico. Sob essa chave interpretativa, tanto a experiência brasileira de urbanização dissociada da industrialização quanto a trajetória chinesa de industrialização conduzida sem expansão urbana plena são compreendidas como formas específicas de organização socioespacial, marcadas por padrões distintos de desigualdade.

A análise articula reflexão teórica, leitura alegórica e investigação empírica, permitindo compreender a urbanização chinesa como um processo marcado pela coexistência de temporalidades, espacialidades e formas sociais heterogêneas. Essas formulações são articuladas às categorias clássicas da interpretação da urbanização periférica brasileira, especialmente aquelas elaboradas por Milton Santos (1993) e Francisco de Oliveira (1982; 2003). A comparação evidencia que, embora Brasil e China não tenham seguido os padrões históricos do Norte Global, suas trajetórias revelam combinações distintas entre Estado, território e trabalho. No caso chinês, destacam-se as políticas públicas como o sistema de registro residencial Hukou, a estratégia da Terceira Frente (三線建設), as Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), o Plano de regionalização do Plano Nacional para um Novo Tipo de Urbanização (NNUP) e o controle estatal da terra como instrumentos centrais de regulação da mobilidade populacional, do uso do território e da reprodução da força de trabalho. Tais mecanismos permitiram uma acumulação industrial acelerada, ao mesmo tempo em que produziram assimetrias entre áreas urbanas e rurais.

A dimensão vivida dessas contradições é apreendida por meio da análise de quatro produções cinematográficas chinesas, sendo elas: Banhos (1999), Dead Pigs (2018), Last Train Home (2009) e Whose Utopia (2006), tratadas como dispositivos analíticos e não como ilustrações. Os filmes revelam, em diferentes escalas, os

impactos da urbanização acelerada sobre o trabalho migrante, os vínculos familiares, a mercantilização da terra e a reorganização do tempo social, evidenciando a porosidade das fronteiras entre urbano e rural e tensionando leituras baseadas em noções fixas de marginalidade. Essa leitura teórica e alegórica é aprofundada por uma análise empírica da distribuição espaço-temporal de variáveis econômicas e demográficas no Brasil e na China, evidenciando que a urbanização não pode ser compreendida como simples resultado do crescimento econômico. Os resultados indicam que a urbanização chinesa, assim como a brasileira, deve ser compreendida como um processo contraditório, historicamente situado e territorialmente produzido, no qual diferentes formas de vida, regimes de trabalho e usos do espaço coexistem de maneira desigual. Ao integrar reflexão teórica, análise simbólica e investigação empírica, o estudo reforça a necessidade de abordagens não universalizantes para a compreensão da urbanização no Sul Global, capazes de articular políticas públicas, economia política e produção do espaço, reconhecendo a contradição como elemento constitutivo da realidade concreta.

Palavras-chave: China; Brasil; Urbanização Periférica; Contradição; Produção do espaço.

ABSTRACT

This study investigates contemporary Chinese urbanization from a historical-critical and comparative perspective, articulating theoretical contributions from Chinese and Brazilian thought. It is grounded in the premise that categories traditionally mobilized to explain urbanization—such as rural and urban, countryside and city, advanced and backward—should not be understood as fixed oppositions, but rather as contradictory expressions of a single historical process. From this interpretive standpoint, both the Brazilian experience of urbanization dissociated from industrialization and the Chinese trajectory of industrialization pursued without full urban expansion are understood as specific forms of socio-spatial organization, each marked by distinct patterns of inequality.

The analysis integrates theoretical reflection, allegorical reading, and empirical investigation, enabling an understanding of Chinese urbanization as a process characterized by the coexistence of heterogeneous temporalities, spatialities, and social forms. These formulations are articulated with classical categories developed in Brazilian interpretations of peripheral urbanization, particularly those proposed by Milton Santos (1993) and Francisco de Oliveira (1982; 2003). The comparison reveals that, although Brazil and China did not follow the historical trajectories of the Global North, their development paths display distinct combinations of state action, territory, and labor. In the Chinese case, public policies such as the household registration system (*Hukou*), the Third Front strategy (三線建設), the Special Economic Zones (SEZs), the regionalization guidelines of the National New-Type Urbanization Plan (NNUP), and state control over land emerge as central instruments for regulating population mobility, territorial use, and the reproduction of labor power. These mechanisms enabled rapid industrial accumulation while simultaneously producing asymmetries between urban and rural areas.

The lived dimension of these contradictions is examined through the analysis of four Chinese cinematic works—*Shower* (1999), *Dead Pigs* (2018), *Last Train Home* (2009), and *Whose Utopia* (2006)—treated as analytical devices rather than mere illustrations. Across different scales, the films reveal the impacts of accelerated

urbanization on migrant labor, family ties, land commodification, and the reorganization of social time, highlighting the porous boundaries between urban and rural spaces and challenging interpretations based on fixed notions of marginality. This theoretical and allegorical reading is further deepened by an empirical analysis of the space–time distribution of economic and demographic variables in Brazil and China, demonstrating that urbanization cannot be understood as a simple outcome of economic growth. The findings indicate that Chinese urbanization, like its Brazilian counterpart, should be understood as a contradictory, historically situated, and territorially produced process, in which different ways of life, labor regimes, and uses of space coexist unevenly. By integrating theoretical reflection, symbolic analysis, and empirical investigation, the study reinforces the need for non-universalizing approaches to urbanization in the Global South—approaches capable of articulating public policies, political economy, and the production of space, while recognizing contradiction as a constitutive element of concrete reality.

Keywords: China; Brazil; Peripheral urbanization; Contradiction; Production of space.

ÍNDICE

Figura 1 - Mapa graduado indicando as exportações chinesas pelo mundo em 1995.....	16
Figura 2 - Mapa graduado indicando as exportações chinesas pelo mundo em 2021.....	16
Figura 3 - Mapa graduado indicando as importações brasileiras pelo mundo em 1995.....	18
Figura 4 - Mapa graduado indicando as importações brasileiras pelo mundo em 2021.....	18
Figura 5 - Liu Hongjie (China), Horizonte, 2021.	24
Figura 6 - Sede da China Central Television (CCTV) em Pequim. OMA / Rem Koolhaas. ..	28
Figura 7 – Visão panorâmica da Factory 238 in 2019, província de Hubei.	34
Figura 8 - População urbana e população rural na China de 1949 à 2023.	36
Figura 9 - População urbana e população rural no Brasil de 1950 à 2022.	36
Figura 10 - Charge de Henfil sobre a propriedade na China	38
Figura 11 - Liu Xiaodong (China), Belief [Crença], 2012.	41
Figura 12 - Pan Jianglong (潘江龙), Ao leste do Saara (撒哈拉以东), 2017.	45
Figura 13 - Trecho do filme Banhos (1999) de Zhang Yang em que mostra o pai conversando com um dos frequentadores do banho público no subúrbio de Pequim.	51
Figura 14 - Trecho do filme Banhos (1999) de Zhang Yang em que mostra o irmão mais novo utilizando um sistema com chuveiros automatizados em Shenzhen.....	51
Figura 15 - Trechos do filme Dead Pigs (2018) de Cathy Yan em que mostra transformações urbanas de Xangai.....	53
Figura 16 - Trechos do filme Last Train Home (2009), dirigido por Lixin Fan, em que mostra o fenômeno do retorno de parte da população às suas províncias natal durante o Ano Novo Chinês.	56
Figura 17 - Trecho do curta-metragem Whose Utopia de Cao Fei (2006)	57
Figura 18 - Repousando em Changzhou, Wang Tiande.....	62
Figura 19 - Mapa para localização das províncias e melhor leitura dos gráficos constantes no presente capítulo.....	64
Figura 20 - Brasil 1500 - 1996, 1996, Anna Bella Geiger	66

Figura 21 - Taxa de urbanização no Brasil por estado ao longo dos anos 1950, 1960, 1970, 1980, 1990, 2000. Elaborado pela autora com dados do IBGE (2025) através de única classificação para ambos os anos no modo quebra natural (Jenks) com aproximações para fins de comparação com a China.	68
Figura 22 - Taxa de urbanização no Brasil por estado em 2010. Elaborado pela autora com dados do IBGE (2025) através de única classificação para ambos os anos no modo quebra natural (Jenks) com aproximações para fins de comparação com a China.	69
Figura 23 - Desenvolvimento das regiões da “Terceira Frente” na China continental de 1964 a 1983 (imagens originais de Chinese National Geography, redesenhadas por Tan (2021).	73
Figura 24 – Master Plan do Red Satellite Central Village, Daqing Design Institute, 1964 (original map by Daqing Design Institute, redesenhado por HOU Li, ‘Building for oil’).....	75
Figura 25 - Taxa de urbanização (%) na China por província ao longo dos anos 2005, 2010, 2015, 2020 e 2023. Elaborado pela autora com dados do NBS (2025) através de única classificação para ambos os anos no modo quebra natural (Jenks).....	78
Figura 26 - Plano de regionalização do Plano Nacional para um Novo Tipo de Urbanização [NNUP]	80
Figura 27 - (a) Mapa da localização geográfica do Cinturão Econômico do Rio Yangtse na China; (b) mapa da distribuição das regiões a montante, médio curso e jusante do Rio Yangtse. YANG (2022)	81
Figura 28 - PIB (yuan/hab) na China por província ao longo dos anos 2000, 2005, 2010, 2015, 2020 e 2023. Elaborado pela autora com dados do NBS (2025) através de classificação no modo quebra natural (Jenks).....	85
Figura 29 - A evolução geográfica do experimento das Zonas Econômicas Especiais (ZEE). WANG (2013) apud NOVA (2023)	87
Figura 30 - Valor agregado no setor da Construção Civil (yuan/hab) na China por província ao longo dos anos 2000, 2005, 2010, 2015, 2020 e 2023. Elaborado pela autora com dados do NBS (2025) através de classificação no modo quebra natural (Jenks).....	89
Figura 31 - Valor agregado no setor da Agricultura (yuan/hab) na China por província ao longo dos anos 2000, 2005, 2010, 2015, 2020 e 2023. Elaborado pela autora com dados do NBS (2025) através de classificação no modo quebra natural (Jenks).....	92
Figura 32 - PIB (R\$ 1.000/hab) no Brasil por estado ao longo dos anos 2000, 2005, 2010, 2015, 2020 e 2021. Elaborado pela autora com dados do IPEADATA (2025) através de classificação no modo quebra natural (Jenks).....	95
Figura 33 - “Chá da Tarde” (Shi Xinning, 2004). Obra exposta na mostra ChinaArteBrasil (Oca, São Paulo, 2014).....	97

SUMÁRIO

QUEM QUER SABER DE CHINA?	14
CAPÍTULO 1: De fora para dentro: Processo de urbanização chinês e as dinâmicas de destruição e reconstrução	24
Trabalho, industrialização e urbanização no Brasil e na China	31
“Industrialização sem urbanização”	34
Propriedade da terra na China	38
“Industrialização sem urbanização” e propriedade pública: impactos nas relações de trabalho na China	41
CAPÍTULO 2: A materialidade no espaço alegórico	45
Construção da subjetividade através do objetivo cinema chinês	50
CAPÍTULO 3: Políticas públicas no tempo e no espaço	62
Espacialização do processo de urbanização ao longo do tempo: China x Brasil	66
Desenvolvimento desigual e distribuição espaço-temporal de variáveis econômicas	83
CAPÍTULO 4: Chá com soja: Aproximações teóricas	97
REFERÊNCIAS	104

QUEM QUER SABER DE CHINA?

A busca por estudar o processo de urbanização chinês surge em meio a conversas, cafés e sorrisos. Como se conversas bem humoradas fosse o bom caminho para compreender melhor o mundo. Não à toa o maior estímulo para o presente estudo foi o livro Henfil na China (antes da Coca-Cola), o bem humorado Henfil fez do seu diário de viagem um acalanto para os meus dias pandêmicos, revelando um olhar amistoso e divertido sobre uma realidade distante. Neste contexto, fazer parte Coletivo de estudos sobre Urbanismo e Periferia, o PERIFAU, ligado ao Laboratório de Direito e Urbanismo (LADU) do PROURB-FAU-UFRJ e posteriormente do grupo de pós-graduação orientado pelo Prof.º Cláudio Rezende Ribeiro também no PROURB foi e ainda é estar em um palco cheio de graça enquanto aprendo que para estar no meio acadêmico é necessário enfrentar barreiras epistemológicas e construir nossa própria linguagem.

Este trabalho parte da necessidade de buscar condições de interpretação da urbanização chinesa, compreendendo suas determinantes principais para perceber as possíveis aproximações com a urbanização brasileira. Somente a partir da construção de um terreno seguro de análise crítica, construindo diálogos possíveis com conceitos e categorias clássicas de interpretação da urbanização brasileira, seria possível estabelecer pesquisas mais rígidas e robustas a respeito do fenômeno da urbanização chinesa de modo a contribuir também com o fortalecimento do arcabouço crítico brasileiro. Para que esta tarefa se torne mais adequada, é preciso experimentar uma aproximação entre a urbanização chinesa e a brasileira com o intuito de construir

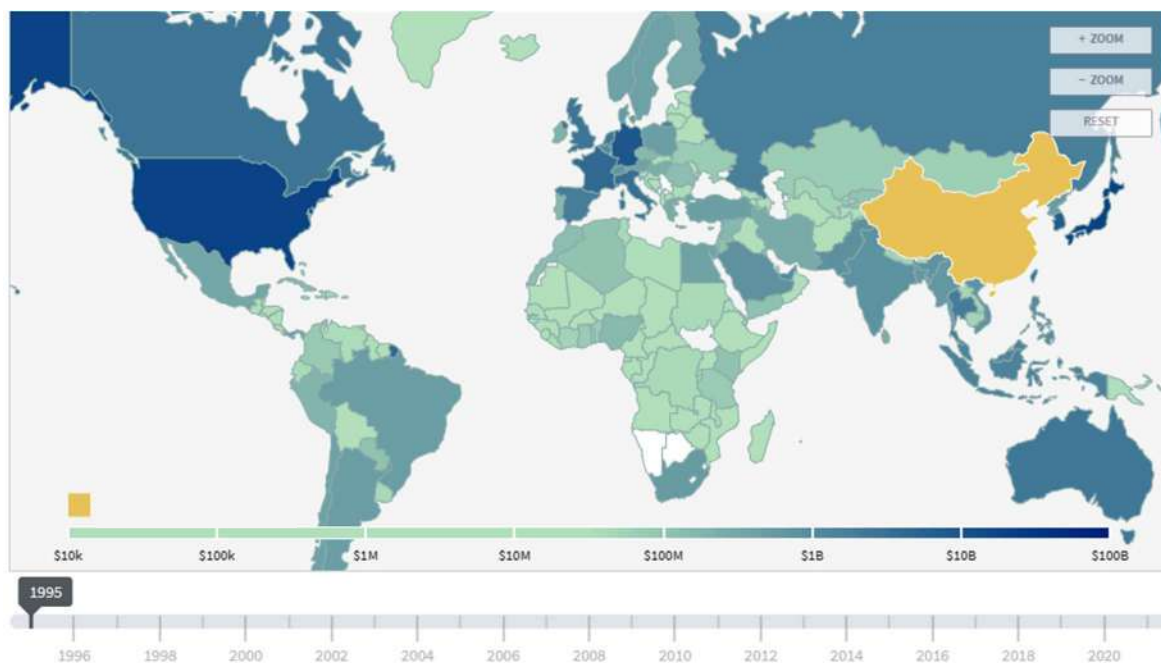
diálogos possíveis com conceitos e categorias clássicas de interpretação da urbanização brasileira.

Em primeiro lugar, é importante demarcar que a urbanização chinesa não é um fenômeno apartado da urbanização planetária. O processo de urbanização é um processo histórico e carrega diversos significados, por vezes silenciados. Tais silêncios são sobrepostos por pensamentos únicos e absorvidos por interpretações que dialogam com perspectivas apartadas. Este trabalho pretende tecer perspectivas que utilize fios diversos e transversais. E para isso a discussão atravessará, por exemplo, espectros econômicos, históricos, geográficos utilizando como ferramenta o levantamento e espacialização de dados, buscando a compreensão de políticas públicas através também da análise de obras cinematográficas.

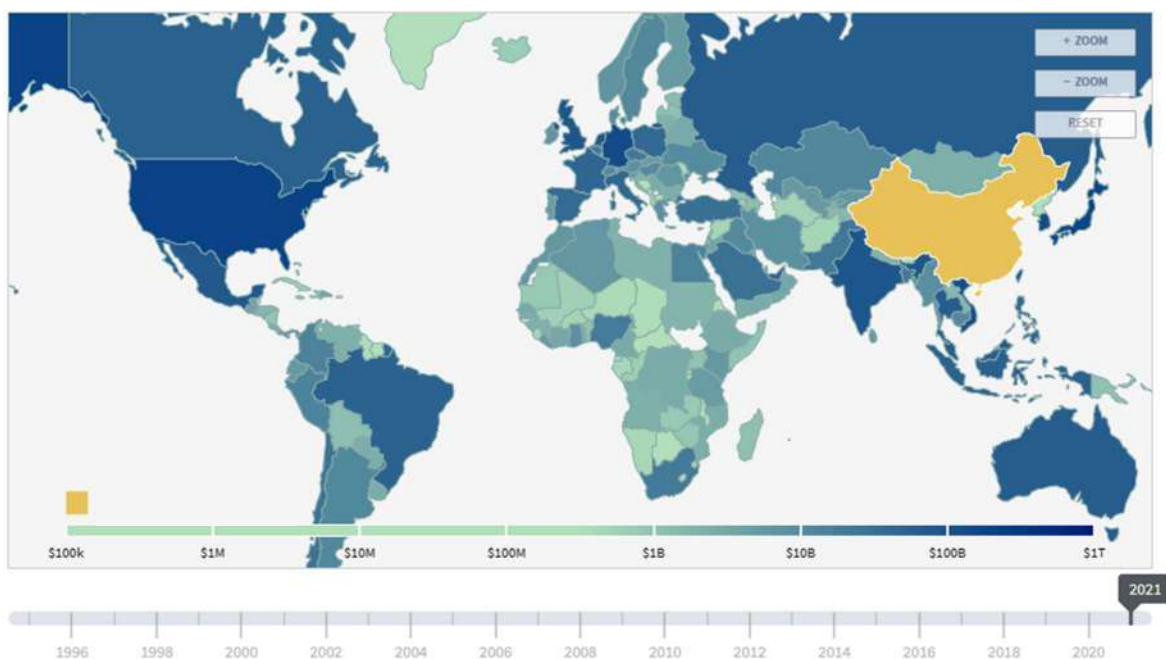
A China possui uma cultura milenar a qual experimentou diversas formas de organização social. Uma discussão que se propõe transversal deve levar em conta o papel destas formas na construção de marcos temporais como a Revolução Chinesa (1949) e posterior Revolução Cultural (1966-1976) por entender que esses definem a organização do espaço ao longo do tempo que os precede.

Esta articulação, entretanto, não se dá de forma isonômica, posto que a China, hoje em dia, exerce um papel de poder cada vez mais central nas relações econômicas com o Brasil, indicando uma relação heterônoma que pode guardar relações com a desigualdade produzida pela dependência histórica do país com as nações do norte global.

Podemos observar a crescente presença de bens manufaturados chineses nas importações brasileiras e em contrapartida o Brasil apenas exporta principalmente soja em grãos e minério de ferro para a China (GARCIA, 2020).



*Figura 1 - Mapa graduado indicando as exportações chinesas pelo mundo em 1995
[totalizam 205 bilhões de dólares]
Atlas of Economic Complexity. Harvard (2023)*



*Figura 2 - Mapa graduado indicando as exportações chinesas pelo mundo em 2021.
[totalizam 3,36 trilhões de dólares]
Atlas of Economic Complexity. Harvard (2023)*

Segundo Ana Garcia (2020) a entrada de investimentos provenientes da China no Brasil tem sido delineada em diferentes fases. Inicialmente, o primeiro momento, datado de 2010, foi caracterizado pelo investimento em atividades relacionadas ao

comércio de commodities, que são os principais produtos exportados para o mercado chinês. Em seguida, entre os anos de 2011 e 2013, o segundo momento registrou uma mudança de foco, com os investimentos se concentrando no setor industrial. Esse redirecionamento se deu em resposta ao interesse demonstrado por empresas chinesas no mercado de consumo interno brasileiro, particularmente nos segmentos automotivo e de eletroeletrônicos. À medida que o tempo avançava, uma terceira fase começou a se delinear a partir de 2013, caracterizada pelo ingresso das empresas chinesas no setor de serviços. Especificamente, observou-se um interesse crescente no setor de serviços financeiros, incluindo o estabelecimento de bancos de origem chinesa no país. Por fim, a fase mais recente, a partir de 2014, testemunhou um influxo massivo de investimentos chineses em setores cruciais da economia brasileira, como energia, agronegócio e infraestrutura. Esses investimentos abarcam tanto a produção quanto a transmissão de energia elétrica, consolidando a presença chinesa em áreas estratégicas da economia nacional. Apesar da diversificação observada nos últimos anos, destaca-se que o setor energético permanece como o principal foco de investimentos chineses no Brasil.

Contudo o gigante asiático também ampliou ao longo do tempo seus investimentos em diversos outros países, a relação entre a Figura 1 e a Figura 2 elucida essa informação proporcionando uma análise espacial da importação de produtos e serviços chineses pelo mundo. Enquanto em 1995 a exportação de produtos e serviços chineses totalizava 205 bilhões de dólares, em 2021, totalizam 3,36 trilhões de dólares. Essa relevância também pode resultar no poder de influência que a China acumula em diversos setores produtivos em países como o Brasil.

E quando se trata das importações de produtos e serviços que o Brasil realizou no decorrer do tempo no intervalo de 1995 e 2021 como observado na relação entre a Figura 3 e a Figura 4 a China passou a ser o principal país a exportar para o Brasil.

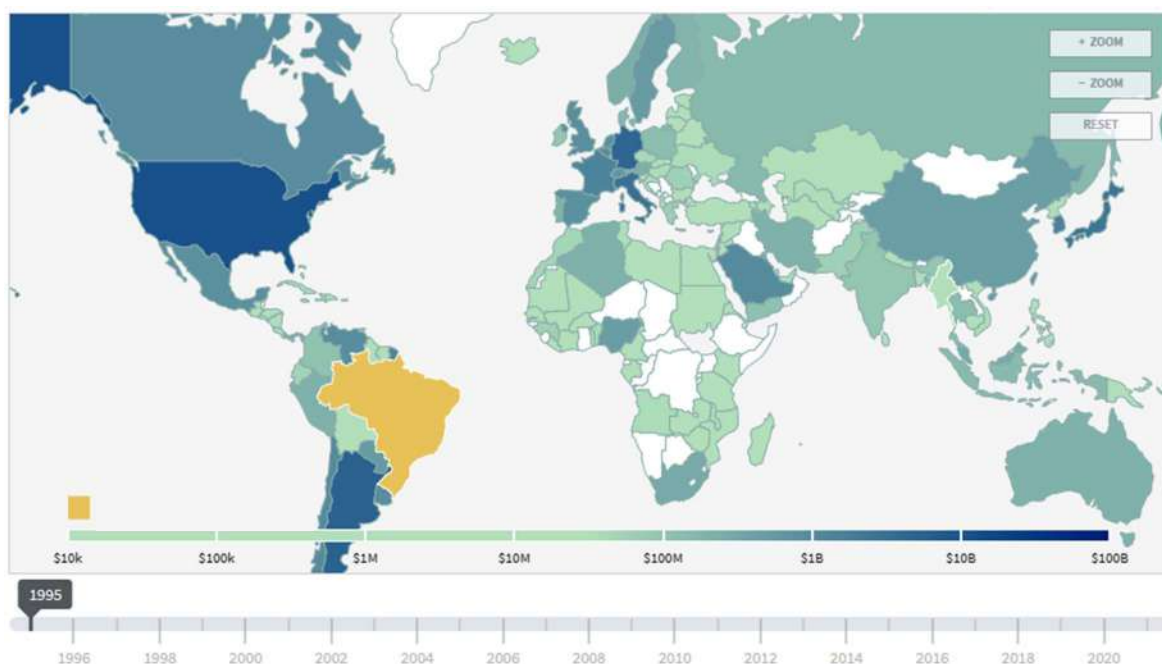


Figura 3 - Mapa graduado indicando as importações brasileiras pelo mundo em 1995.
[totalizam 50,1 bilhões de dólares]
Atlas of Economic Complexity. Harvard (2023)

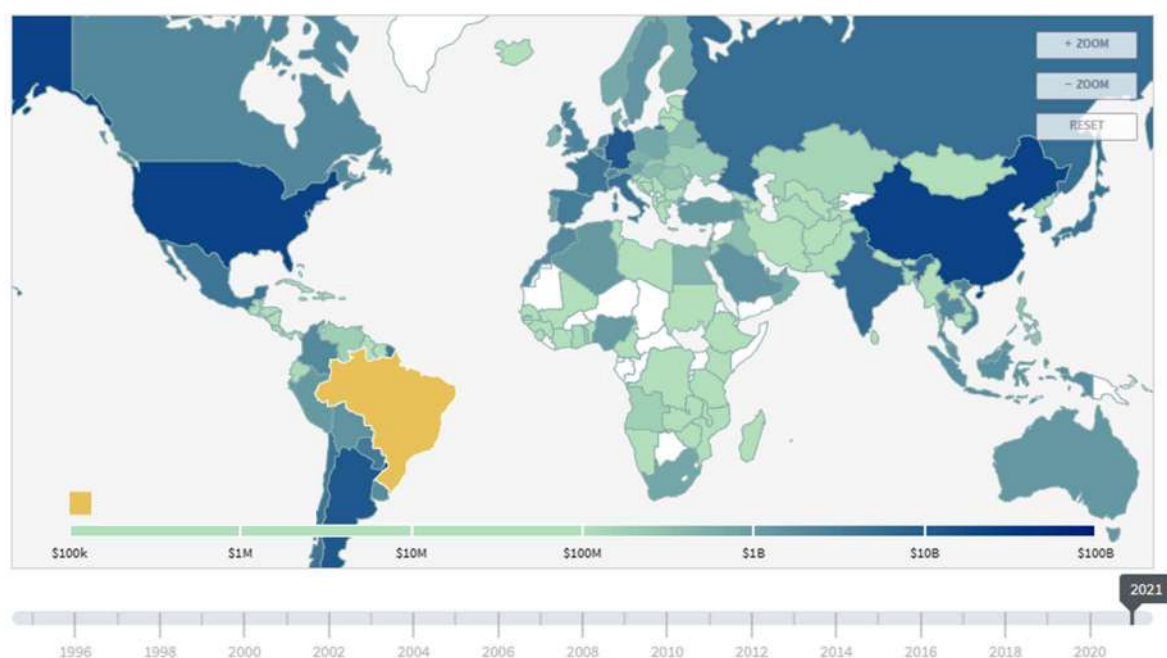


Figura 4 - Mapa graduado indicando as importações brasileiras pelo mundo em 2021.
[totalizam 235 bilhões de dólares em 2021]
Atlas of Economic Complexity. Harvard (2023)

E como observado por Milton Santos (1993) historicamente essa crescente dependência por investimentos estrangeiros é traduzida muitas vezes também na produção do espaço, resultando em uma paisagem fragmentada e direcionada à

conformação e ampliação de um mercado consumidor sem que haja necessariamente a adoção de planos que contemplem as reais necessidades da população.

Entretanto, ao considerar a complexidade dessa abordagem, será necessária uma aproximação histórico-teórica sobre tanto a urbanização chinesa quanto a brasileira, e nesse ponto o presente estudo se insere.

Para além das questões levantadas, a China tem sido objeto de estudo em uma variedade de campos acadêmicos, abrangendo desde economia e política até cultura e tecnologia. No entanto, ainda há poucos estudos que explorem o contexto chinês no âmbito da arquitetura e do urbanismo no Brasil. A relevância deste trabalho, portanto, também reside na sua contribuição para ajudar a preencher essa lacuna de pesquisa, possibilitando uma aproximação para análise crítica do processo de urbanização na China contemporânea.

Este estudo visa contribuir para a compreensão comparativa entre China e Brasil, no contexto contemporâneo, através da análise de categorias relacionadas à produção do espaço urbano e do urbanismo. A escolha por aproximar conceitos construídos por teóricos brasileiros e relacioná-los a teóricos chineses se fundamenta em duas razões principais. Em primeiro lugar, tais conceitos foram elaborados a partir da análise de espaços periféricos não ocidentais, refletindo uma compreensão do espaço urbano construída em relações externas ao centro. Apesar da ascensão da China como ator central no cenário global contemporâneo seu desenvolvimento não segue o padrão dos países do Norte Global. Tal característica também se aplica ao caso brasileiro que, a despeito de momentos históricos de protagonismo, permaneceu pertencendo ao grupo de países do Sul Global.

Em segundo lugar, tal aproximação por ser moldada pela sua análise da produção do espaço em contextos africanos, asiáticos e, especialmente, latino-americanos (com destaque para o Brasil), oferecem potencial para gerar análises e interpretações que facilitem o diálogo entre essas diferentes formações socioespaciais.

Esse processo, além de proporcionar uma análise madura a partir de um arcabouço teórico robusto, utilizando conceitos já estabelecidos e aplicado sobretudo em espaços latino-americanos, também é reconhece o fato de que as categorias de análise construídas por Milton Santos a partir da urbanização do Sul Global extrapolam esta condição específica e devem ser aplicadas em outras realidades, como no caso chinês.

No campo do urbanismo, também foram estudados textos de teóricos da história urbana do urbanismo chinês para identificar pontos de convergência e direcionamentos dos estudos urbanísticos sobre a China, com o objetivo de estabelecer diálogos teórico-conceituais. Este exercício se mostrou importante para facilitar a procura de caminhos possíveis de aproximação teórica e ampliar o campo de estudos sobre a urbanização produzida fora do eixo dos países do norte global.

O objetivo geral desta dissertação, portanto, é produzir um estudo preliminar no campo do urbanismo que contribua para uma instrumentalização teórico-histórica, possibilitando uma aproximação entre as diferentes realidades urbanas do Brasil e da China, visando fornecer chaves interpretativas para compreender o fenômeno global inexorável da urbanização chinesa.

No que tange à temporalidade para construir uma aproximação teórica sobre o desenvolvimento territorial da China nos dias atuais, foi estabelecido que o marco inicial do estudo será a implementação do sistema de registro residencial Hukou¹ que se deu na década de 50. Contudo, os objetivos específicos deste estudo abrangem uma análise detalhada de algumas dimensões do processo de urbanização chinês, e deste modo serão explorados três aspectos fundamentais para caracterizar a urbanização chinesa contemporânea.

O primeiro aspecto consiste em uma análise quantitativa, baseada na organização e interpretação de dados censitários disponíveis² como, por exemplo, população rural e urbana ao longo do tempo; produto interno bruto (PIB) por setor produtivo e por províncias chinesas (equivalente aos estados brasileiros). Essa abordagem quantitativa, em diálogo direto com as caracterizações realizadas por Milton Santos sobre a urbanização brasileira, permitirá estabelecer comparações gerais mais sólidas entre a urbanização chinesa e brasileira.

¹ O sistema de registro de residência Hukou organiza os cidadãos chineses com base em seu local de nascimento e residência, classificando-os como urbanos ou rurais, conforme sua ocupação, seja agrícola ou não agrícola (Ouriques, 2009; Nabuco, 2012; Cheng, 1994). Esse sistema assegura aos residentes registrados em sua localidade de origem o acesso a benefícios sociais, incluindo subsídios habitacionais, educação, assistência médica, previdência e seguro-desemprego. Contudo, tais benefícios são limitados ou restritos para aqueles que migram para cidades diferentes de sua área de registro (Ouriques, 2009; Cheng, 1994).

² Para o estudo serão utilizados os dados disponibilizados pelo órgão de referência chinês National Bureau of Statistics of China no seguinte site <<https://data.stats.gov.cn/english/index.htm>> estes estão traduzidos em inglês.

O segundo aspecto focaliza o fenômeno do sistema de registro Hukou como caso referência³ para fins de análise do presente estudo. Este sistema de registro de residência na China desempenha um papel crucial na regulação dos movimentos populacionais entre áreas urbanas e rurais. A análise do sistema Hukou será feita a partir de revisão bibliográfica sobre o tema, mas também segundo referências simbólico-estéticas a partir de produções audiovisuais e literatura recentes daquele país (ou sobre aquele país) que tenham a urbanização como parte significativa de sua temática, e, por fim, a partir de dados obtidos nos censos chineses que remetem ao fenômeno. Esta aproximação possibilitará uma compreensão mais profunda a respeito da urbanização chinesa e sua relação com a migração populacional. Para o presente estudo, interessa perceber a relação destas migrações com o fato urbanizador contemporâneo que caminha em dois sentidos, de um lado, uma população que migra para as cidades, de outro, uma urbanização que produz cidades sobre territórios rurais em escala inédita para a história global (HULSHOF, 2011). O entendimento deste fenômeno deverá permitir o estabelecimento de paralelos com a relação entre campo e cidade, incluindo o fenômeno das cidades agrícolas, no Brasil, conforme descrição clássica de Milton Santos (1993).

Por fim, o terceiro aspecto envolve uma análise de aproximação crítica do Plano Nacional para um Novo Tipo de Urbanização [NNUP] desenvolvido pelo governo Chinês em 2014. Este plano, vigente no período de 2014 a 2020, propôs diretrizes e políticas para orientar o desenvolvimento urbano no país. A avaliação crítica do plano permitirá compreender melhor o fenômeno da urbanização chinesa, alimentando o caso-referência sobre o sistema Hukou, além de indicar questões para serem desenvolvidas em estudos posteriores do campo do urbanismo sobre o tema da urbanização chinesa.

Esses objetivos específicos serão abordados através de dados e mapas produzidos sobre a urbanização dos países estudados e detalhada ao longo da pesquisa, visando contribuir para uma compreensão abrangente e embasada da urbanização contemporânea na China.

³ “A expressão “caso referência” foi usada pela primeira vez por Rosângela Cavallazzi na sua tese de doutoramento. É diferente de estudo de caso. Consiste em selecionar uma situação que funcione como base fática para a pesquisa teórica que se quer desenvolver. A descrição dos elementos do exemplo referência acompanham passo a passo a evolução do trabalho no sentido da comprovação da hipótese.” Ver A plasticidade na teoria contratual (1993) - Tese de doutorado - Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro. FONSECA, Maria Guadalupe Piragibe da. Iniciação à pesquisa no direito. [S. l.]: Campus Jurídico, 2009.

Este estudo adota uma abordagem metodológica embasada no materialismo histórico, em estreita relação com as contribuições de Milton Santos, com o propósito de estabelecer uma integração entre análises quantitativas e qualitativas. Inicialmente, a pesquisa parte de uma síntese quantitativa da recente transformação urbana no território chinês, que servirá como ponto de partida para este estudo. A partir dessa análise preliminar, o estudo se desdobra na aproximação do Hukou como caso referência, alimentado também pela exploração crítica inicial do Plano Nacional para um novo tipo de urbanização [NNUP], que serão de grande valia na compreensão das estratégias de governança urbana a nível nacional.

Para isso, serão consultados dados censitários que incluirão: população rural e urbana ao longo do tempo; produto interno bruto (PIB) por setor produtivo e por províncias chinesas (equivalente aos estados brasileiros) disponíveis no National Bureau of Statistics of China, os quais serão tratados por meio de georreferenciamento e análise estatística e comparados aos dados censitários brasileiros. Como resultado, acredita-se ser possível realizar aproximações com questões referentes à urbanização brasileira, com o intuito de aprofundar as ferramentas teóricas exploradas ao longo do estudo.

Além disso, um dos objetivos específicos da pesquisa⁴ é construir um repertório bibliográfico, artístico e audiovisual, composto por obras que abordam o tema do urbanismo sob uma perspectiva circunscrita, destinado a servir como referência para pesquisas futuras interessadas nessa temática, afim de enriquecer e subsidiar investigações posteriores sobre o processo de urbanização chinês.

O trabalho a seguir reforça um interesse que, seguramente, será crescente no campo do urbanismo. Esperamos que a contribuição deste trabalho ajude no diálogo teórico de modo a evitar interpretações que sejam feitas segundo chaves de interpretação inadequadas, "fora de lugar". No próximo capítulo o processo de urbanização chinês será abordado através de uma aproximação baseada em teóricos clássicos do urbanismo crítico mundial, após serão levantadas características do processo de urbanização brasileiro afim de introduzir questões centrais para compreender o processo chinês. Em seguida, no capítulo 2, com a finalidade de construir alegorias para fortalecer as discussões propostas neste estudo quatro produções do audiovisual chinês e conceitos intrínsecos à filosofia chinesa serão

⁴ Levando em consideração que esta é a primeira pesquisa sobre este tema no PROURB-UFRJ.

analisados em diálogo com o processo de urbanização chinês. Já o terceiro capítulo, munido de dados censitários brasileiros e chineses, apresenta uma discussão situada perante as alterações observada no espaço ao longo do tempo. Em seguida, encerramos a dissertação levantando algumas questões que surgiram a partir da trajetória desenvolvida nessa dissertação, tais questões possuem o objetivo de estimular e levantam a necessidade de que mais trabalhos sejam desenvolvidos para que no futuro seja possível respondê-las.

CAPÍTULO 1: De fora para dentro:

Processo de urbanização chinês e as dinâmicas de destruição e reconstrução



Figura 5 - Liu Hongjie (China), Horizonte, 2021.

*“A paisagem é motorizada.
O trem leva você para onde ele vai.
Pontes no meio da água.
Pessoas desgarradas em grandes vias de concreto, indo para o avião.
Não se esqueça de como vão aparecer seu chapéu quando você
estiver desaparecido.
Hora de acordar.
Mas é melhor nos acostumarmos com os sonhos”*

Poema “China” de Bob Oerelman apud Otilia Arantes (2011)

A interpretação da problemática urbana, segundo Lefebvre (2002), não deve ser fundamentada na suposição de que a urbanização seja simplesmente um resultado secundário do processo de industrialização, que submete a realidade urbana às demandas de um mundo supostamente coeso, desprovido de contradições e conflitos inerentes à lógica da mercadoria. Lefebvre (2002) argumenta que diferentes sociedades experimentam o período de revolução urbana de maneiras distintas, refletindo suas peculiaridades e abordagens singulares em relação à industrialização, tanto no passado quanto no presente.

Por sua vez, em 2006, Mike Davis observou que as cidades em rápida expansão nos países em desenvolvimento estão dando origem a novas e impressionantes redes, corredores e hierarquias urbanas. Ele aponta que a China se destaca como um caso singular entre esses países, adotando uma abordagem agressiva para o desenvolvimento urbano em uma escala suprarregional, modelada a partir das experiências de Tóquio-Yokohama e da região costeira leste dos Estados Unidos.

Nesse contexto, Davis (2006) sugere que, embora a China, por meio do eixo Tóquio-Xangai, esteja se aproximando da paridade com o eixo Nova York-Londres no controle dos fluxos globais de capital e informação, o custo dessa nova ordem urbana seria uma crescente desigualdade, tanto dentro das cidades de diferentes tamanhos e especializações econômicas quanto entre elas.

Dentro deste cenário, Arantes (2011) levanta a hipótese da utilização da máxima de Mao Zedong “sem destruir não se constrói, com a palavra destruir em mente já se está construindo” como um alibi para a explosão das cidades chinesas que se transformam em canteiros por toda a parte. E nesse constante processo de demolição e reconstrução, Arantes (2011) levanta preocupações com diversos atores e categorias que participam desse processo.

拆⁵

“Chaina, na pronúncia em inglês do nome deste país que parece ameaçar finalmente a liderança secular dos Estados Unidos, ao se reconstruir numa velocidade sem precedentes. Mas também Chai-na, em mandarim, que é “demolir aí”. Uma composição irônica adotada pelos opositores a atual política chinesa de terra arrasada, com os ideogramas que correspondem ao carimbo governamental – “demolir” – nos edifícios a serem evacuados e destruídos, sem qualquer tipo de apelação, acrescido da partícula designativa – “aí” – a apontar o próximo entulho.” (ARANTES, 2011)

O livro Chai-na de Otília Beatriz Fiori Arantes, como observado na citação acima, possui em seu título um símbolo do cuidado que deve-se ter ao abordar temáticas sobre a China, ele logo no início utiliza a questão da tradução como forma de compreensão da realidade o termo Chai-na, que embora na pronuncia nos remeta à pronuncia do nome do país em inglês, em mandarim significa “demolir aí”. Escolhido a dedo pela autora o termo tem por objetivo estabelecer múltiplas relações que auxiliem a compreensão de sua tese, desde a atribuição do sentido mais literal da tradução da palavra, a utilização do termo por grafiteiros, que segundo ela o reproduziram por toda a parte e até a semelhança da imposição da demolição do presente com vistas a construção de formas urbanas extremas, matéria amplamente discutida por ela no âmbito do pós-modernismo em países hegemônicos como os Estados Unidos por exemplo.

“A máxima de Mao Tse Tung – “sem destruir não se constrói, com a palavra destruir em mente já se está construindo” – que servira de álibi para a desurbanização do país ressuscitou, agora com sinal trocado: para a reconquista das antigas cidades e criação de novas, em princípio para abrigar uma população que não cessa de imigrar do campo, numa espécie de avalanche de proporções ciclópicas, com a mesma violência das conquistas, desde sempre predatórias, de terrenos alheios.” (ARANTES, 2011)

⁵ 拆 pode ser traduzido como *demolir* e está presente no livro de Otília Arantes (2011)

Na introdução desta questão ela se vale principalmente das teorias de Walter Benjamin e de sua importante colocação sobre a necessidade de se escovar a história a contrapelo para discutir as contradições encontradas na produção das formas urbanas que por vezes dialogam com paisagens oníricas com um passado recente radicalmente destoante do presente.

A contextualização deste debate por vezes se relaciona no texto com a utilização de diversas alegorias para representar essa constante destruição e também para inserir a discussão globalmente. Deste modo, Arantes (2011) faz uso de informações do imaginário cultural e coletivo, a exemplo da violência destrutiva de cidades em filmes como King Kong (1933), tratado como a personificação monstruosa do King Size americano⁶, lançado logo depois da crise de 29. Assim essa concepção de destruição se materializa também por meio da edificação do conjunto Rockefeller Center, por exemplo, em que a família Rockefeller em meio a crise destrutiva do crash da bolsa de valores de Nova York se beneficia, também do ponto de vista afetivo e simbólico.

Partindo do conjunto Rockefeller Center, e para elaborar sobreposições construtivas formais um dos exemplos que Otília Arantes se apropria é da sede da estatal CCTV, construída em 2012 em Pequim e assinada por Rem Koolhaas e Ole Sheeren, que formalmente produz o impacto de compor uma nova camada estética, mas diferente das cidades americanas em que parte de coalizões entre o setor privado, políticos e grupos midiáticos, o contexto chinês, segundo ela, na Era das Reformas, a máquina de crescimento é movida pela competição entre diferentes segmentos da burocracia do Estado Chinês. E, portanto, a sede da estatal CCTV que pretende competir, em nível e amplitude, com a BBC expõe a estratégia chinesa da busca por um poder que não se afirme apenas por armas, mas sim por imagem, tratado por ela como soft power.

⁶ No filme o King Kong, enquanto figura monstruosa e gigante, é interpretado como uma alegoria do capitalismo exacerbado e suas contradições, que levaram à crise de 29. A expressão "King Size americano" sugere a grandiosidade e o excesso associados ao estilo de vida e às aspirações americanas, enquanto o filme captura o impacto destrutivo e o desejo de dominação inerentes à lógica capitalista da época (ARANTES, 2011). No entanto, há outras interpretações para o filme, que dizem respeito à questão colonial e racializada do cinema estadunidense, que reconhecemos como válidas mas não serão abordadas neste estudo por fugir do escopo do debate desta dissertação..



Figura 6 - Sede da China Central Television (CCTV) em Pequim. OMA / Rem Koolhaas.
Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/01-49870/sede-cctv-oma>

Outra diferença entre o Rockefeller Center e a sede da CCTV é o contexto histórico em que ambos estão inseridos. A CCTV é apenas uma das grandes obras que marcam o período em que Pequim, em constante demolição e reconstrução, se prepara para receber as Olimpíadas de 2008 mostrando ao mundo que é capaz de comprimir em trinta anos o equivalente a duzentos anos de urbanização. Esse processo acelerado, somado ao entendimento de que o êxodo rural na China ainda não cessou se adiciona mais uma camada para a tentativa de compreensão da máquina chinesa de construção de cidades.

“Novamente o trem da modernização vai partir. O futuro, cuja chegada for anunciada no Portão da Paz Celestial em 1º de outubro de 1949, hoje é a assombrosa ruína que se pode ver no filme de Wang Bing. Até aqui, as formas urbanas extremas da Nova China não autorizam a descartar inteiramente o pressentimento de que o eixo Pequim-Xangai afinal não passe de mais uma colossal ponte para lugar-nenhum.” (ARANTES, 2011)

O olhar de Otília Arantes sobre o que se tornou a China que um dia passou por uma Revolução Cultural é pessimista e sua análise perante como a grande máquina de destruir e reconstruir cidades recorre a formas urbanas extremas para a Nova China a faz pressentir que o eixo Pequim-Xangai se tornaria uma “colossal ponte para lugar-nenhum”.

A posição de Otília Arantes chama a atenção para aspectos contraditórios da urbanização contemporânea chinesa e, ao mesmo tempo, revela a necessidade de ampliação das relações teórico críticas para a realidade brasileira a fim de ampliar as possibilidades de compreensão das determinantes envolvidas neste processo. Para compreender esta "ponte para lugar nenhum", por exemplo, acreditamos ser importante estudar os deslocamentos populacionais que caracterizam a urbanização chinesa, inclusive para compreender sua escala e dinâmica em relação à urbanização brasileira.

A caracterização mais geral da movimentação populacional, nas condições industriais de urbanização, diz respeito, também, às fronteiras entre o urbano e o rural e, ao mesmo tempo, as diferentes concepções de cidadania e direitos. Acreditamos que esta relação é um dos pontos que diferenciam a urbanização periférica da central, como bem identifica Milton Santos ao caracterizar a urbanização brasileira e sua formação de "cidades agrícolas". Portanto, foi explorado neste estudo as possibilidades de entendimento deste fenômeno no Brasil e na China e, para o caso em tela, é necessário compreender a trajetória histórica de como a China regulou a migração interna no país. Assim, o estabelecimento em 1958 de um sistema de registro chamado Hukou que apesar de ter sofrido flexibilizações ainda permanece vigente nos dias de hoje. Esse sistema estabeleceu que os cidadãos chineses seriam registrados de acordo com seu local de nascimento e, conseqüentemente, residência, podendo ser designados como urbanos ou rurais, e classificados com base em sua relação de trabalho, seja agrícola ou não agrícola (OURIQUES, 2009; NABUCO, 2012).

Esse sistema de registro confere à população residente em sua cidade de registro acesso a benefícios sociais, tais como subsídios habitacionais, educação, assistência médica, previdência e seguro-desemprego, entre outros. No entanto, é importante notar que tais benefícios são restritos ou limitados para aqueles que se

deslocam para cidades diferentes de sua cidade de registro para trabalhar. (OURIQUES, 2009).

Até o início da década de 1980, esse sistema e suas disposições eram parte integrante da política de "industrialização sem urbanização"⁷ adotada pelo país, conforme delineado pelo próprio Mao Zedong (NABUCO, 2012). Mais recentemente, em 2014 foi implementado o Plano Nacional para um novo tipo de urbanização [NNUP] (2014) que previa não só a flexibilização do sistema de registro Hukou, como também diretrizes para a construção de infraestrutura urbana em regiões rurais e assim manter a população nessas regiões. Para compreender melhor a transição deste mecanismo de planejamento populacional e territorial, vamos nos deter em alguns elementos essenciais da industrialização chinesa relacionada com sua urbanização.

⁷ Este termo será introduzido ainda este capítulo, no subcapítulo '*Industrialização sem urbanização*' e *propriedade pública: impactos nas relações de trabalho na China*" e nos capítulos seguintes será tratado de forma contextualizada.

Trabalho, industrialização e urbanização no Brasil e na China

Em Urbanização Brasileira, Milton Santos (1993) entende que o Brasil é um país que durante séculos pode ser considerado como “essencialmente agrícola” e destaca elementos que explicam esse processo de urbanização:

“a organização político-administrativa, considerados, de um lado, as capitanias e o governo-geral e, de outro, a organização municipal; as atividades econômicas rurais (agricultura de exportação e de subsistência) e as camadas sociais correspondentes, a começar pelos proprietários rurais; as atividades econômicas urbanas e seus atores (comércio, ofícios mecânicos, funcionalismo, mineração).”
(SANTOS, 1993)

No contexto dessa análise, Francisco de Oliveira (1982), apesar de compreender o papel destes elementos, considera que as cidades não teriam surgido prioritariamente como centros administrativos do Estado (por exemplo no contexto do Estado colonial português), e atribui ao capital comercial, voltado para a circulação de produtos agrícolas e baseados na monocultura, a forma como se moldou a urbanização no Brasil. Configurando as cidades como centros voltados à distribuição e ao escoamento da produção agrícola de monoculturas, controlada pela elite agroexportadora. Para Oliveira, a hegemonia do capital comercial moldou uma organização espacial e urbana que se sobrepôs às demandas da industrialização. Esse modelo consolidou cidades voltadas para o comércio e a exportação, com uma estrutura urbana funcional ao agronegócio, mas pouco integradora em termos de infraestrutura e serviços para a população urbana em crescimento. Consequentemente, o desenvolvimento urbano baseado nesse modelo "pretérito" priorizou as necessidades da elite rural e comercial em detrimento da inclusão social e das demandas de uma economia industrial e diversificada.

Esse processo, ainda segundo Francisco de Oliveira (1982), resultou em uma urbanização marcada pela mediação do Estado nas relações entre capital e trabalho e com o objetivo de beneficiar o capital e criar um ambiente favorável à organização de uma urbanização industrializável, contribuiu para a formação de uma classe média urbana. Entretanto, apesar de um ambiente aparentemente favorável à industrialização, no Brasil essa urbanização configurou-se, em grande medida, como uma "urbanização sem industrialização" (OLIVEIRA, 1982). Em vez de consolidar

uma economia urbana diversificada, esse modelo resultou em um território segmentado, com áreas rurais voltadas para a produção agrícola e centros urbanos dependentes predominantemente da circulação e comercialização de mercadorias. Consequentemente, ao longo do século XX, mesmo com a expansão do setor industrial, as cidades brasileiras continuaram estruturadas em torno do comércio e das dinâmicas agroexportadoras, perpetuando uma organização urbana funcional aos interesses das elites agrárias e comerciais, em detrimento de uma economia mais complexa e inclusiva.

Milton Santos (1993) vai identificar o mesmo fenômeno, indicando a produção de cidades agrícolas no país como uma forma peculiar da expressão territorial da contradição entre campo e cidade na qual, diferentemente de urbanizações clássicas dos países do norte global, no Brasil houve uma forte produção de cidades organizada pelo desenvolvimento industrial do setor agrícola. Aliás, esta complexa relação entre agronegócio, industrialização e urbanização é uma das determinações identificadas por autores que organizaram a teoria marxista da dependência para explicar as condições do desenvolvimento latinoamericano e sua dependência de países que seguiram uma industrialização "clássica" às custas da superexploração do sul global.

O caso Chinês, entretanto, apesar de também não seguir o ritmo clássico do norte global, traça um caminho diferente daquele identificado nas nações que foram colonizadas na América Latina. A industrialização se deu de forma intensa, mas não acompanhada inicialmente por um movimento de urbanização proporcional, o que criou um sistema de "industrialização sem urbanização", como destacado também por João Bonett Neto (2020). Esse modelo chinês permitiu uma acumulação de capital em polos industriais localizados em áreas rurais, descolando a produção do processo urbano tradicional. Ao discutir a reprodução da força de trabalho, Bonett Neto coloca em evidência a importância da transição entre acumulação extensiva e intensiva. No modelo chinês, a acumulação extensiva ocorreu ao incorporar rapidamente grandes massas de trabalhadores ao mercado assalariado, mas o desafio agora está na transição para a acumulação intensiva, que depende do aumento da produtividade por meio da melhor reprodução das condições de vida da classe trabalhadora.

Bonett Neto (2020) ainda acrescenta que a reprodução da força de trabalho é central para a acumulação capitalista e discute como essa reprodução, em sociedades como a brasileira e a chinesa, é mediada por diferentes formas de intervenção estatal. Segundo ele no Brasil, a acumulação de capital enfrentou

entraves pela falta de uma estrutura produtiva robusta que sustentasse um ciclo virtuoso de reprodução da força de trabalho, o que limita o crescimento econômico. No entanto, na China, o Estado desempenhou um papel ativo em orientar essa transição, investindo em infraestrutura e elevando as condições de vida para sustentar um aumento de produtividade. Para Bonett, essa transição para a acumulação intensiva passa pela necessidade de universalizar serviços essenciais que sustentam a força de trabalho, como transporte, saúde e educação, que no caso chinês têm sido promovidos por meio de forte intervenção estatal.

“Industrialização sem urbanização”



*Figura 7 – Visão panorâmica da Factory 238 em 2019, província de Hubei.
Fonte: Tan (2021)*

Durante grande parte do século XX, a China, portanto, seguiu uma política de “industrialização sem urbanização” chamada de “Terceira Frente” (三線建設), que priorizava o crescimento econômico e a industrialização sem promover uma correspondente urbanização das áreas rurais (GAO, 2025; TAN, 2021). Esse processo foi um fenômeno que marcou as primeiras décadas da República Popular da China, como já mencionado sob a liderança de Mao Zedong. Essa política visava promover o crescimento industrial rápido sem um correspondente aumento da população urbana, mantendo grande parte da força de trabalho nas áreas rurais. A estratégia era evitar a rápida urbanização que poderia sobrecarregar as cidades com a migração em massa e criar desafios socioeconômicos, como habitação inadequada, desemprego urbano e pressão sobre os serviços públicos (RISKIN, 1987).

Um dos aspectos positivos da política de industrialização sem urbanização foi a capacidade de manter a coesão social em um período de transformações

econômicas profundas. A China conseguiu, com sucesso, evitar a formação de favelas e de áreas urbanas desorganizadas que são frequentemente associadas a um crescimento urbano descontrolado. Ao controlar a migração rural para as cidades por meio do sistema Hukou, o governo pôde gerenciar melhor os recursos urbanos e manter a ordem nas cidades (CHAN, 1994).

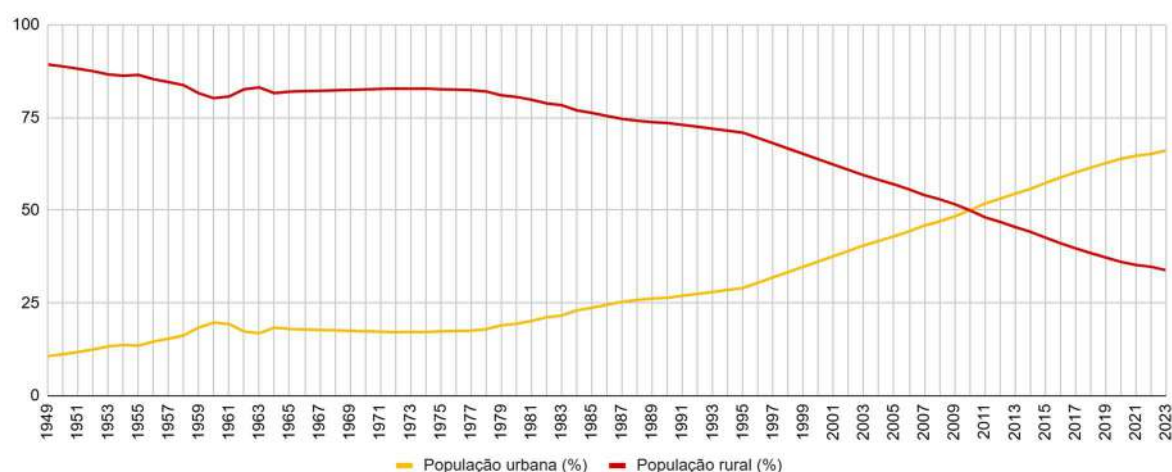
Outro ponto é que a industrialização sem urbanização permitiu à China canalizar recursos diretamente para a indústria pesada e o desenvolvimento rural, reduzindo a necessidade de investir grandes somas em infraestrutura urbana em estágios iniciais. Isso ajudou a direcionar os esforços para aumentar a produção industrial e melhorar a infraestrutura rural, que eram vitais para o crescimento econômico do país na época (ZHANG E SONG, 2003).

Contudo, a política também teve suas limitações e gerou desafios a longo prazo, como a desigualdade significativa entre as áreas urbanas e rurais. O sistema Hukou, que ajudou a controlar a urbanização, também contribuiu para essa disparidade, limitando o acesso dos trabalhadores rurais aos serviços urbanos e perpetuando a divisão entre as populações urbana e rural (KNIGHT E SONG, 1999). Além disso, a concentração de desenvolvimento em áreas específicas e a manutenção de grandes populações nas zonas rurais resultaram em um *desenvolvimento desigual*⁸, onde as áreas urbanas se tornaram significativamente mais ricas e desenvolvidas em comparação com as regiões rurais.

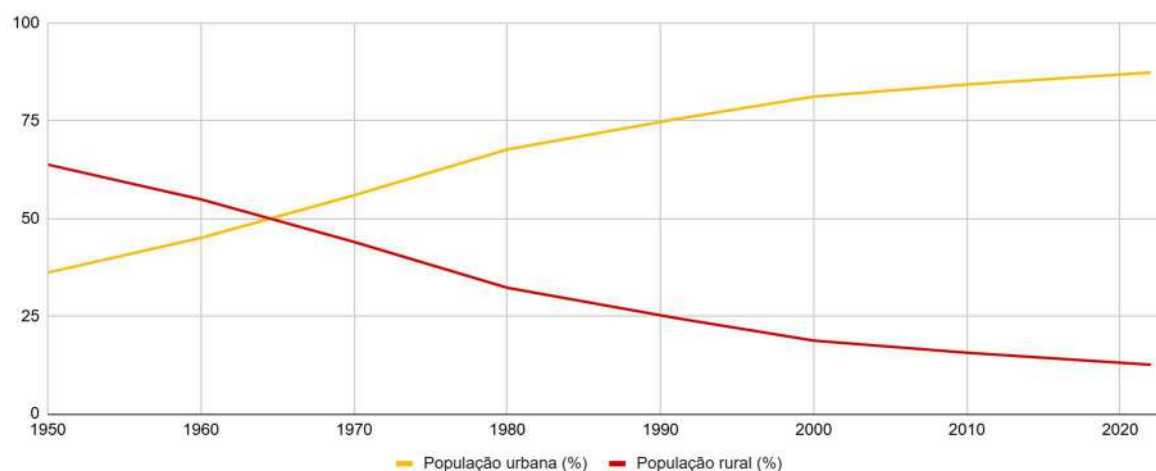
A estratégia de manter a propriedade pública da *terra* desempenhou um papel central na política de industrialização sem urbanização. Como a *terra* é propriedade do Estado ou de coletividades rurais, o governo manteve um controle rigoroso sobre o uso e a alocação da *terra*. Esse controle facilitou a implementação de políticas de uso da *terra* que suportavam a industrialização sem provocar urbanização descontrolada, direcionando *terras* para usos específicos que favoreciam os objetivos econômicos nacionais (LIN E HO, 2005). A propriedade pública da *terra* também permitiu ao governo chinês evitar a especulação imobiliária descontrolada e garantiu que a alocação de *terra* estivesse alinhada com os objetivos de desenvolvimento estratégico, como a preservação de *terras* agrícolas e o controle do crescimento urbano.

⁸ O conceito *Desenvolvimento desigual* será tratado com maior profundidade no Capítulo 2.

Portanto, a propriedade pública da *terra* na China foi um componente fundamental para a política de industrialização sem urbanização, fornecendo um mecanismo através do qual o Estado pôde gerir o crescimento com um uso menos mercantilizado. E segundo Peter Ho (2001) esse modelo permite ao Estado manter controle estratégico sobre recursos fundamentais e a flexibilidade institucional para ajustar-se às mudanças sociais e econômicas. Além disso, o sistema de propriedade coletiva proporciona redistribuição de terras em resposta às mudanças demográficas, promovendo uma distribuição mais igualitária dos recursos, especialmente em áreas rurais onde a pressão populacional é alta. Isso ajuda a manter certa coesão social e minimiza conflitos locais sobre o uso da terra, enquanto garante a continuidade de um modelo de desenvolvimento controlado pelo Estado (HO, 2001).



*Figura 8 - População urbana e população rural na China de 1949 à 2023.
Fonte: Elaborado pela autora com dados da NBS, 2025*



*Figura 9 - População urbana e população rural no Brasil de 1950 à 2022.
Fonte: Elaborado pela autora com dados da IBGE, 2025*

Contudo essa abordagem resultou em uma urbanização relativamente lenta, com uma grande parte da população permanecendo em áreas rurais, enquanto as cidades não cresceram proporcionalmente ao ritmo de industrialização. Foi somente após o início das reformas econômicas no final da década de 1970 e a abertura para o mercado global que a China começou a experimentar um aumento significativo na taxa de urbanização (LIN E HO, 2005; CAO, FENG E TAO, 2008). A partir de 2011, como mostra o Gráfico 5 a China alcançou uma taxa de urbanização superior a 50%, marcando um ponto de inflexão significativo na transição do país de uma economia predominantemente rural para uma economia mais urbanizada.

A título de comparação, a taxa de urbanização brasileira passa pelo fenômeno de inflexão entre a população do campo e da cidade na década de 60, conforme o Gráfico 6.

As transformações sociais nos dois países indicam momentos diferentes que guardam relação com a forma da transformação de seus meios técnicos-científicos-informacionais, mas vamos debater estas aproximações e contradições no capítulo final da dissertação. Agora é importante compreender a estrutura de propriedade da terra na China.

Propriedade da terra na China



Figura 10 - Charge de Henfil sobre a propriedade na China

Conforme indicado por Milton Santos e Francisco de Oliveira, a propriedade da terra no Brasil somente pode ser compreendida a partir do fator colonial (incluindo a Lei de Terras, etc), que ainda é decisivo para o entendimento dos problemas sócio-espaciais nacionais. Para o caso Chinês, obviamente, a Revolução de 1949 se torna o marco incontornável para sua compreensão.

A regulamentação da propriedade da terra e do uso da terra na China está intrinsicamente ligada ao modelo que se pretende socialista do país e às reformas econômicas implementadas ao longo das últimas décadas. Na China, toda a terra é, em última análise, de propriedade do Estado ou de coletividades rurais, e os direitos sobre a terra são concedidos na forma de direitos de uso limitados no tempo. Esse sistema busca equilibrar o controle estatal com as necessidades sociais e do mercado (HO, 2001; LIN E HO, 2005).

A propriedade da terra na China é categorizada entre terras urbanas e rurais. As terras urbanas são de propriedade do Estado, enquanto as terras rurais pertencem coletivamente às aldeias. Nos contextos urbanos, os direitos de uso da terra são concedidos a indivíduos e entidades por meio de leilões, concessões ou transferências diretas, permitindo que esses direitos sejam vendidos, alugados ou hipotecados, embora a propriedade permaneça com o Estado (HO E LIN, 2003). Nas áreas rurais, os direitos de uso da terra podem ser transferidos ou alugados, especialmente dentro de arranjos cooperativos ou de urbanização, mas não podem ser vendidos diretamente no mercado imobiliário (CAO, FENG E TAO, 2008).

Em relação ao uso da terra na China, este é regulado por planos de uso da terra que são definidos em níveis nacional, provincial e local. Esses planos determinam as diretrizes para como diferentes tipos de terra podem ser utilizados — para agricultura, indústria, habitação ou infraestrutura pública. A autonomia significativa dos governos locais na implementação desses planos permite que utilizem os direitos de uso da terra como uma fonte de receita, particularmente nas áreas urbanas em rápido crescimento (CAO, FENG E TAO, 2008).

Um dos principais benefícios da propriedade pública da terra é o controle do desenvolvimento urbano de forma direta e estratégica. O governo é capaz de direcionar o uso da terra para atender a objetivos de longo prazo, como o desenvolvimento sustentável, a infraestrutura pública e a habitação acessível, o que seria mais difícil em um sistema com terra predominantemente privada (Lin e Ho, 2005). Além disso, a gestão pública dos recursos de terra permite um controle coordenado, essencial em um país com alta densidade populacional e pressões significativas sobre as terras agrícolas e urbanas. As regulamentações governamentais ajudam a proteger terras aráveis, mitigam os efeitos da urbanização descontrolada e incentivam o uso eficiente da terra (HO E LIN, 2003).

A propriedade pública também previne a especulação imobiliária descontrolada, um problema comum em mercados imobiliários globalmente, ajudando a controlar os preços dos imóveis e evitando bolhas imobiliárias que poderiam desestabilizar a economia (CAO, FENG E TAO, 2008). Além disso, a prática de finanças locais baseadas em terras permite que os governos locais financiem projetos de infraestrutura e desenvolvimento urbano por meio da venda de direitos de uso da terra, sem depender exclusivamente de impostos ou transferências do governo central, reforçando a capacidade fiscal dos governos locais (LIN E HO, 2005; CAO, FENG E TAO, 2008).

O sistema de propriedade e uso da terra na China enfrenta vários desafios, incluindo a rápida perda de terras agrícolas, a urbanização acelerada e as desigualdades marcantes entre áreas urbanas e rurais. Yeh e Wu (1996) observam que o ritmo do desenvolvimento urbano frequentemente ultrapassa a capacidade regulatória dos governos locais, o que leva a uma expansão urbana desordenada e à especulação imobiliária desenfreada. O sistema Hukou, agrava as disparidades entre áreas urbanas e rurais, adicionando uma camada de complexidade à questão do uso da terra na China.

A regulamentação da propriedade e do uso da terra na China apresenta um modelo alternativo ao sistema de propriedade privada prevalente em muitos países, conferindo ao Estado uma ferramenta para moldar o desenvolvimento urbano e rural de forma estratégica. Embora desafios como a corrupção e a necessidade de maior transparência e eficiência na gestão persistam, os benefícios do controle público da terra são significativos, especialmente em um contexto de rápido crescimento e urbanização (HO, 2001; LIN E HO, 2005).

“Industrialização sem urbanização” e propriedade pública:
impactos nas relações de trabalho na China

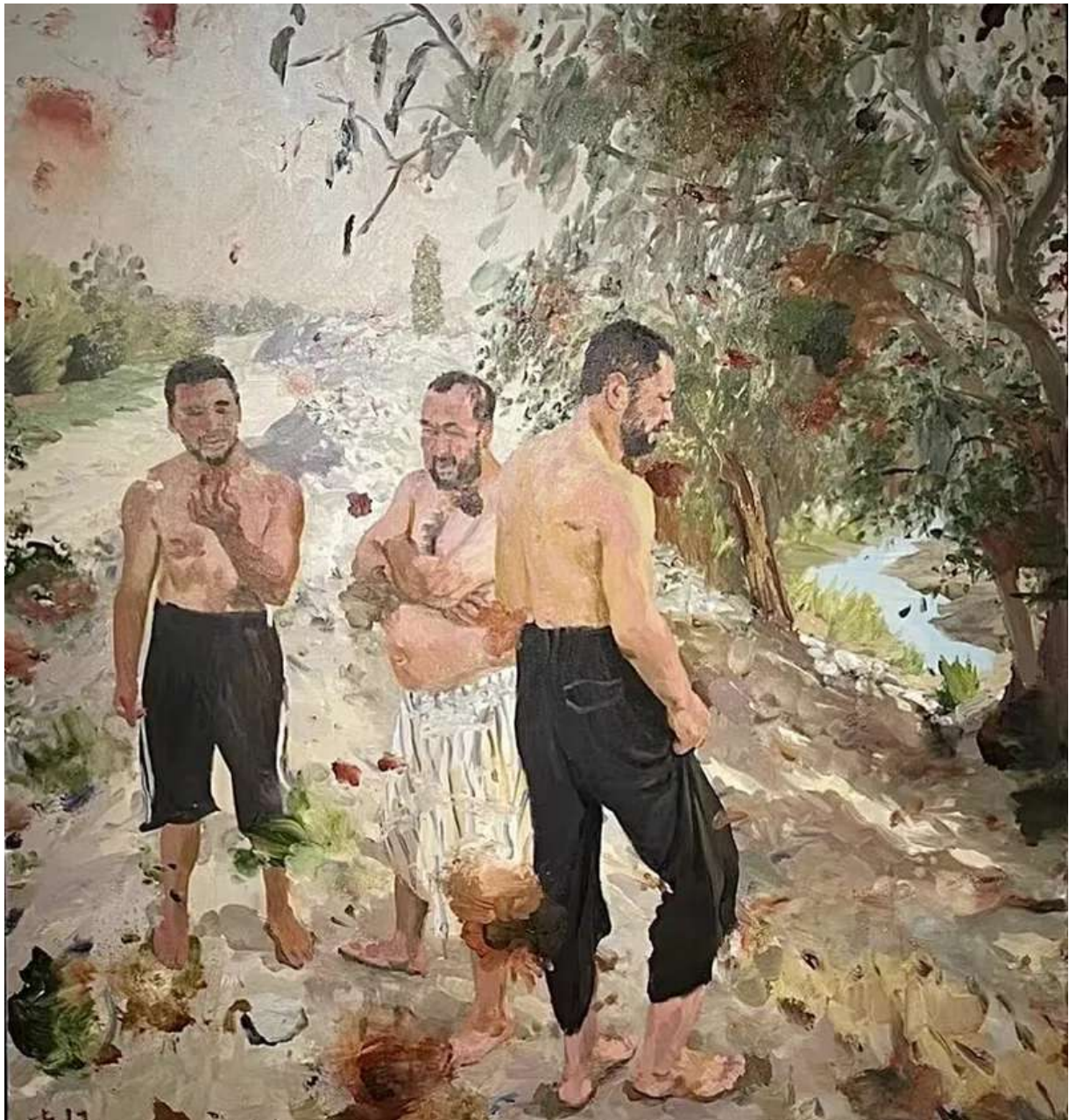


Figura 11 - Liu Xiaodong (China), Belief [Crença], 2012.

O processo de industrialização sem urbanização e o sistema de propriedade pública da terra na China desempenharam papéis cruciais na modelagem das relações de trabalho da população chinesa ao longo das últimas décadas. A estratégia de industrialização sem urbanização, adotada durante as primeiras fases

do desenvolvimento econômico da China, buscou evitar a migração descontrolada para as cidades, mantendo grandes contingentes da população nas áreas rurais para sustentar a agricultura e fornecer mão-de-obra para a indústria pesada (RISKIN, 1987).

Um dos principais benefícios dessa política foi a estabilidade econômica e social que ela proporcionou (CHAN, 1994). Além disso, o sistema Hukou, ajudou a manter uma força de trabalho estável nas áreas rurais, onde os trabalhadores podiam contribuir tanto para a agricultura quanto para as indústrias rurais emergentes, como as empresas de vilarejo e de cidade, que foram um motor importante para o crescimento econômico nas décadas de 1980 e 1990 (ZHANG E SONG, 2003).

Apesar de não possuir uma política pública semelhante ao sistema Hukou, Francisco de Oliveira (1981) observa que na relação estrutural entre trabalhadores rurais e urbanos no Brasil, a força de trabalho urbana é sustentada por uma base rural de baixo custo. A reprodução da força de trabalho no campo, marcada por padrões de subsistência tradicionais e pela falta de organização trabalhista, mantém os custos rurais reduzidos, o que beneficia diretamente a acumulação capitalista urbana. Assim, a industrialização no Brasil foi amplamente favorecida por essa dinâmica, na qual a exploração rural subsidia a reprodução da força de trabalho urbana e a expansão do setor industrial.

Contudo, na China o sistema Hukou também gerou desafios significativos para as relações de trabalho. Criou uma divisão rígida entre trabalhadores urbanos e rurais, com os trabalhadores rurais frequentemente enfrentando discriminação e acesso limitado a empregos urbanos e benefícios sociais, o que perpetuou disparidades socioeconômicas entre as populações urbana e rural (KNIGHT E SONG, 1999).

Além disso, o controle estatal sobre a propriedade da terra influenciou diretamente as relações de trabalho, particularmente nas áreas rurais. A propriedade coletiva da terra, gerida por aldeias ou unidades rurais, significava que os camponeses tinham garantias básicas de subsistência através do acesso à terra, o que funcionava como uma rede de segurança social informal (HO, 2001). No entanto, com o crescimento da urbanização e a reclassificação de terras rurais para usos urbanos, muitos camponeses perderam suas terras sem compensações adequadas ou oportunidades de emprego equivalentes nas áreas urbanas, levando a um aumento das tensões sociais e à insegurança laboral (LIN E HO, 2005).

Por outro lado, a capacidade do Estado de direcionar o uso da terra para setores prioritários, como a indústria e a infraestrutura, ajudou a sustentar um crescimento econômico robusto e a criar empregos em setores chave (LIN E HO, 2005).

As ideias que constituem o comunismo desafiaram a democracia liberal e a ênfase na propriedade privada. Em estados que se pretendiam socialistas, a propriedade privada foi substituída por propriedade estatal ou coletiva. Entretanto de acordo com Peter Ho (2001):

"Após intensos debates sobre os direitos de propriedade nas décadas de 1970 e 1980, a dramática queda da União Soviética reforçou a ascensão do regime de propriedade privada em todo o mundo.

(...)

No entanto, as impressionantes taxas de crescimento econômico que a China apresentou nas últimas duas décadas parecem desafiar a necessidade de privatização da propriedade da terra. Sob o conceito ideológico de uma 'economia de mercado socialista com características chinesas'⁹, o governo central reivindica um modelo alternativo de desenvolvimento que garante o crescimento econômico de longo prazo sem abandonar o princípio da propriedade estatal e coletiva da terra." (HO, 2001, p. 396-397).

Fulong Wu (2016) aponta que a propriedade pública da terra tem contribuído significativamente para a capacidade do Estado de influenciar o desenvolvimento urbano e rural, atuando como um estabilizador social. Ao manter o controle sobre a terra, o governo chinês pôde evitar a especulação imobiliária excessiva, um fenômeno que muitas vezes exacerba a desigualdade social e econômica. Além disso, esse controle permitiu ao governo realocar terras para projetos industriais conforme necessário, sem os impedimentos legais e financeiros que tipicamente acompanham a propriedade privada. Isso resultou em um ambiente mais favorável para o desenvolvimento industrial, mas também trouxe desafios, como a falta de segurança

⁹ O termo “*economia de mercado socialista com características chinesas*” é neste caso utilizado por Peter Ho (2001), contudo apesar de constar nas principais legislações chinesas a defesa do “*socialismo com características chinesas*” dentre os teóricos que discutem o modelo de desenvolvimento chinês apresentados neste estudo não há um consenso sobre a sua denominação.

nos direitos de uso da terra para os trabalhadores rurais, que muitas vezes enfrentam realocações forçadas sem compensações adequadas.

A propriedade pública da terra também teve um impacto direto nas relações de trabalho. Como Wu, Zhang e Webster (2013) discutem, a migração rural-urbana na China é fortemente regulamentada pelo sistema Hukou, perpetuando uma força de trabalho transitória nas cidades. Essa força de trabalho transitória é frequentemente mantida em empregos de baixa remuneração e em condições precárias, pois o acesso limitado aos direitos urbanos os desincentiva a se estabelecer permanentemente nas cidades. Isso contribui para uma *dualidade*¹⁰ no mercado de trabalho urbano, onde trabalhadores migrantes têm menos segurança e acesso limitado aos serviços sociais, refletindo as tensões inerentes ao modelo de industrialização sem urbanização.

Além disso, a política de industrialização sem urbanização, juntamente com a propriedade pública da terra, facilitou a implementação de projetos de infraestrutura e o desenvolvimento de Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), onde a flexibilidade da regulamentação trabalhista atraiu investimentos estrangeiros (WU, 2015). No entanto, essa abordagem também gerou desafios relacionados à sustentabilidade a longo prazo, incluindo questões de direitos trabalhistas, desigualdades socioeconômicas e pressão sobre os recursos naturais.

Em resumo, o modelo de industrialização sem urbanização e a propriedade pública da terra moldaram profundamente as relações de trabalho na China. Por um lado, esse sistema facilitou um crescimento econômico robusto e um controle estatal sobre o uso da terra que contribuiu para a estabilidade social. Por outro lado, perpetuou desigualdades significativas entre trabalhadores urbanos e rurais, e entre diferentes regiões do país.

No próximo capítulo, com o objetivo de elaborar alegorias que contribuam para o aprofundamento das discussões propostas neste estudo, serão analisadas quatro produções do audiovisual chinês, bem como conceitos intrínsecos à filosofia chinesa, em diálogo com o processo de urbanização da China.

¹⁰ O conceito da *Dualidade* será discutido com maior profundidade no Capítulo 2.

CAPÍTULO 2: A materialidade no espaço alegórico



Figura 12 - Pan Jianglong (潘江龙), Ao leste do Saara (撒哈拉以东), 2017.
Crédito: Fundo Nacional de Arte da China.

*“A lei da contradição inerente aos fenômenos, ou lei da unidade dos contrários, é a lei fundamental da dialética materialista.”
(ZEDONG, 1937)*

A noção de contradição ocupa um lugar central tanto na tradição, muito absorvida pela sociedade ocidental, da lógica formal aristotélica quanto na lógica dialética, mas assume significados profundamente distintos em cada uma delas. Na lógica formal, fundada nos princípios estabelecidos por Aristóteles, a contradição é entendida como a oposição absoluta entre duas proposições que não podem ser verdadeiras ao mesmo tempo e sob o mesmo aspecto: se uma é verdadeira, a outra deve necessariamente ser falsa. Trata-se de um conceito negativo, um erro a ser evitado, pois a coerência do pensamento depende da eliminação de proposições contraditórias (NOVACK, 1969).

“Mas na exata medida em que o indivíduo moderno não é um “puro” indivíduo separado do todo, abstrato, ele “participa” em uma comunidade, que também se expressa em emblemas, que todos assumem como outra coisa e mais que signos abstratos. E nós não vivemos – inclusive no domínio do conhecimento – em meio de “absurdos” aparentes e de contradições? Não somos obrigados a “pensar” essas contradições, em vez de nos refugiarmos na forma vazia e puramente lógica do pensamento?” (LEFEBVRE, 1995)

Já na lógica dialética, desenvolvida sobretudo por Hegel e aprofundada pelo materialismo dialético de Marx e Engels, a contradição deixa de ser um simples obstáculo lógico e passa a ser concebida como a própria fonte do movimento, da transformação e do devir. A dialética entende que a realidade concreta é marcada por tensões internas, oposições dinâmicas e conflitos que não apenas coexistem, mas impulsionam processos de mudança qualitativa. Assim, enquanto a lógica formal busca afastar a contradição para preservar a estabilidade do raciocínio, a lógica dialética a reconhece como constitutiva do real e como princípio ativo da história, da natureza e da vida social (LEFEBVRE, 1995).

“Nós, os chineses, dizemos frequentemente: “As coisas se opõem umas às outras e se completam umas às outras”.²³ Isso significa que há identidade entre as coisas que se opõem. Essas afirmações são dialéticas e se opõem à metafísica. “As coisas se opõem umas às outras” significa que os dois aspectos contrários se excluem um ao outro ou que lutam um contra o outro; “as coisas se completam umas às outras” significa que, em condições determinadas,

os dois aspectos contrários unem-se e ganham identidade. E na identidade há luta; sem luta não há identidade.” (ZEDONG, 1937)

Para Mao Zedong (1937) o conceito da contradição é um tema frequente para a compreensão da realidade material chinesa. De modo que as contradições entre cidade e campo, por exemplo, não podem ser reduzidas a uma oposição rígida, dualista ou dogmática. Em vez de tratá-las como esferas necessariamente antagônicas, é possível compreendê-las como processos históricos e dinâmicos, marcados por diferentes formas de mediação política e econômica.

“As contradições econômicas entre a cidade e o campo, são de um antagonismo extremo, tanto na sociedade capitalista (onde a cidade, controlada pela burguesia, pilha o campo sem piedade), quanto nas regiões controladas pelo Kuomintang na China (onde a cidade, controlada pelo imperialismo estrangeiro e pela grande burguesia compradora chinesa, pilha o campo com uma ferocidade inaudita). Num país socialista, porém, ou nas nossas bases de apoio revolucionárias, essas contradições antagônicas tornam-se não-antagônicas, e hão de desaparecer na sociedade comunista.

Lenin dizia: “Antagonismo e contradição não são de maneira alguma uma e a mesma coisa. No socialismo, o primeiro desaparecerá e a segunda subsistirá”.¹¹ Isso significa que o antagonismo não é mais do que uma das formas, e não a única forma, da luta dos contrários, não se devendo empregar esse termo por todo lado, sem discernimento.” (ZEDONG, 1937)

Na sociedade capitalista, de fato, a cidade, controlada pela burguesia, se afirma como centro de dominação sobre o campo, reproduzindo um padrão de exploração que amplia desigualdades e dependências. Contudo, em um país socialista, ainda segundo Mao Zedong, essa contradição pode ser reorganizada de maneira não-antagônica, revelando que ela não é uma essência fixa, mas sim uma relação historicamente construída e passível de transformação.

¹¹ V. I. Lenin: “Notas sobre o livro de N. I. Bukharin – A economia do período transitório”.

Em 2015 durante um discurso sobre o papel do materialismo dialético no governo chinês, Xi Jinping reforça que povo chinês tem uma longa familiaridade com o conceito de contradição, assim como “*yin e yang formam o Tao*”, e portanto não possuem valor separados, o questionamento a concepções duais está presente na teorização de dinâmicas espaciais chinesas. Um exemplo é a forma como Wu (2010) questiona tanto o dualismo no contexto entre o rural e o urbano, quanto a conceitualização da marginalização como algo irrelevante e isolado. Para Wu (2010) a população migrante ou qualquer outra população pobre está integrada com a economia global, afinal é parte integral da nova economia manufatureira chinesa.

Seguindo esta lógica podemos conceber uma aproximação desta forma de compreender a realidade através de teóricos brasileiros como, Francisco de Oliveira (2003) que questiona o dualismo entre o *atrasado* e o *moderno* no contexto do desenvolvimento brasileiro. Esse dualismo não é uma oposição estática, mas uma unidade contraditória: o moderno depende do arcaico para se viabilizar; o arcaico é continuamente reinventado pelo moderno; o desenvolvimento se realiza a partir e através da desigualdade, e não apesar dela. É a dialética das formas combinada, não duas partes separadas, mas dois polos que se implicam. (FERNANDES, 2009; OLIVEIRA, 2003)

A elaboração construída por Vitor Boa Nova (2023) na compreensão do processo de desenvolvimento econômico-social aproxima teóricos marxistas ocidentais e orientais através da *lei do desenvolvimento desigual*. Esse enquadramento teórico é fundamental para compreender como a urbanização chinesa não se apresenta como uma linha evolutiva homogênea e contínua, mas como um campo de tensões em que diferentes temporalidades, modos de vida e racionalidades econômicas se entrelaçam.

Esta relação dialética está presente em várias obras cinematográficas chinesas mais recentes que tratam, de maneira central ou apenas contextual, do processo de transformação daquele país pela lente da urbanização. Para construir uma aproximação com a realidade urbana brasileira, e também com suas chaves de interpretação, vamos apresentar alguns filmes que consideramos essenciais para compor uma paisagem crítica da urbanização chinesa. Nesse ponto os filmes que serão analisados neste capítulo se tornam instrumentos ao mobilizar a lógica dialética como chave interpretativa, os filmes não serão tomados como ilustrações de processos já conhecidos, mas como dispositivos que revelam, em suas narrativas,

imagens, ritmos e silêncios, a materialidade das contradições que estruturam o desenvolvimento desigual e combinado chinês. Eles permitem perceber como as fronteiras entre campo e cidade, tradição e modernidade, pobreza e prosperidade não se apresentam como oposições fixas, mas como movimentos incessantes, capazes de condensar disputas, mediações e transformações sociais profundas.

Construção da subjetividade através do objetivo cinema chinês

As representações visuais das cidades, desde a origem do cinema, evidenciam o interesse dos cineastas em explorar o espaço urbano, frequentemente estimulando estudos acadêmicos sobre essa prática cultural e artística. De igual modo, as obras literárias têm desempenhado um papel crucial ao retratar e analisar as dinâmicas urbanas. A utilização de filmes e literatura como instrumentos de análise decorre do espelho de expressão que essas obras oferecem. Sendo uma das formas mais complexas e completas de arte, elas refletem um quadro abrangente das cidades e suas intrincadas dinâmicas. Isso complementa a exploração teórica e empírica das cidades.

De modo que é possível concordar com Miéville quando afirma que "filmes populares, livros, programas televisivos, quadrinhos, videogames [...]" devem ser objetos de análise, constituindo-se fatores importantes da determinação da realidade:

"Pelo simples fato de atribuir um sentido a esse fenômeno e engajar o pensamento crítico em um terreno cultural que claramente atrai tamanho interesse popular, esse modo estético já é digno de investigação."(Miéville, p.2)¹²

Apesar deste autor se dedicar, no referido artigo, ao debate sobre o fantástico e a fantasia, acreditamos que outras produções fílmicas que não necessariamente dialogam com este padrão podem auxiliar na construção da crítica.

A partir dessa perspectiva, a análise cinematográfica deste trabalho será conduzida com base em quatro filmes¹³ selecionados por sua relevância para ilustrar as complexas questões relacionadas ao território, urbanização e espaço na China. Esses filmes, ao representar visualmente as dinâmicas urbanas, fornecem uma ferramenta analítica que transcende os limites teóricos, permitindo uma conexão direta com as experiências e contradições do espaço urbano. E assim como Otília Arantes (2011) faz em seu livro, ao longo deste trabalho, as reflexões extraídas dessa

¹² Traduzido por Kim Doria, este texto é uma versão reduzida do artigo "Editorial Introduction", escrito originalmente para o dossiê Marxism and Fantasy, publicado na revista Historical Materialism, v. 10, n. 4, 2002.

¹³ Os filmes citados neste capítulo são os seguintes: Banhos (1999), dirigido por Zhang Yang e produzido na China; Last Train Home (2009), dirigido por Lixin Fan e produzido entre China e Canadá; Dead Pigs (2018), dirigido por Cathy Yan e produzido na China; e Whose Utopia (2003), dirigido por Cao Fei e produzido na China.

análise serão integradas como suporte para a compreensão crítica das transformações discutidas, evidenciando o papel do cinema não apenas como forma de arte, mas como um meio de investigar e interpretar as realidades urbanas.



Figura 13 - Trecho do filme Banhos (1999) de Zhang Yang em que mostra o pai conversando com um dos frequentadores do banho público no subúrbio de Pequim.



Figura 14 - Trecho do filme Banhos (1999) de Zhang Yang em que mostra o irmão mais novo utilizando um sistema com chuveiros automatizados em Shenzhen.

Desta forma, um exemplo que enriquece a discussão do processo de urbanização chinesa é o filme Banhos (1999) de Zhang Yang que conta a história de um banho público em Pequim, gerido por um pai e seu filho deficiente, que é visitado pelo irmão mais novo, agora trabalhando na cidade de Shenzhen¹⁴. O filme revela a dissolução dos laços familiares e comunitários em meio ao desenvolvimento urbano. O banho público, símbolo de uma vida comunitária e tradicional, sofre com a degradação, substituído pela expansão urbana e pelos novos estilos de vida que ignoram espaços de encontro e convivência. No final do filme, a demolição das casas tradicionais ao redor do banho público marca o fim de uma era, simbolizando como o crescimento das cidades chinesas prioriza o valor de mercado dos terrenos sobre as relações e histórias que as pessoas construíram nesses lugares.

Essa transformação reflete a perda do patrimônio cultural e das relações comunitárias em favor de empreendimentos imobiliários, despersonalizando o espaço em nome de uma modernização que empurra as camadas populares e tradicionais para as margens. Ao mesmo tempo, a reconciliação entre os irmãos traz uma perspectiva dolorosa sobre as relações entre o novo espaço urbano e as cidades tradicionais que, ao final, de forma dialética, se encontram na conformação de um novo espaço após a morte do pai.

Esse fenômeno também é observado no filme Dead Pigs (2018) de Cathy Yan, que aborda o rápido desenvolvimento de Xangai e seus impactos sociais e ambientais.

¹⁴ Shenzhen é uma cidade da província de Guangdong na China que é popularmente conhecida como Vale do Silício chinês.



Figura 15 - Trechos do filme *Dead Pigs* (2018) de Cathy Yan em que mostra transformações urbanas de Xangai.

A narrativa de *Dead Pigs* (2018) apesar de se aproximar do fantástico é baseada no incidente real de milhares de porcos mortos que apareceram no rio Huangpu, em Xangai, um símbolo poderoso dos efeitos colaterais do crescimento econômico descontrolado e dos dilemas éticos enfrentados pela população. O filme também segue personagens que enfrentam a pressão da especulação imobiliária e a reestruturação do espaço urbano em função de interesses econômicos. Essa expansão é orientada por interesses imobiliários que, com o auxílio de um arquiteto consultor americano que trabalha para a construtora *Golden Happiness Properties*, promovem projetos de condomínios modernos sobre o que antes eram vilarejos rurais.

Um dos principais conflitos é o caso da moradora Candy Wang que se recusa a abandonar sua casa em um terreno destinado a um novo condomínio de luxo. A resistência dessa personagem representa a luta dos indivíduos contra o apagamento forçado de suas vidas e histórias, confrontados pelo avanço de empreendimentos que

se valem da valorização da terra para redefinir territórios segundo uma lógica de estatal orientada para a mercantilização do solo em detrimento da sua qualidade socialmente referenciada e por desenvolvimento acumulativo. O filme critica como o planejamento urbano, orientado pela especulação e por interesses externos, desconsidera as vozes e direitos das comunidades locais, reduzindo-as a obstáculos ao progresso.

No desfecho de *Dead Pigs* (2018), a revelação de que a empresa *Golden Happiness Properties* também possui um segmento de produção de rações animais e é diretamente responsável pela morte dos porcos no rio Huangpu traz uma reviravolta poderosa, conectando os interesses corporativos às consequências ambientais e sociais devastadoras. Essa revelação final expõe a extensão dos danos causados pela empresa, que não se limitam à expulsão de comunidades, mas afetam também o ambiente local, simbolizado pela morte em massa dos porcos. Ao ligar a especulação imobiliária ao setor agrário, o filme retoma a dialética campo cidade que, cada vez mais, se esconde no dualismo da globalização, como se houvesse uma oposição entre estas formações sócio territoriais. Esta suposta dicotomia entre campo cidade é prejudicial a entendimentos mais complexos dos processos de urbanização, sobretudo em trajetórias que não acompanham o perfil da urbanização hegemônica do norte global. O filme também critica as práticas predatórias de grandes corporações e sua busca implacável por lucro, onde os habitantes e o ecossistema se tornam vítimas de uma expansão urbana que prioriza interesses financeiros em detrimento da sustentabilidade e da justiça ambiental.

Outra questão abordada em *Dead Pigs* (2018), é o conflito entre as expectativas de ascensão social na cidade e a realidade das oportunidades de trabalho que se desenrola na trajetória do Wang Zhen, sobrinho de Candy Wang, que deixa a área rural onde seu pai, Old Wang, cria porcos em busca de melhores condições de vida em um ambiente urbano. A decisão de se mudar para a cidade reflete a percepção comum entre os jovens chineses de que o êxodo rural oferece maior acesso a empregos e oportunidades de sucesso. Contudo, ao chegar à cidade, o personagem descobre que a mobilidade social urbana é mais ilusória do que parece, sobretudo dentro das condições históricas do Hukou, que acompanha todas estas narrativas de forma indireta ou não.

Trabalhando como garçom em um restaurante temático, ele mantém as aparências para o pai, fingindo ser bem-sucedido e omite as condições limitadas e

precárias de seu emprego. Esse contraste evidencia as discrepâncias entre os salários urbanos e rurais na China, onde o trabalho nas grandes cidades é idealizado como um meio de obter uma vida melhor, mas muitas vezes oferece salários baixos em setores de serviços com pouca valorização e perspectivas limitadas. O personagem encarna as dificuldades enfrentadas por muitos migrantes rurais que, ao se mudarem para centros urbanos, descobrem que o custo de vida e a competitividade do mercado de trabalho urbano não correspondem ao ganho esperado, criando uma tensão entre a realidade de suas condições de trabalho e as expectativas de seus familiares e de sua própria imagem de sucesso.

Contudo, é importante ressaltar que esse fenômeno não aconteceu apenas na China. No Brasil, como abordado no subcapítulo *Trabalho, industrialização e urbanização no Brasil e na China* deste estudo e conforme apontam Milton Santos (1993) e Francisco de Oliveira (1981), a migração campo-cidade foi marcada pela informalidade e pela consolidação de um mercado de trabalho urbano mal remunerado, em que a força de trabalho permanece subordinada a uma lógica agroexportadora e de comércio periférico. Nos Estados Unidos, Sassen (1998) e Mike Davis (2006) destacam como as grandes cidades globais, como Nova York e Los Angeles, atraem trabalhadores para setores de serviços precarizados, reforçando desigualdades estruturais e excluindo imigrantes e minorias de uma mobilidade social efetiva. Já na África do Sul, Harvey (2014) aponta como o legado do apartheid moldou uma urbanização excludente, com grandes contingentes de trabalhadores rurais enfrentando condições informais e subemprego em cidades como Joanesburgo, perpetuando desigualdades históricas em um cenário de urbanização acelerada, mas desarticulada.

Isto não quer dizer, entretanto, que todos os fenômenos tenham as mesmas causas e efeitos, muito pelo contrário, reforça a importância de conhecer as determinantes de cada processo e de encontrar, para além das semelhanças, as peculiaridades e formas de projeção da desigualdade (e seu combate).



Figura 16 - Trechos do filme Last Train Home (2009), dirigido por Lixin Fan, em que mostra o fenômeno do retorno de parte da população às suas províncias natal durante o Ano Novo Chinês.

Essa discussão sobre o valor do trabalho rural e urbano e sobre o processo de migração na China é o centro do documentário *Last Train Home* (2009), dirigido por Lixin Fan, que segue a jornada anual de Zhang Changhua e Chen Suqin, um casal de trabalhadores migrantes que deixa suas duras rotinas de trabalho em uma fábrica Guangzhou (ou Cantão), capital da província de Guangdong, para retornar à sua província natal, Guang'an, na província de Sichuan, durante o Ano Novo Chinês e visitar seus filhos. O documentário revela o impacto emocional e social de um sistema que separa milhões de trabalhadores de suas famílias devido ao sistema Hukou.

Embora os pais migrem para a cidade em busca de melhores oportunidades econômicas, eles vivem em um pequeno apartamento em condições extremamente precárias, com espaço limitado e sem acesso adequado a serviços urbanos básicos. Esse ambiente é um retrato comum das condições enfrentadas por trabalhadores

migrantes, que, mesmo vivendo e trabalhando nas cidades, raramente conseguem usufruir de uma qualidade de vida comparável aos residentes urbanos registrados. De acordo com o sistema Hukou, Zhang Changhua e Chen Suqin mantêm o registro domiciliar rural de seus filhos, o que limita severamente os benefícios sociais que eles poderiam receber na cidade, incluindo o acesso à educação. Esse fator impede que os filhos acompanhem os pais e estudem na cidade, forçando-os a permanecer no campo.

Essa situação expõe uma das grandes contradições do que Majerowicz (2022) trata como privatização da economia e ressignificação do sistema hukou, que atrai trabalhadores rurais para sustentar a economia urbana, mas não lhes oferece inclusão social plena resultando em um “regime de trabalho-dormitório”. A fragmentação familiar gerada por esse sistema cria um ciclo intergeracional de desigualdade, no qual os filhos dos trabalhadores migrantes muitas vezes permanecem em situação de desvantagem educacional e econômica.



Figura 17 - Trecho do curta-metragem Whose Utopia de Cao Fei (2006)

Em *Whose Utopia* (2006), a artista e cineasta chinesa Cao Fei constrói uma obra que permite compreender o papel do cinema chinês contemporâneo como espaço de crítica e, ao mesmo tempo, de invenção de novas realidades. Filmado em uma fábrica de lâmpadas em Foshan, província de Cantão, no delta do Rio das Pérolas — uma das regiões mais dinâmicas da industrialização pós-reformas de Deng Xiaoping —, o trabalho de Cao Fei revela de maneira incisiva as contradições da modernização chinesa. A primeira parte, intitulada *Imagination of Product*, no início a câmera registra de forma quase documental a rotina fabril: linhas de montagem mecanizadas parecem funcionar sem humanos, mas logo apresenta trabalhadores com gestos repetitivos e disciplinados, corpos anônimos que se tornam extensões da máquina e máquinas envolvidos na produção e montagem de lâmpadas. Já a segunda parte, *Factory Fairytale*, traz indivíduos que performam no chão da fábrica enquanto outros continuam suas tarefas ao fundo; entre essas performances, destacam-se uma mulher que dança vestida de bailarina com asas e um homem dedilhando um violão. Na terceira parte, *My Future Is Not a Dream*, os trabalhadores voltam-se diretamente para a câmera, sentados ou em pé no espaço fabril, encarando o espectador.

“Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas. Há uma busca de uniformidade, ao serviço dos atores hegemônicos, mas o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal. Enquanto isso, o culto ao consumo é estimulado.”
(SANTOS, 2001)

Na busca por compreender o choque que Cao Fei apresenta o através da retratação de um ambiente fabril que poderia estar em qualquer lugar no mundo sendo atravessado alegoricamente pelo que ela chama de conto de fadas fabril através de performances dos trabalhadores, o trecho acima Milton Santos nos ajuda a perceber que a fábula sob a qual o mundo nos faz crer que a globalização é, não passa de uma farsa que tenta homogeneizar diferenças locais, as quais no caso do curta transborda através das performances, expondo na terceira parte no curta a realidade perversa do processo massificador da globalização.

“A perversidade sistêmica que está na raiz dessa evolução negativa da humanidade tem relação com a adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que atualmente caracterizam as ações hegemônicas. Todas essas mazelas são direta ou indiretamente imputáveis ao presente processo de globalização.” (SANTOS, 2001)

O ambiente da fábrica aparece como um espaço de alienação em que a identidade individual é dissolvida em nome da eficiência produtiva. Esse espaço é acompanhado de uma total desconexão com a cidade, não é possível afirmar assistindo o filme se ele se passa durante o dia ou pela noite. Contradição tal é acompanhada não só pelo ambiente fabril, como também por se tratar de uma fábrica de lâmpadas. A ruptura com o ciclo circadiano inerente à democratização da iluminação artificial demonstra nesse caso a perversidade da impossibilidade de usufruir da regulação biológica do sono em detrimento do tempo da indústria.

Obras como *Whose Utopia*, de Cao Fei, evidenciam como a fábrica chinesa, símbolo do progresso, mantém viva as relações tradicionais de exploração, apagando não apenas a identidade do trabalhador, mas também seu tempo biológico, subordinando-o ao tempo abstrato da produção. Esse fenômeno, longe de ser exclusivo da China, é a expressão extrema de uma racionalidade capitalista global, que muitas vezes é encarado como uma fábula na qual a exploração do trabalho teria desaparecido como forma original de extração de mais-valor. Mas, sobretudo, dentro do contexto chinês, se cruza com o sistema Hukou, criando uma classe de trabalhadores “invisíveis”, presentes nas cidades, mas legalmente ancorados no campo.

“o verdadeiro crepúsculo ainda não havia chegado, mas o fluxo da luz do verão começara a refluir; o ar tornara-se ameno, e as sombras se alongavam.”¹⁵ Whose Utopia [16]. Cao Fei (2006)

“A população aglomerada em poucos pontos da superfície da Terra constitui uma das bases de reconstrução e de sobrevivência das relações locais, abrindo a possibilidade de utilização, ao serviço dos homens, do sistema técnico atual.”

Contudo os trechos, sendo o primeiro cantado no curta de Cao Fei e o segundo extraído da compreensão que Milton Santos tem sobre o que poderia ser um alicerce

¹⁵ Tradução livre da autora, texto original: *“real dusk would not arrive, but the flood of summer light had began to ebb, the air had grown mellow, the shadows were long upon”*

para se pensar em uma outra globalização, nos ajudam a conceber outras possibilidades através da aproximação da população com um futuro comum que não seja pautado na artificialidade, apartada da natureza e do cotidiano, que é definida pelo o tempo e o espaço do trabalho no mundo capitalista e globalizado.

Ao levar em conta as discussões apresentadas nos subcapítulos anteriores podemos observar que, por exemplo, o filme *Banhos* (1999) ilustra como a modernização dissolve laços comunitários e transforma espaços tradicionais em função de interesses externos às necessidades da comunidade, contudo a ideia da migração surge como uma possibilidade de ascensão social e ruptura com esses laços o mesmo ocorre em *Last Train Home* (2009) que aborda algumas consequências do sistema Hukou e da "industrialização sem urbanização", retratando trabalhadores migrantes que enfrentam condições precárias e famílias fragmentadas, reflexo de políticas que priorizam a acumulação econômica em detrimento da inclusão social (OURIQUES, 2009; NABUCO, 2012; CHENG, 1994) e podemos fechar essa compreensão através da forma conceitual que *Whose Utopia* (2006) descreve esse processo de ruptura do processo de industrialização com a cidade através da negação do ciclo circadiano. É importante salientar que ambos esses três filmes foram produzidos antes de 2014, e portanto, do Plano Nacional para um Novo Tipo de Urbanização¹⁶. Já em *Dead Pigs* (2018), de uma forma mais dramática e cômica a resistência de Candy Wang à pressão imobiliária expõe não só a desigualdade estrutural e os conflitos entre mercado e comunidades rurais locais, mas também diferente dos filmes anteriores a luta pelo espaço urbano e rural se dá de forma literal e combativa.

Entretanto, a despeito das vulnerabilidades e contradições apresentadas nos filmes analisados até o presente é possível observar que a população na condição mais precária apresentada possui habitação (mesmo que em contexto de conflitos como o caso de *Dead Pigs* [2018]) e segurança alimentar garantidos, apesar de serem filmes críticos à realidade chinesa essas variáveis sequer são discutidas.

Ambos os filmes ecoam as análises globais de Mike Davis (2006) e Harvey (2014) sobre a urbanização capitalista e de Oliveira (1981) sobre a exclusão das classes trabalhadoras. Mas, sobretudo, dialoga com a realidade brasileira que, de

¹⁶ Neste momento o Plano Nacional para um Novo Tipo de Urbanização é citado por ser uma regulação que marca um direcionamento nacional para o incentivo de urbanização em áreas rurais e regiões metropolitanas. Contudo este marco será abordado de forma contextualizada no próximo capítulo.

certa forma, não foi protagonista da hegemonia de condução do processo de "globalização".

“A globalização apresenta-se como um fenômeno geralmente analisado a partir do ponto de vista de seus agentes impulsionadores e de seus vencedores subsequentes. Uma das consequências desse processo é que suas categorias de análise derivam de uma relação cuja direção é historicamente opressora. A crítica não está isenta de colonialidade. As transformações globais precisam ser repensadas a partir dos espaços, das histórias, das epistemologias e dos saberes das periferias do mundo, a fim de produzir aquilo que Enrique Dussel denomina uma nova perspectiva ‘transmoderna’ — um ‘projeto ético de libertação em escala mundial no qual a alteridade, que foi parte constitutiva da modernidade, possa finalmente realizar-se.’”
(ARANTES & RIBEIRO, 2023)¹⁷

É preciso, portanto, construir formas de entendimento da urbanização global segundo lentes específicas de quem recebe as suas consequências de maneira diferente das realidades centrais. Portanto, são filmes que apresentam aspectos particulares que diferenciam a China de situações semelhantes às do Norte global. Este aspecto reforça a tendência que apontamos desde o início deste trabalho, isto é, a necessidade de aproximar as interpretações dos espaços brasileiros e chineses que, cada um à sua maneira, são (ou já foram) pertencentes a um local diferente do centro.

O próximo capítulo dedica-se à análise das transformações espaciais observadas ao longo do tempo, a partir de uma leitura comparativa fundamentada em dados censitários brasileiros e chineses. Ao mobilizar esses dados, o capítulo busca evidenciar dinâmicas demográficas, econômicas e territoriais que incidem diretamente sobre a configuração do espaço, permitindo compreender como distintos processos históricos e sociais se materializam em mudanças concretas na organização espacial.

¹⁷ Tradução livre da autora, texto original: “Globalization presents itself as a phenomenon that is usually analyzed from the point of view of its driving agents and its subsequent winners. One of the consequences of this process is that its categories of analysis derive from a relationship whose direction is historically oppressive. Criticism is not exempt from coloniality. The global transformations must be rethought through the spaces, histories, epistemologies and knowledges of the peripheries of the world in order to produce what Enrique Dussel terms a new “transmodern” perspective — a “worldwide ethical liberation project in which alterity, which was part and parcel of modernity, would be able to fulfil itself.”

CAPÍTULO 3: Políticas públicas no tempo e no espaço



Figura 18 - Repousando em Changzhou, Wang Tiande

Neste capítulo, para experimentar algumas aproximações interpretativas entre a urbanização chinesa e a brasileira, serão analisados dados censitários de ambos os países com a migração entre campo e cidade. A compreensão dos dados levantados neste estudo é atravessada pela intenção de discutir a partir de conceitos construídos no Sul Global, mais especificamente brasileiros e chineses. Contudo pesquisas como a realizada por Isabella Weber (2023) nos ajuda a situar a discussão no que tange as principais diferenças na construção de instrumentos de análise.

“Uma premissa geralmente aceita dos economistas ocidentais é que, no que diz respeito às antigas teorias econômicas, apenas os gregos e os romanos desenvolveram algo digno de estudo (...) isso torna a história chinesa muito difícil de entender.” (HU JICHUANG apud WEBER, 2023)

Um bom exemplo é a percepção de que a tradição ocidental da economia política não é capaz de contemplar as discussões quando se trata das dinâmicas econômicas chinesas. Enquanto na economia moderna o mercado é o agente que domina exclusivamente as dinâmicas dos preços, no contexto tradicional chinês o mesmo tema é atravessado por amplas discussões sobre as relações entre as atividades espontâneas do povo, as necessidades e os desejos do povo, as forças do mercado, o poder público e a regulação do Estado (WEBER, 2023).

Tradições devem ser questionadas e como bem disse Tom Zé em sua música Senhor Cidadão: “Com quantos quilos de medo se faz uma tradição?”. Contudo para isso algumas tradições precisam se manter vivas e a tentativa de escovar a história a contrapelo mencionada por Walter Benjamin é uma delas. Juntando estas duas citações temos que para desvelar a realidade é necessário ter a coragem de olhar para o passado e situar os acontecimentos que resultaram no presente.



Figura 19 - Mapa para localização das províncias e melhor leitura dos gráficos constantes no presente capítulo.

Este capítulo possui premissas para melhor compreensão dos dados, de modo que em sua leitura a consulta ao Mapa apresentado na Figura 19 irá auxiliar na apreensão das dinâmicas espaciais, enquanto que para a análise do processo temporal a linha do tempo a seguir irá consolidar o que já foi apresentado e guiar as discussões que serão abordadas neste capítulo.

	POLÍTICA PÚBLICA	MARCO HISTÓRICO
China	1911	Revolução Xinhai
Brasil	1930	Revolução de 1930
	1949	Revolução Comunista Chinesa Liderança de Mao Zedong
	Sistema de Registro Hukou	1950 Início dos Planos Quinquenais
	Zona Franca de Manaus	1957
	Programa Terceira Frente	1960
	1964	Ditadura empresarial militar
	Taxa de urbanização supera 50%	_1960' no BRASIL
	1966	Revolução Cultural
	1978	Liderança de Deng Xiaoping
	Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) e as Township and Village Enterprises (TVEs)	1980
	Constituição Federal	1988 Início dos Planos Plurianuais
	Lei de Planejamento Urbano	1990
	Área de Livre Comércio	1991
	Estatuto da Cidade	2001
	Taxa de urbanização supera 50%	_2011 na CHINA
	2013	Liderança de Xi Jinping
	Iniciativa Cinturão e Rota	2013
	Plano Nacional para um Novo Tipo de Urbanização (NNUP)	2014
	2016	Golpe

Espacialização do processo de urbanização ao longo do tempo:
China x Brasil

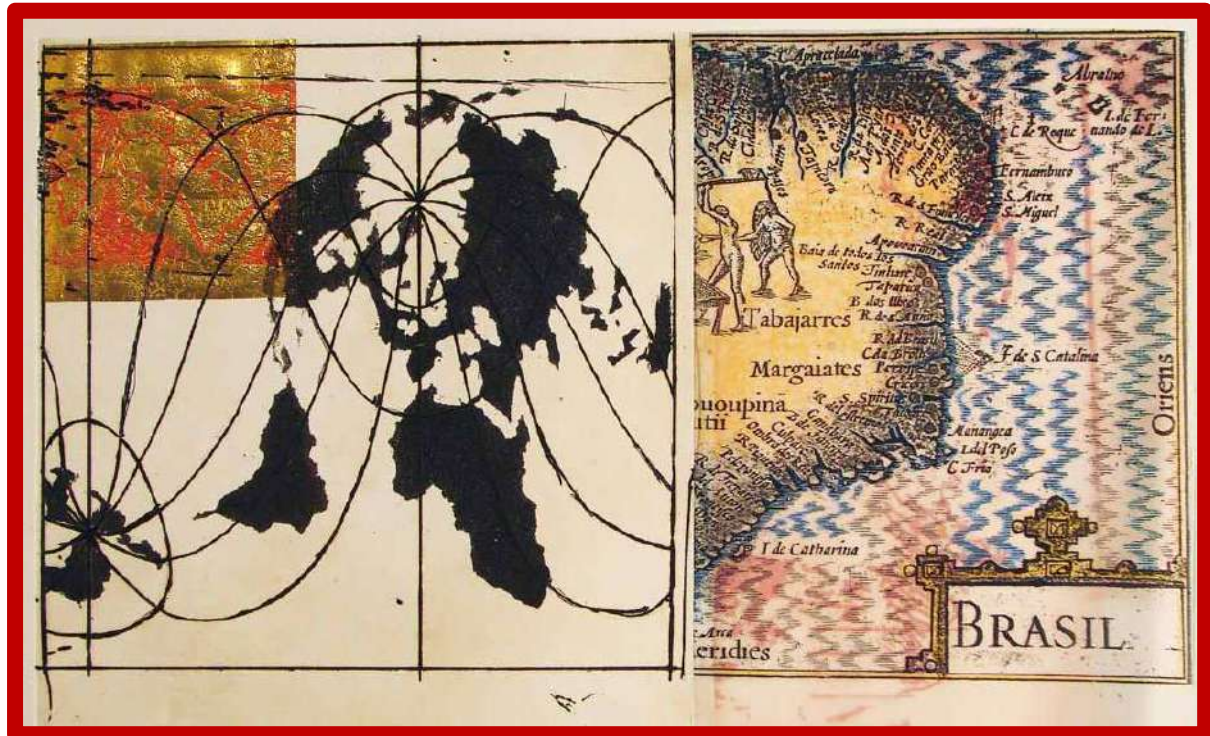


Figura 20 - Brasil 1500 - 1996, 1996, Anna Bella Geiger

O processo de urbanização dos estados brasileiros e das províncias chinesas foi moldado por contextos históricos, estruturas sociais e políticas econômicas e urbanísticas profundamente distintas. No Brasil, apesar de políticas de incentivo à industrialização na década de 1930, o processo de urbanização ocorreu com maior intensidade somente após a década de 1960.

Contudo, antes das décadas de 1940 e 1950, segundo Milton Santos (1993) o processo de urbanização se vincula fortemente às estruturas para a realização do comércio do que se produz nas áreas rurais e a administração seja pública ou mesmo privada tendo como objeto a exportação da produção, o que se traduz no Gráfico 7 com um protagonismo de estados como Rio de Janeiro e São Paulo também por suas estruturas portuárias.

E após 1960, como observado no Gráfico 7, ocorre uma acelerada urbanização que não se restringe a estados com cidades litorâneas e às grandes cidades industriais que vivenciam os processos de metropolização. Para Milton Santos (1993) é possível enumerar alguns fatores para explicar esse fenômeno, dentre eles está o aumento da natalidade seguido por uma redução da mortalidade que decorre de progressos em infraestrutura sanitária e o crescimento de uma população que vive em uma forma intermediária de modo de morar que não se pode caracterizar como rural, por ter como dormitório habitações com organizações citadinas.

“A população agrícola torna-se maior que a rural exatamente porque uma parte da população agrícola formada por trabalhadores do campo estacionais (os boias-frias) (Graziano da Silva, 1989) é urbana pela sua residência. Um complicador a mais para nossos velhos esquemas cidade-campo.” (SANTOS, 1993)

Entretanto, apesar de não possuírem a própria terra, sua subsistência provém do trabalho no campo, os chamados *boias-frias* crescem em população nesse período. Milton Santos ao observar tal fenômeno, o caracteriza com o conceito de cidades agrícolas, desvelando, portanto, uma grande contribuição para compreender o rápido e pretérito processo de urbanização brasileiro.

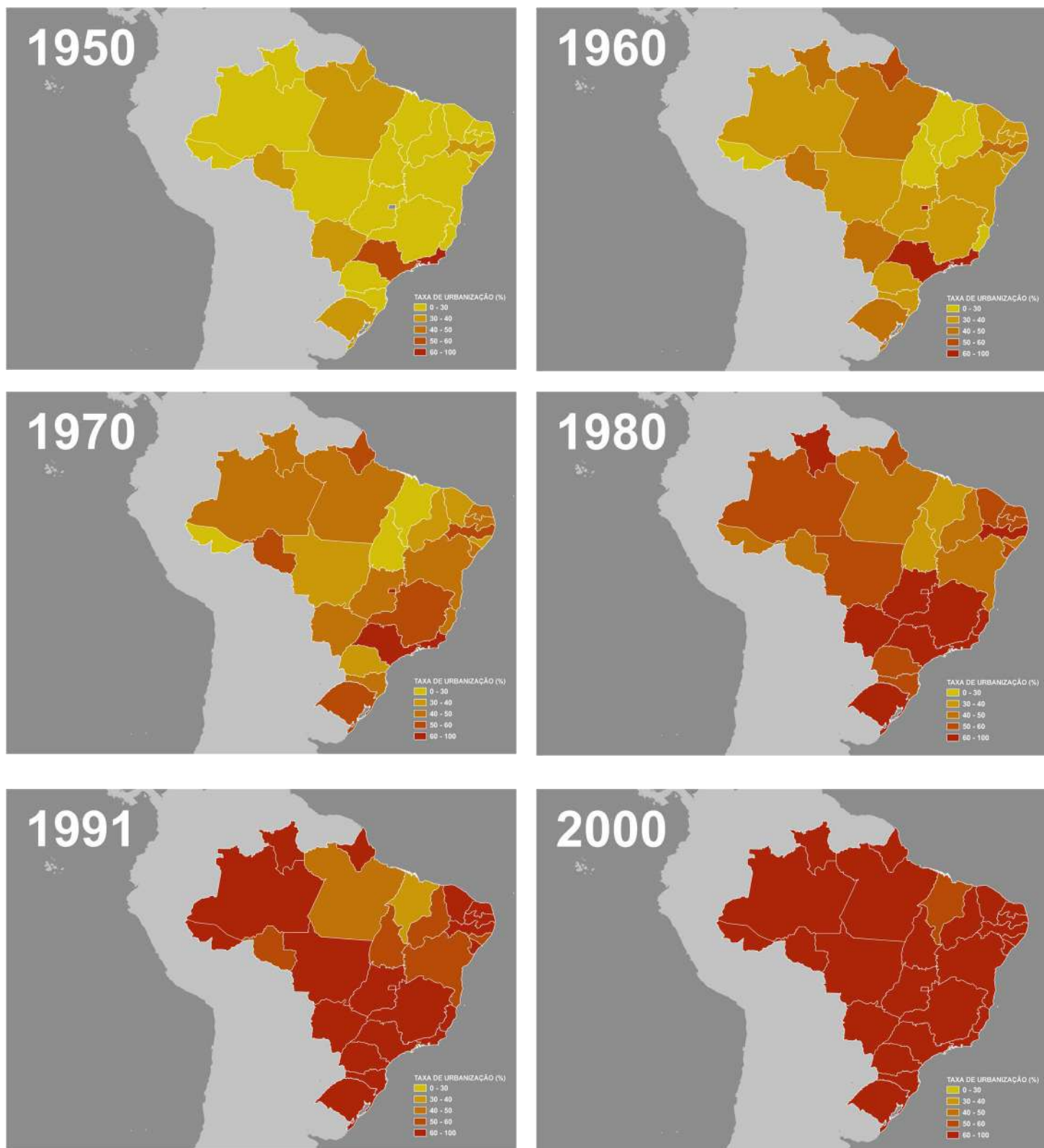
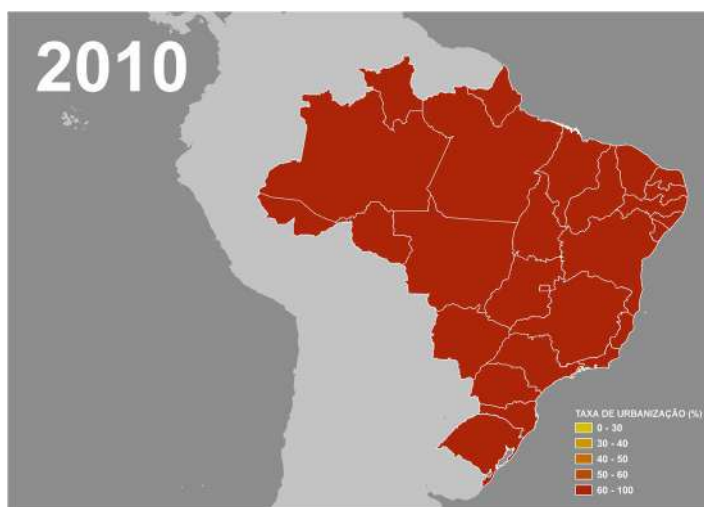


Figura 21 - Taxa de urbanização no Brasil por estado ao longo dos anos 1950, 1960, 1970, 1980, 1990, 2000. Elaborado pela autora com dados do IBGE (2025) através de única classificação para ambos os anos no modo quebra natural (Jenks) com aproximações para fins de comparação com a China.

Figura 22 - Taxa de urbanização no Brasil por estado em 2010. Elaborado pela autora com dados do IBGE (2025) através de única classificação para ambos os anos no modo quebra natural (Jenks) com aproximações para fins de comparação com a China.



Retomando o debate feito por Oliveira (2003), a relação entre cidade e campo, sobretudo a partir do fenômeno das cidades agrícolas, possui questões dialéticas que envolvem a *desruralização do produto*. Considerando que as cidades para além de, como já observado, terem como objeto a centralização de comércio, serviços, atividades administrativas e industriais, também se tornaram palco para o crescimento de um exército industrial de reserva que não acessa a estabilidade financeira que surge com a instituição das leis trabalhistas na década de 30, de modo que sua subsistência depende de atividades informais.

“As cidades são, por definição, a sede da economia industrial e de serviços. O crescimento urbano é, portanto, a contrapartida da desruralização do Produto, e, neste sentido, quanto menor a ponderação das atividades agrícolas no Produto, tanto maior a taxa de urbanização. Portanto, em primeiro lugar, o incremento da urbanização no Brasil obedece à lei do decréscimo da participação da agricultura no produto total. Sem embargo, apenas o crescimento da participação da indústria ou do setor Secundário como um todo, não seria o responsável pelos altíssimos incrementos da urbanização no Brasil. Esse fato levou uma boa parcela dos sociólogos no Brasil e na América Latina a falar de uma urbanização sem industrialização e do seu xipófago, uma urbanização com marginalização.” (OLIVEIRA, 2003)

Tal informalidade também é observada por Fulong Wu (2010) quando este questiona o conceito da marginalização pela ótica da relação campo-cidade na China. Para ele a marginalização não é baseada em isolamento e irrelevância justamente porque no contexto chinês pelo fato do exército industrial de reserva estar no campo, este está integrado com a economia global através de sua produção de uma forma direta.

“No entanto, essa população considerada “irrelevante” e marginal desempenha funções importantes para o setor moderno por meio da economia informal; por isso, a noção de marginalidade baseada no dualismo também é criticada (Caldeira, 2009). O que se sugere neste volume não é um processo de marginalização fundamentado no isolamento e na irrelevância. De fato, argumenta-se que a população migrante e outros grupos pobres constituem parte integrante da nova economia manufatureira chinesa e estão estreitamente vinculados à economia global (Wu, 2009). A marginalização é, portanto, específica ao lugar. Sob a perspectiva dos direitos de propriedade, das titularidades e da cidadania, demonstra-se que esses grupos são marginalizados no sentido de que seu “direito à cidade” tem sido restringido, e sua capacidade de negociar esse direito com outras instâncias foi enfraquecida..”¹⁸ (FULONG WU, 2010)

Enquanto que no contexto brasileiro Wu (2010) considera que a economia informal no caso da América Latina e também especificamente ao tratar do Brasil não está em uma relação dual, mas é assim como o processo de migração informal na China parte integral do que sustentou e sustenta a economia global.

Em vez de tentar reduzir processos complexos a uma condição de marginalidade por meio de uma caracterização bidimensional — a saber, a reestruturação econômica pós-fordista e o

¹⁸ Tradução livre da autora, texto original: “However, such an ‘irrelevant’ and marginal population provides important functions for the modern sector through the informal economy; and hence the notion of marginality based on the dualism is also criticized (Caldeira, 2009). What has been suggested in this volume is not a process of marginalization based on isolation and irrelevance. In fact, we suggest that the migrant population and other poor population are an integral part of the new Chinese manufacturing economy and are tightly linked to the global economy (Wu, 2009). Marginalization is thus place-specific. From the perspective of property rights, entitlements and citizenship, we demonstrate that they are marginalized in the sense that their ‘right to the city’ has been constrained; and their capacity of negotiating such a right with other agencies has been weakened.”

encolhimento do Estado de bem-estar social —, este volume retrata um quadro de mudança institucional, conforme descrito por Caldeira (2009, p. 852) no contexto das periferias urbanas do Brasil: “espaços inscritos com experiências contraditórias de transformação, crescimento autoconstruído, formação de classe, ambição de status, consumo moderno, conflito fundiário, ilegalidade residencial, violência, mobilização da cidadania e constante recriação de suas próprias representações”. Este volume oferece um relato detalhado da transformação dos direitos de propriedade, que está no cerne de um processo que restringe alguns ao mesmo tempo em que empodera outros na negociação de direitos.”¹⁹ (FULONG WU, 2010)

Entretanto, assim como salientam Jabbour e Gabriele (2021) no contexto Chinês, por existir políticas como o hukou, o exército industrial de reserva permaneceu no campo o que pode ser observado também pela baixa taxa de desemprego chinês.

“A taxa de urbanização – que, como visto, era de 54,8% em 2014 – aumenta (com expectativa de chegar a 60% em 2020), porém ainda abaixo da verificada nos EUA (82%), Alemanha (75%), França (80%), Coreia do Sul (82%) e Japão (93%) [...] Um baixo índice de desemprego (4,04%) é expressão tanto de fatores conjunturais [...] quanto estruturais, diretamente relacionada à propriedade familiar da terra e a possibilidade colocada ao trabalhador migrante de estabelecimento de seus negócios na própria aldeia como alternativa ao desemprego urbano. Na China o exército industrial de reserva não se concentra nas periferias das grandes cidades, mas principalmente no vilarejo.” (Elias Jabbour e Luiz Fernando de Paula (2018) apud Jabbour e Gabriele (2021))

Como já mencionado no capítulo 2 outra política pública importante para compreender esse processo foi o programa “Terceira Frente” (三線建設), um dos mais amplos e estratégicos programas de industrialização e reorganização territorial

¹⁹ Tradução livre da autora, texto original: “Rather than attempting to reduce the complex processes to a condition of marginality via two dimensional characterization, namely post-Fordism economic restructuring and recoiling of the welfare state, this volume depicts a picture of institutional change, as Caldeira (2009, p. 852) describes in the context of the urban peripheries of Brazil – ‘spaces inscribed with contradictory experiences of transformation, autoconstructed growth, class formation, status ambition, modern consumption, land conflict, residential illegality, violence, citizenship mobilization and constant recreation of their own representation’. This volume provides a detailed account of property rights transformation that is at the core of such a process of constraining some while empowering others in the negotiation of rights”

promovidos pela República Popular da China durante a Guerra Fria. Lançado em meados da década de 1960, entre 1964 e 1980, a política consistiu na transferência massiva de indústrias militares, científicas e manufatureiras para as regiões montanhosas e remotas do interior chinês, como resposta às tensões geopolíticas e à preparação para possíveis ataques externos (Tan, 2021). Este programa pode ser encarado como um fator determinante de aprofundamento da tecnificação do território chinês, representando um momento importante de organização do meio-técnico-científico informacional, conceito elaborado por Milton Santos (1993) para compreender um processo que se desvelava no Brasil.

“Esse meio técnico-científico (melhor chama-lo de meio-técnico-científico-informacional) é marcado pela presença da ciência e da técnica nos processos de remodelação do território essenciais às produções hegemônicas, que necessitam desse novo meio geográfico para sua realização. A informação, em todas as suas formas, é o motor fundamental do processo social e o território é, também, equipado para facilitar a sua circulação.” (SANTOS, 1993)

Conforme detalha Tan (2021), milhares de fábricas e instalações estratégicas foram realocadas das áreas costeiras, mais vulneráveis militarmente, para províncias do hinterlândia, num processo de grande sigilo estatal que combinou dispersão, ocultação e forte controle militar sobre as comunidades operárias. Esse esforço mobilizou aproximadamente 40% de todo o orçamento nacional de construção entre 1964 e 1983, resultando na implantação de mais de 1100 projetos industriais, na formação de cidades-fábrica como Panzhihua, Liupanshui e Shiyan, e numa reorganização profunda do padrão de desenvolvimento urbano e regional da China no período.



Figura 23 - Desenvolvimento das regiões da “Terceira Frente” na China continental de 1964 a 1983 (imagens originais de Chinese National Geography, redesenhadas por Tan (2021)).

O impacto da “Terceira Frente” sobre a história urbana e industrial chinesa só pode ser compreendido no contexto mais amplo da Guerra Fria. Como explica Gao (2025), o enfrentamento global entre blocos rivais moldou profundamente a produção do ambiente construído ao longo de mais de quatro décadas, influenciando práticas de planejamento, padrões habitacionais, infraestrutura e formas de vida cotidiana.

“Esse planejamento possibilitou que cada danwei²⁰ dispusesse tanto de áreas industriais quanto residenciais, além de pátios agrícolas e das correspondentes instalações de serviços, configurando um hibridismo urbano-rural “autossuficiente”.²¹(TAN, 2021)

A “Terceira Frente” expressa esse condicionamento histórico: um projeto estatal que uniu objetivos militares, estratégicos e econômicos, desviando milhões de trabalhadores e recursos públicos para regiões interioranas de difícil acesso (GAO, 2025). Além de consolidar bases industriais autossuficientes, o programa fomentou a criação de comunidades inteiramente organizadas em torno de danweis, das unidades de trabalho, muitas delas isoladas, regimentadas e planejadas para serem

²⁰ (单位 - dānwèi) significa literalmente “unidade de trabalho” em chinês. No contexto histórico e social da China, refere-se ao sistema de emprego estatal que dominou a vida urbana, especialmente entre as décadas de 1950 e 1980.

²¹ Tradução livre da autora, original: This planning made it possible for each danwei to have both industrial and residential areas, as well as agricultural yards and corresponding service facilities, making it a ‘self-sufficient’ urban-rural hybridism.

autárquicas, seguindo o modelo de Daqing²² descrito por Tan (2021) e exemplificado pela Figura 23.

*“O plano para a construção da base industrial petrolífera de Daqing não era apenas uma questão econômica, mas também — e mais importante — uma questão política. No processo de mobilização da construção de Daqing, foram apresentadas duas propostas para a edificação de uma cidade petrolífera: uma grande cidade concentrada ou um arranjo disperso, com assentamentos descentralizados. Com base nas lições extraídas de experiências anteriores de cidades petrolíferas, uma cidade concentrada que reproduzisse o modelo soviético apresentaria elevados padrões construtivos, porém seria lenta em sua implementação. Além disso, não atenderia às exigências de construção do campo petrolífero de Daqing e ampliaria a distância entre as áreas urbanas e rurais. A nova base industrial petrolífera socialista integrou trabalhadores e camponeses, sendo construídas em Daqing tanto áreas urbanas quanto rurais.”*²³ (TAN, 2021)

²² Daqing é uma cidade da província de Heilongjiang, nordeste da China, famosa por ser a "Capital do Petróleo da China" devido à descoberta do seu vasto campo petrolífero em 1959.

²³ Tradução livre da autora, texto original: The plan for the construction of the Daqing mining base was not just an economic question, but also – and more importantly – a political issue. When mobilizing the Daqing construction, there were two suggestions for building a petroleum city: a large concentrated city or a dispersed layout with decentralized settlements. Drawing on lessons from previous petroleum city practices, a concentrated city that copied the Soviet model would have had high construction standards but been slow to construct. Further, it would not have met the construction requirements for the Daqing oilfield and would have widened the gap between urban and rural areas. The new socialist industrial mining base integrated workers and peasants. Both urban and rural areas were built in Daqing.

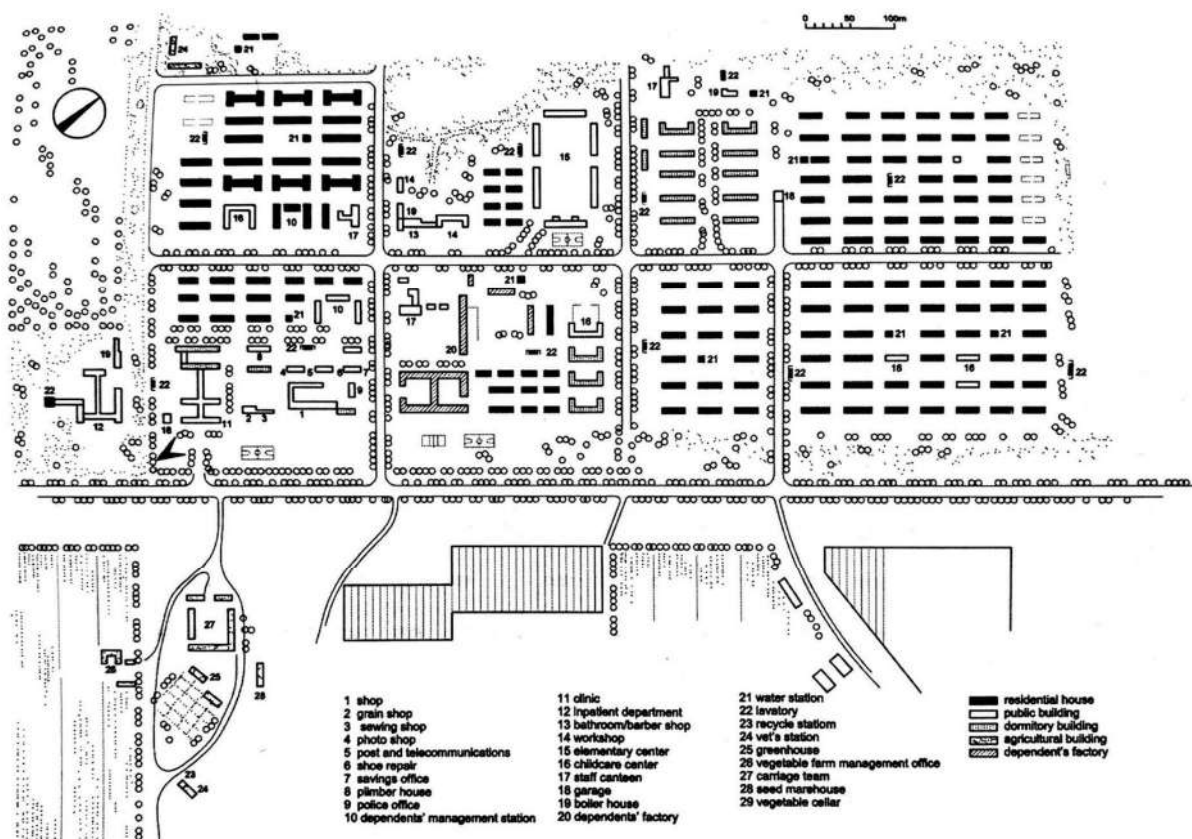


Figura 24 – Master Plan do Red Satellite Central Village, Daqing Design Institute, 1964 (original map by Daqing Design Institute, redesenhado por HOU Li, 'Building for oil')

Entretanto, embora tenha fortalecido a segurança nacional e dispersado a base industrial para longe das áreas vulneráveis, a “Terceira Frente” teve como consequência estrutural a limitação da expansão da urbanização chinesa. A política desviou investimentos de infraestruturas metropolitanas e corredores costeiros, historicamente mais integrados à economia global, para territórios rurais montanhosos, onde a construção de cidades e fábricas demandava grande esforço logístico e apresentava condições físicas adversas (TAN, 2021; GAO, 2025). Esse deslocamento forçado de recursos e de força de trabalho para regiões pouco urbanizadas interrompeu ciclos naturais de concentração urbana, fragmentou o sistema produtivo e reteve o crescimento de grandes centros urbanos. Tan (2021) observa que o planejamento urbano da época foi inteiramente subordinado às necessidades industriais e militares, sendo descrito como um “plano mestre para o desenvolvimento industrial” e não como um plano urbano convencional: ao invés de incentivar metropolização, adotou uma lógica de dispersão e ocultação espacial que restringiu a formação de cidades densas e integradas.

Uma possível relação entre esse fenômeno e o processo de urbanização brasileiro é, como observado por Milton Santos (1993) a forma de organização econômico-territorial que se desdobrou após a Segunda Guerra Mundial. No Brasil houve um fortalecimento de São Paulo enquanto metrópole concentrando atividades intelectuais e voltadas a modernização do país, e através das novas formas de fluxos de informação foi possível a presença de São Paulo difundida por todo o território nacional como observado no trecho abaixo:

“A nova divisão do trabalho territorial a tingem, também, a própria região concentrada, privilegiando a cidade de São Paulo, a respectiva Região Metropolitana e seu entorno onde a acumulação de atividades intelectuais ligadas à nova modernidade assegura a possibilidade de criação de numerosas atividades produtivas de ponta, ambos esses fatos garantindo-lhe preeminência em relação às demais áreas e lhe atribuindo, por isso mesmo, novas condições de polarização. Atividades modernas presentes em diversos pontos do País necessitam de se apoiar em São Paulo para um número crescente de tarefas. São Paulo fica presente em todo o território brasileiro, graças a esses novos nexos, geradores de fluxos de informação indispensáveis ao trabalho produtivo. Se muitas variáveis modernas se difundirem amplamente sobre o território, parte considerável de sua operação depende de outras variáveis geograficamente concentradas. Dispersão e concentração dão-se, uma vez mais de modo dialético, de modo complementar e contraditório. É desse modo que São Paulo se impõe como metrópole onipresente e, por isso mesmo, e ao mesmo tempo, como metrópole irrecusável para todo o território brasileiro.” (SANTOS, 1993)

Deste modo é possível conceber a utilização do conceito de “dissolução da metrópole” elaborado por Santos (1993), contudo no Brasil, apesar dos incentivos para a ampliação de seu parque industrial, a produção e comercialização de commodities permanece o centro da economia, na China o campo permanece a base para a subsistência da população, enquanto que o processo de industrialização toma um papel de protagonismo no que tange principalmente o comércio exterior.

“As questões de centro-periferia, como precedentemente colocados, e a das regiões polarizadas, ficam, assim, ultrapassadas. Hoje a metrópole está presente em toda parte, no mesmo momento, instantaneamente. Antes, a metrópole não apenas não chegava no mesmo tempo a todos os lugares, como a descentralização era diacrônica: hoje a instantaneidade é socialmente sincrônica. Trata-se, assim, de verdadeira “dissolução da metrópole”, condição, aliás, do funcionamento da sociedade econômica e da sociedade política.”
(SANTOS, 1993)

Além disso, como sublinha Gao (2025), a localização dispersa das plantas industriais no interior gerou custos elevados de infraestrutura, baixa eficiência logística e dificuldades para integração regional, o que posteriormente levou o governo chinês, já nos anos 1980, a reverter parte da política e transferir algumas instalações de volta para áreas mais adequadas ao crescimento urbano e econômico como observado na Figura 8. Contudo e a despeito destas transferências, se pode observar que apesar da província de Hubei ser considerada um típico exemplo de território objeto do programa com cerca de 150 projetos e a criação de uma cidade voltada à Terceira Fronte chamada Shiyan, ela possui taxas de urbanização modestas em relação às áreas que foram alvo de políticas como as ZEEs²⁴ delimitadas temporalmente na Figura 11.

²⁴ Este tema será abordado de com maior detalhe no subtítulo “Desenvolvimento desigual e distribuição espaço-temporal do PIB” deste Capítulo 3.

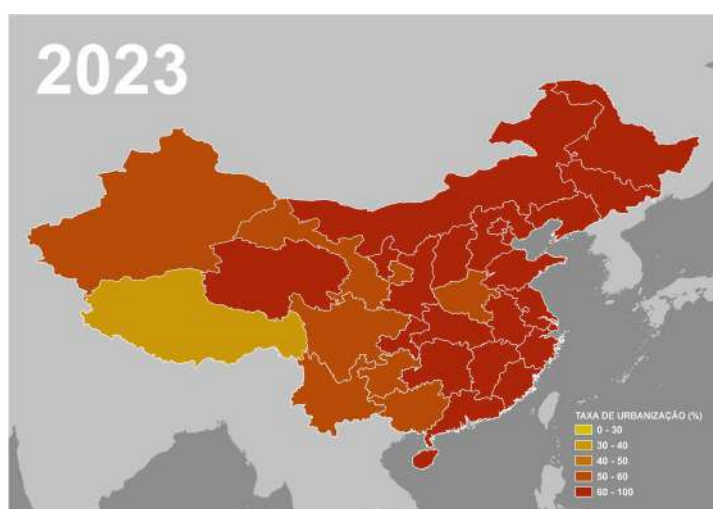
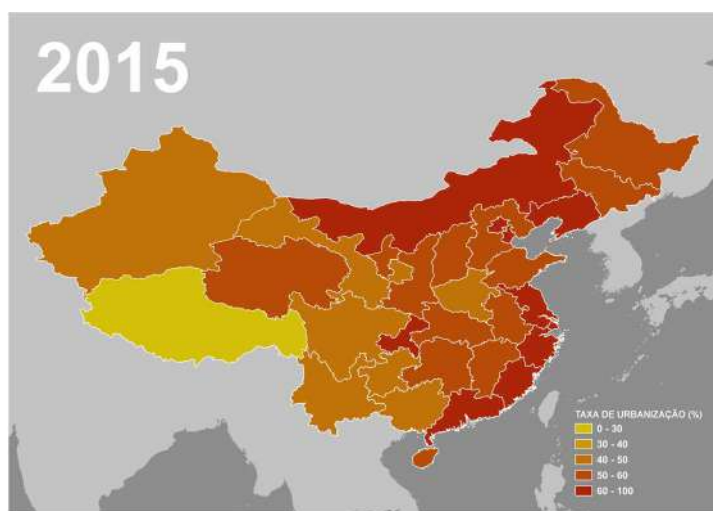
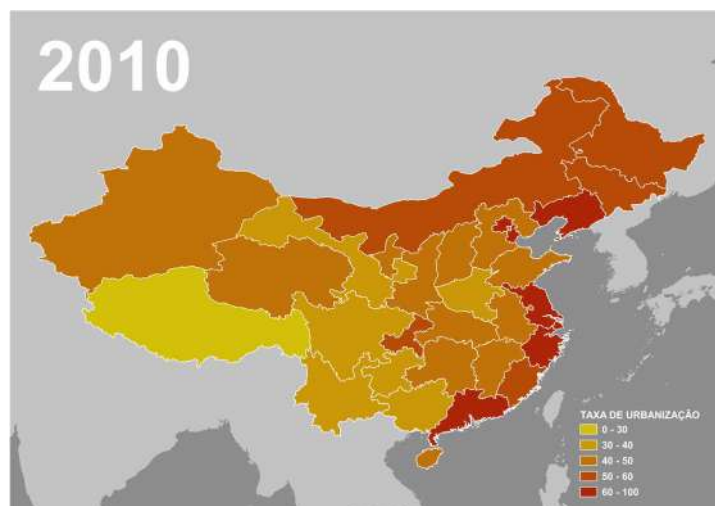
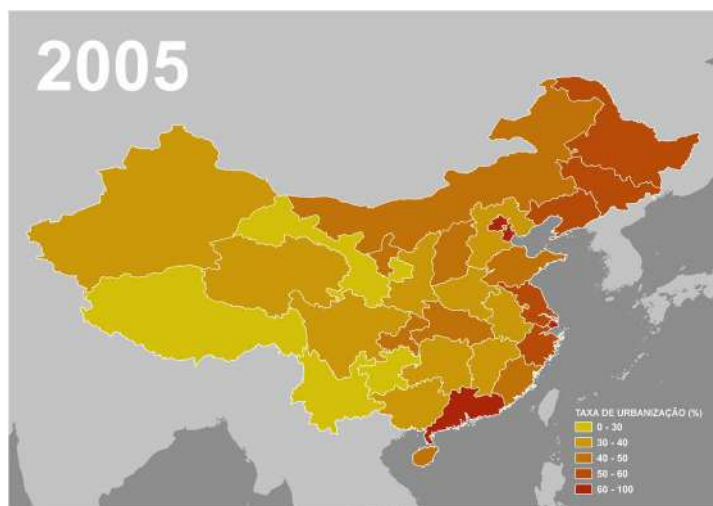


Figura 25 - Taxa de urbanização (%) na China por província ao longo dos anos 2005, 2010, 2015, 2020 e 2023. Elaborado pela autora com dados do NBS (2025) através de única classificação para ambos os anos no modo quebra natural (Jenks).

O espalhamento da taxa de urbanização no território chinês após a instituição do Plano Nacional para um Novo Tipo de Urbanização [NNUP] (2014–2020) é inegavelmente percebido no Gráfico 8, mas para compreender melhor tanto sua temporalidade quanto suas premissas, em 2015, Fang produz um artigo indicando que a intenção de avançar rumo a uma “urbanização com características chinesas” foi anunciada pelo governo chinês em 2002, de modo que ainda sob a direção de Deng Xiaoping o país buscava romper com padrões tradicionais de urbanização e inaugurar um novo modelo, ajustado às transformações econômicas e sociais da China contemporânea. Contudo a formalização desse projeto ocorre em 2014, incluída nas políticas de Xi Jinping, com a promulgação do Plano Nacional para um Novo Tipo de Urbanização [NNUP] (2014–2020), documento que estabelece as diretrizes para a construção urbana, o desenvolvimento social e o crescimento econômico no período seguinte.

Para Fang (2015) o plano pressupõe variações territoriais e a necessidade de pesquisas capazes de identificar modelos regionais, orientando estratégias específicas para diferentes áreas. Tal abordagem fundamenta-se no reconhecimento de que os problemas e potencialidades da urbanização chinesa, como migração, uso da terra, desigualdade de serviços públicos, pressões ambientais, capacidade de geração de renda e preservação cultural, se manifestam de forma desigual entre regiões. A lógica que estrutura a nova urbanização representa uma ruptura com o modelo anterior, centrado quase exclusivamente no crescimento econômico. O novo paradigma propõe uma urbanização “orientada para as pessoas”, conforme formula o premiê Li Keqiang, enfatizando a universalização dos serviços públicos, a integração urbano-rural, a proteção ambiental, o fortalecimento de economias de serviços e a valorização cultural. Esse modelo busca responder a questões urgentes, como a vulnerabilidade social de migrantes rurais que vivem nas cidades sem pleno acesso a direitos; a perda acelerada de terras agrícolas devido à expansão urbana; a pressão ambiental decorrente da concentração populacional; e a fragilização das culturas locais diante da urbanização em larga escala.



Figura 26 - Plano de regionalização do Plano Nacional para um Novo Tipo de Urbanização [NNUP] (FANG, 2015)

Segundo Fang (2015) o plano organiza o território em cinco grandes tipos de regiões de desenvolvimento da urbanização como descrito na Figura 26, cada uma com características específicas:

I. Regiões de desenvolvimento da urbanização por aglomerações urbanas: reúne os principais polos urbanos do país. Composta por cinco aglomerações urbanas nacionais, nove regionais e seis locais, representando os espaços onde a urbanização é mais intensa e onde se concentram atividades econômicas de alta complexidade. Nessas regiões, o foco é gerir a alta densidade populacional, integrar sistemas metropolitanos e enfrentar problemas ambientais decorrentes da concentração urbana.

II. Regiões de desenvolvimento da urbanização produtoras de grãos: corresponde aos principais cinturões agrícolas do país. Abrange, no Norte, Hebei,

Mongólia Interior, Liaoning, Jilin, Heilongjiang, Shandong e Henan; no Sul, Jiangsu, Anhui, Jiangxi, Hubei, Hunan e Sichuan. Essas regiões têm papel essencial na segurança alimentar chinesa, motivo pelo qual o plano busca equilibrar a expansão urbana com a preservação da terra arável e com a melhoria da eficiência produtiva.

III. Regiões de desenvolvimento da urbanização baseadas na agricultura, silvicultura e criação animal: foi definida a partir de critérios de regionalização agrícola e ecológica. Inclui sub-regiões como as áreas montanhosas do Sudeste, Nanling, Hainan e ilhas do Mar do Sul da China, o planalto de Loess e o Corredor de Hexi. Esses territórios apresentam economias fortemente dependentes dos recursos naturais e, portanto, demandam estratégias de urbanização que integrem conservação ambiental, modernização produtiva e adaptação ecológica.

IV. Regiões de desenvolvimento da urbanização vinculadas ao combate à pobreza: corresponde às 11 áreas prioritárias de ação do plano nacional de redução da pobreza, definidas no Outline for Development-Oriented Poverty Reduction for China's Rural Areas (2011–2020). Nesse caso, a urbanização é entendida como instrumento de inclusão social, buscando ampliar o acesso a serviços públicos, gerar emprego e mitigar desigualdades históricas.

V. Regiões de desenvolvimento da urbanização em áreas autônomas étnicas: reúne seis sub-regiões ocupadas majoritariamente por minorias nacionais: o Tibete, Xinjiang, Guangxi, Yanbian, a região Herculano Mongol-Tibetana e Xiangxi (Tujia e Miao). Nessas áreas, a urbanização deve considerar as especificidades culturais, a coesão étnica e a integração territorial, garantindo que o desenvolvimento respeite e fortaleça as identidades locais.

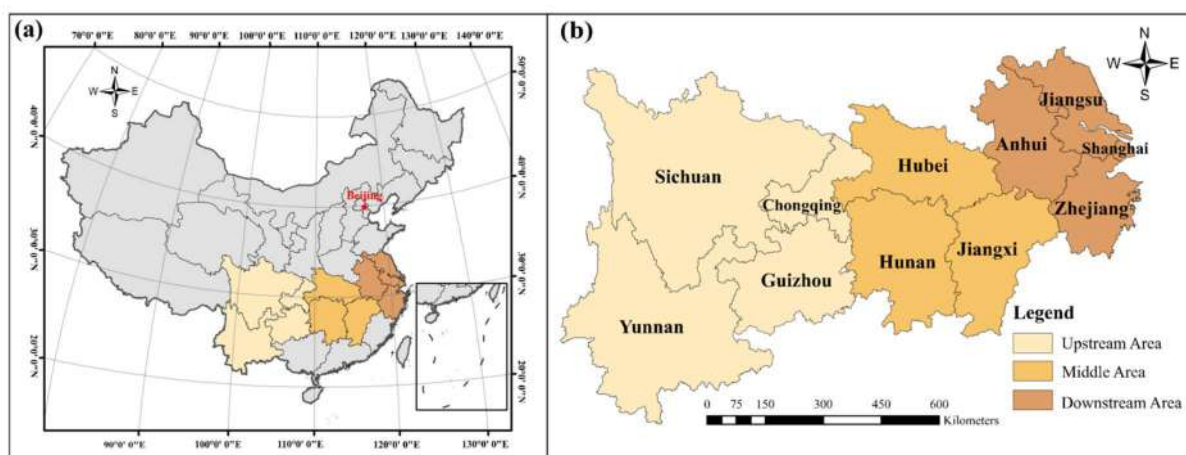


Figura 27 - (a) Mapa da localização geográfica do Cinturão Econômico do Rio Yangtse na China; (b) mapa da distribuição das regiões a montante, médio curso e jusante do Rio Yangtse. YANG (2022)

A ampliação quantitativa da taxa de urbanização, como já visto, foi efetiva, mas quando se trata de uma análise qualitativa resultante da regionalização descrita por Fang (2015) seria necessário um estudo complementar, afinal enquanto que para Yang (2022) por exemplo, utilizando como instrumento de análise a variável da “eficiência do uso do solo urbano”, o plano teve um efeito significativamente positivo para a área do Cinturão Econômico do Rio Yangtse, para Chen (2019), identificado na figura 10, contudo, especificamente em Anhui, ocorre a redução de vínculos comunitários como resultado da expansão do processo de urbanização.

No caso brasileiro, a urbanização acelerada a partir da década de 1960 revela uma dinâmica fortemente associada à reorganização da relação cidade–campo e à formação de um amplo exército industrial de reserva, cuja subsistência permaneceu marcada pela informalidade e pela precariedade. A contribuição de Milton Santos, ao conceituar as cidades agrícolas, permite compreender como a urbanização brasileira se expandiu para além dos polos industriais clássicos, articulando formas híbridas de morar e trabalhar que tensionam as categorias tradicionais do urbano e do rural. Já no contexto chinês, a trajetória urbana foi profundamente condicionada por decisões estatais estratégicas, como o programa “Terceira Frente”, que promoveu a dispersão industrial e a tecnificação do território interiorano, ao mesmo tempo em que limitou a concentração urbana e a expansão metropolitana por décadas.

Posteriormente, com a promulgação do Plano Nacional para um Novo Tipo de Urbanização, observa-se uma inflexão no modelo, que passa a reconhecer explicitamente as desigualdades regionais e a necessidade de estratégias territoriais diferenciadas. Ainda assim, como indicam estudos recentes, a ampliação quantitativa da urbanização não se traduz automaticamente em ganhos qualitativos homogêneos, revelando contradições persistentes entre eficiência econômica, coesão social e preservação cultural.

Neste contexto e com o objetivo de aprofundar a discussão entre o desenvolvimento desigual e distribuição espaço-temporal adicionamos a essa discussão variáveis econômicas que serão analisadas no próximo capítulo.

Desenvolvimento desigual e distribuição espaço-temporal de variáveis econômicas

As políticas públicas tratadas ao longo deste estudo resultaram em profundas mudanças na paisagem, no entanto, tanto as suas concepções quanto suas aplicações são atravessadas por argumentos pautados no desenvolvimento econômico, como por exemplo, o trecho abaixo do Plano Nacional para um Novo tipo de Urbanização – NNUP (2014 - 2020):

*“A urbanização é uma alavanca crucial para acelerar a reestruturação e a modernização industrial. A reestruturação e a modernização industrial são tarefas estratégicas para a transformação do modelo de desenvolvimento econômico, e acelerar o desenvolvimento do setor de serviços é a principal direção para otimizar e modernizar a estrutura industrial. Atualmente, o valor agregado do setor de serviços do meu país representa apenas 46,1% do PIB, muito abaixo da média de 74% dos países desenvolvidos e significativamente inferior à média de 53% dos países de renda média. A urbanização está intimamente ligada ao desenvolvimento do setor de serviços, que é o maior absorvedor de empregos.”*²⁵ (Governo da República Popular da China. Plano Nacional para um Novo tipo de Urbanização – NNUP, 2014)

Desta forma, e com a intenção de propor uma discussão que esteja vinculada à uma percepção espaço-temporal da realidade, as variáveis econômicas tratadas deste capítulo serão abordadas a partir de sua distribuição no território chinês e brasileiro ao longo do tempo em relação a políticas públicas aplicadas a nível nacional.

A princípio a variação do Produto Interno Bruto (PIB) das províncias chinesas ao longo das últimas décadas como observado na Figura 28 pode indicar que o

²⁵ Tradução realizada através do Google tradutor, original: 城镇化是加快产业结构转型升级的重要抓手。产业结构转型升级是转变经济发展方式的战略任务，加快发展服务业是产业结构优化升级的主攻方向。目前我国服务业增加值占国内生产总值比重仅为46.1%，与发达国家74%的平均水平相距甚远，与中等收入国家53%的平均水平也有较大差距。城镇化与服务业发展密切相关，服务业是就业的最大容纳器。

crescimento econômico da China seguiu uma lógica desigual, com províncias costeiras apresentando um avanço acelerado, enquanto áreas do interior registraram um aumento mais lento, ainda que progressivo. Contudo, a escolha por analisar a variação do PIB provincial, está pautada em como as diferenças regionais na estrutura produtiva e as consequências de políticas como às ZEEs são mais pertinentes do que puramente um indicador de crescimento econômico. E assim como mostra o trecho abaixo, a localização das ZEEs tinham um objetivo para além da provisão de infraestrutura, mas também estratégica no que tange as relações internacionais chinesas, fortalecendo, portanto, o argumento de que a espacialização dos dados ao longo do tempo auxilia na compreensão da aplicação destas políticas públicas.

“Indicamos anteriormente a planificação econômica como uma conquista humana, para em seguida apontar que a inter-relação dos diferentes modos de produção e estruturas de propriedade que surgiram na China após 1978 demandaram sucessivas ondas de inovações institucionais que estabilizaram a convivência de diferentes momentos históricos. A instituição de contratos de responsabilidades entre as famílias camponesas e o Estado marcou o início das reformas econômicas. Desde então, experimentos que não seguem nenhuma ordem ou forma rígida se sucederam. Por exemplo, o espraiamento das ZEE a todo o litoral, colocando o país em crescente contato com o exterior.” (JABBOUR E GABRIELE, 2021)

O mesmo ocorre quando espacializa-se a evolução do valor agregado da construção civil e da agricultura nas províncias chinesas tal análise não possui como objetivo inferir sobre o crescimento urbano e econômico do país, mas sim sobre o papel estratégico desempenhado pelo Estado na definição do espaço construído, no campo e no direcionamento do investimento em infraestrutura.

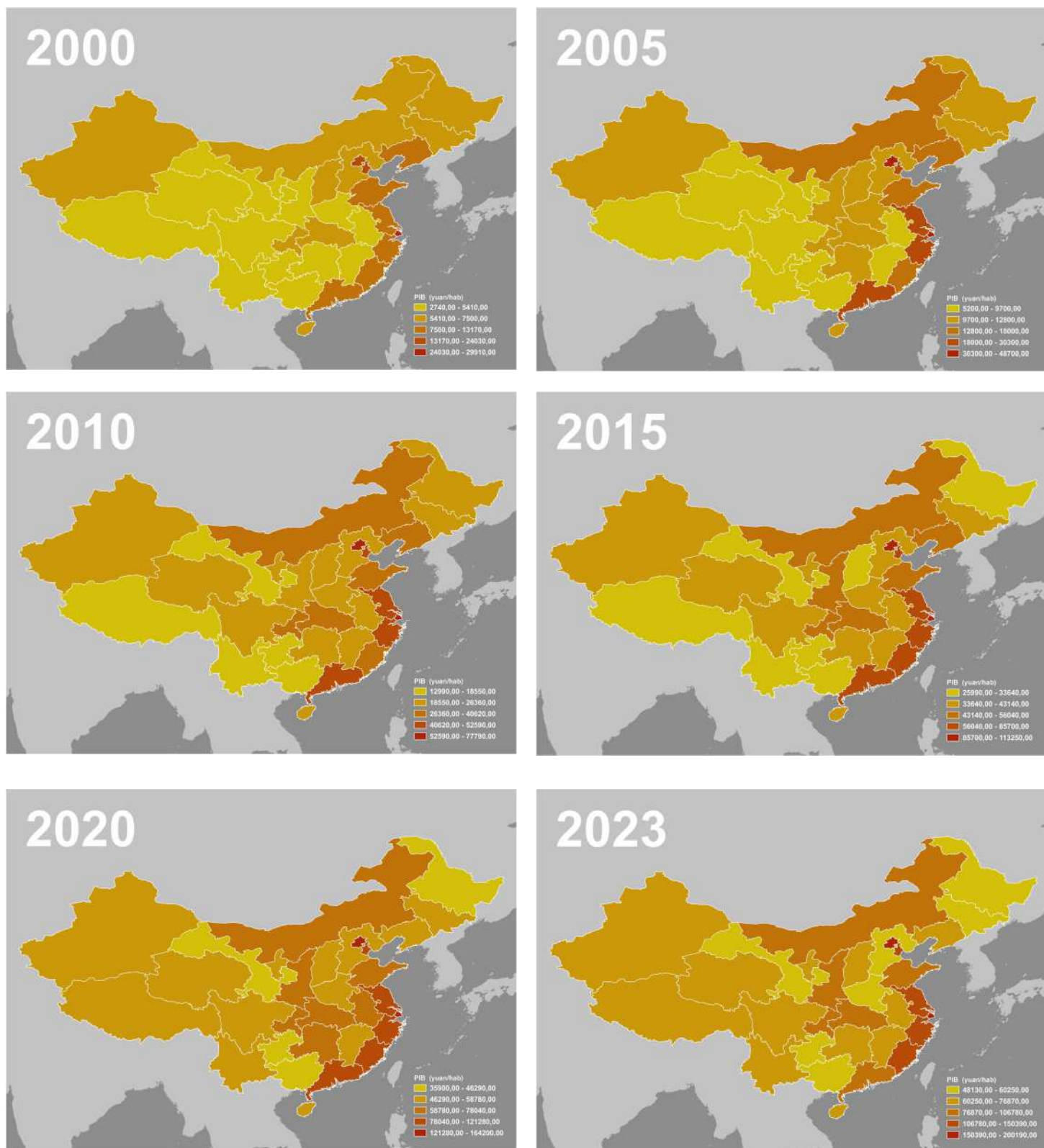


Figura 28 - PIB (yuan/hab) na China por província ao longo dos anos 2000, 2005, 2010, 2015, 2020 e 2023. Elaborado pela autora com dados do NBS (2025) através de classificação no modo quebra natural (Jenks).

Para compreender o *desenvolvimento desigual* observado que resulta na predominância de maiores valores do PIB nas áreas costeiras é necessário observar políticas públicas que acompanharam a abertura do mercado Chinês com a liderança de Deng Xiaoping. Dentre elas estão as Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) e as Township and Village Enterprises (TVEs)²⁶.

“De um lado, por meio das ZEEs, se procurava priorizar a região Leste do país, basicamente a área da costa, aproveitando-se da localização geográfica de maior oferta de infraestrutura e conexão com o mercado internacional por meio de portos e da proximidade com Hong Kong, Macau, Taiwan e Cingapura. De outro, as TVEs, distribuídas nas zonas rurais do país, exploravam a peculiar industrialização chinesa das áreas rurais, promovida no período pré-reformas, consolidando, sob novas bases institucionais, a dispersão das atividades produtivas pelo território.” (NOVA, 2023)

Neste contexto, a partir do final da década de 1970 as ZEEs foram criadas e nessas zonas, foram adotados regimes diferenciados de gestão econômica, fiscal e administrativa, incluindo incentivos ao investimento estrangeiro, maior autonomia local para decisões produtivas, flexibilização regulatória e orientação exportadora, sob estrito controle estatal. Inicialmente implantadas em cidades costeiras como Shenzhen, Zhuhai, Shantou e Xiamen, as ZEEs funcionaram como laboratórios territoriais do desenvolvimento, promovendo rápida industrialização, intensa urbanização e forte atração de fluxos de capital e trabalho. Ao mesmo tempo, contribuíram para aprofundar desigualdades regionais ao concentrar investimentos e infraestrutura em áreas específicas do território chinês, tornando-se um elemento central para compreender a distribuição espacial do crescimento econômico e da urbanização no país. A implementação das ZEEs além de flexibilizar direitos trabalhistas como observado por Wu (2015) também teve como base a separação entre os direitos de propriedade que permanecem públicos e a definição das diretrizes de uso e ocupação do solo que seriam determinadas por entes privados. Essa

²⁶ As Township and Village Enterprises (TVEs) surgiram nos anos 1980 como um modelo que abriu portas para outras formas proprietárias de empresas e apesar do nome, não se trata de propriedade de municípios e vilas, mas sim localizadas em municípios e vilas. A propriedade neste caso poderia ser também de domicílios conjugados de membros dos municípios e de indivíduos autônomos podendo ser, portanto, um eufemismo para empresas privadas (MAJEROWICZ, 2022)

estratégia de gestão dual da terra acabou por ser uma das causas de mercados ilegais, corrupção e descontentamento social (LIN E HO, 2005).

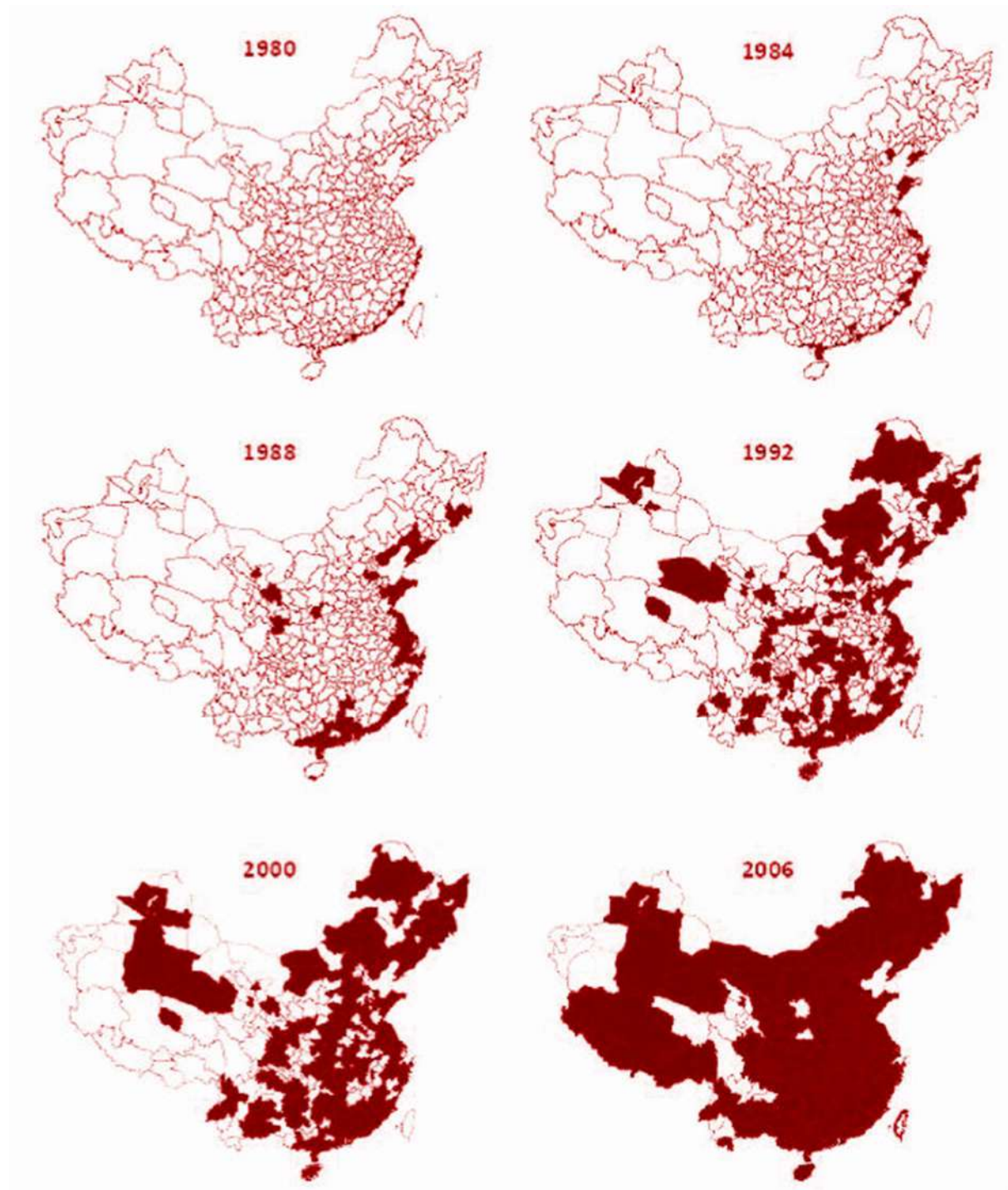


Figura 29 - A evolução geográfica do experimento das Zonas Econômicas Especiais (ZEE). WANG (2013) apud NOVA (2023)

As primeiras ZEEs se localizavam como observado na Figura 29 nas regiões costeiras e tinham como propósito colocar o país em contato com o exterior através da absorção e criação de uma forma capitalista de propriedade com fins estratégicos (JABBOUR E GABRIELE, 2021). Essa localização privilegiada, seja por possuir infraestrutura urbana já consolidada, seja pela conexão com portos e a proximidade com Hong Kong, Macau, Taiwan e Cingapura como observado por Vitor Boa Nova (2023) foi aproveitada por investidores estrangeiros com a contrapartida da realização de transferências de tecnologias.

“A política de criação das ZEEs (ver figura 3), portanto, se colocou como um dos principais vetores do processo de abertura, servindo estrategicamente (i) à atração de capital estrangeiro, com o propósito de realizar transferências de tecnologia – através de joint ventures – e (ii), por meio das exportações daí provenientes, ao acúmulo de reservas em moeda estrangeira, estabelecendo as bases para uma condição de soberania monetária que viria a se tornar imprescindível para a dinâmica de acumulação subsequente, a partir de elevadas taxas de investimento.” (NOVA, 2023)

O mesmo nível de interesse estrangeiro não se realizou com a ampliação das ZEEs previstas entre 1988 e 2006 como visto na Figura 8 resultando possivelmente na concentração do PIB global na região leste que persiste ao longo dos anos como observado no Gráfico 9.

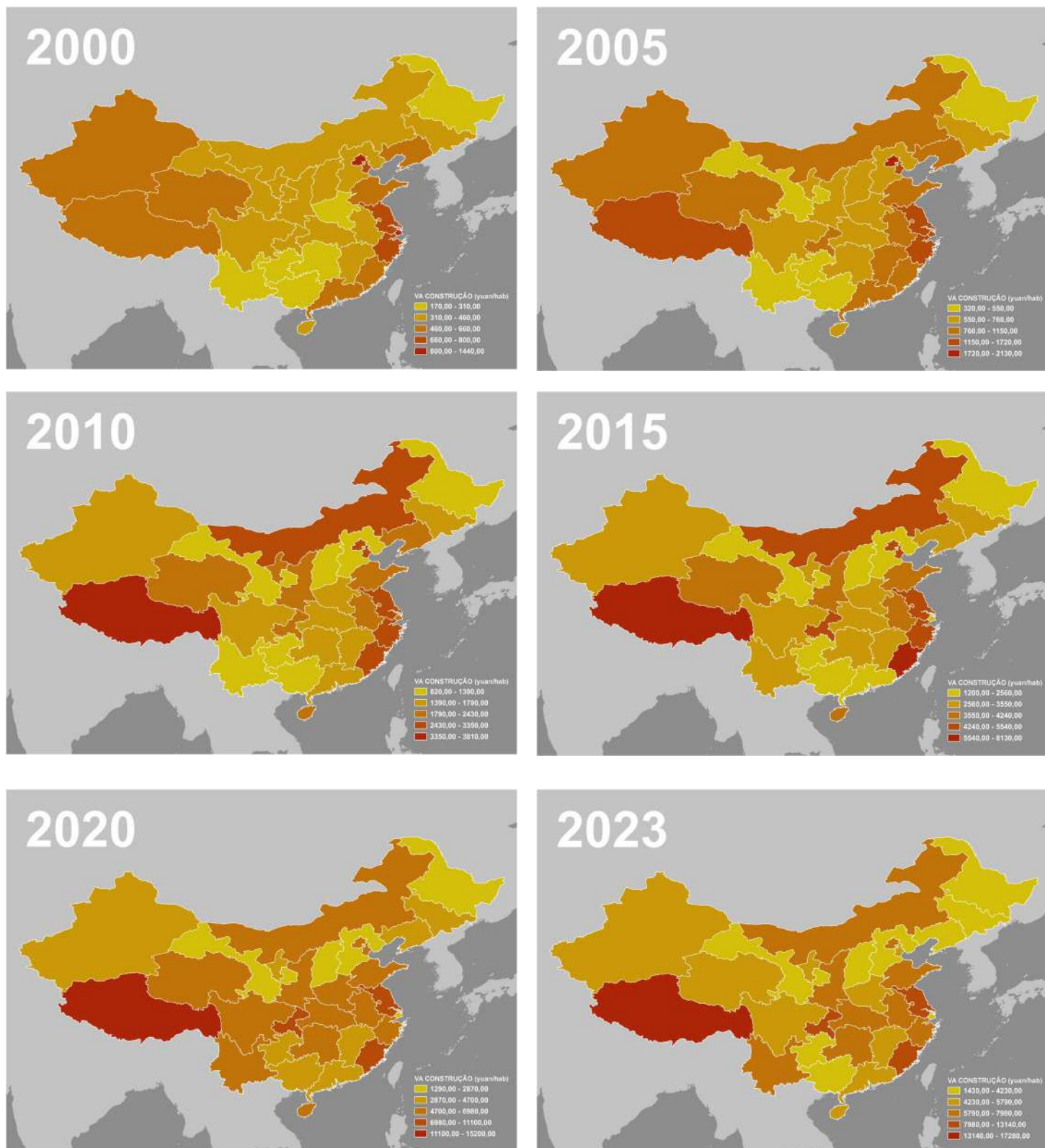


Figura 30 - Valor agregado no setor da Construção Civil (yuan/hab) na China por província ao longo dos anos 2000, 2005, 2010, 2015, 2020 e 2023. Elaborado pela autora com dados do NBS (2025) através de classificação no modo quebra natural (Jenks).

Apesar haver um crescimento expressivo do valor agregado da construção civil em todo o território chinês ao longo dos anos analisados, a província do Tibet apresenta após 2012, no Gráfico 10, destoa das outras apresentando uma maior variação em relação às demais províncias. A explicação para esse aumento não corresponde à taxa de urbanização observada no Gráfico 8 e uma possível explicação pode vir da ampliação da malha rodoviária que liga o Tibet ao Nepal e segundo Murton (2020) corresponde também a infraestruturas que constituem a Iniciativa Cinturão e Rota²⁷.

Neste momento é importante consolidar que o setor da construção civil na China é tratado como estratégico quando se trata da formulação de políticas públicas, como observado no trecho do Plano Nacional para um Novo tipo de Urbanização – NNUP (2014 - 2020) abaixo, é um setor considerado como uma força motriz fundamental para o desenvolvimento econômico, sendo um multiplicador capaz de prover a expansão de outros setores da economia.

“A urbanização é um poderoso motor para o desenvolvimento econômico sustentável e saudável. A demanda interna é a força motriz fundamental do desenvolvimento econômico do meu país, e o maior potencial para a expansão dessa demanda reside na urbanização. Atualmente, a taxa de urbanização da população permanente no meu país é de 53,7%, enquanto a taxa de urbanização da população registrada é de apenas cerca de 36%. Isso está muito abaixo da média de 80% nos países desenvolvidos, e também abaixo da média de 60% nos países em desenvolvimento com renda per capita semelhante, indicando um significativo potencial de crescimento. A melhoria contínua da urbanização permitirá que mais agricultores aumentem sua renda por meio da transferência de empregos e desfrutem de melhores serviços públicos ao se tornarem residentes urbanos. Isso levará a uma expansão contínua do grupo de consumidores urbanos, a uma melhoria na estrutura de consumo e à liberação do potencial de consumo. Também gerará uma enorme demanda por investimentos

²⁷ A Iniciativa Cinturão e Rota pode ser entendida como uma ampla estratégia de conectividade internacional liderada pela China, estruturada como uma rede em que o país atua como núcleo central, articulando mecanismos institucionais, acordos bilaterais, fóruns multilaterais e obras de infraestrutura com diversos Estados parceiros. Em vez de um tratado multilateral único, a Iniciativa Cinturão e Rota funciona como um arranjo “quase-multilateral”, composto por mecanismos gerais e específicos (como fóruns jurídicos, plataformas de financiamento e o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura), além de um conjunto de documentos e acordos bilaterais que sustentam cooperação econômica e política. Formando uma combinação entre instituições, regras e coordenação de políticas e corredores econômicos e infraestrutura de transporte (WANG, 2019).

em infraestrutura urbana, serviços públicos e construção de moradias, proporcionando um impulso sustentado para o desenvolvimento econômico.”²⁸ (Governo da República Popular da China. Plano Nacional para um Novo tipo de Urbanização – NNUP, 2014)

Entre 1991 e 2014, segundo Jabbour e Gabriele (2021) ocorreu uma redução na porcentagem de terras aráveis, contudo como observamos no Gráfico 11 ocorre nesse mesmo período um aumento no valor agregado da agricultura de forma distribuída no país. Um argumento para esse acontecimento é que esse aumento na produtividade na agricultura chinesa decorre do processo de mecanização e que a china passa por um processo de tecnificação e especialização produtiva que provavelmente levará a transformação da agricultura em um ramo industrial (JABBOUR E GABRIELE, 2021)

²⁸ Tradução realizada através do Google tradutor, original: 城镇化是保持经济持续健康发展的强大引擎。内需是我国经济发展的根本动力，扩大内需的最大潜力在于城镇化。目前我国常住人口城镇化率为53.7%，户籍人口城镇化率只有36%左右，不仅远低于发达国家80%的平均水平，也低于人均收入与我国相近的发展中国家60%的平均水平，还有较大的发展空间。城镇化水平持续提高，会使更多农民通过转移就业提高收入，通过转为市民享受更好的公共服务，从而使城镇消费群体不断扩大、消费结构不断升级、消费潜力不断释放，也会带来城市基础设施、公共服务设施和住宅建设等巨大投资需求，这将为经济发展提供持续的动力。

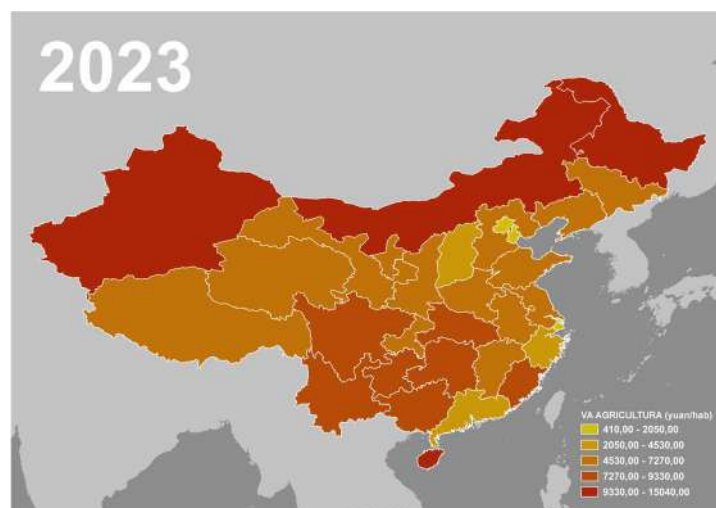
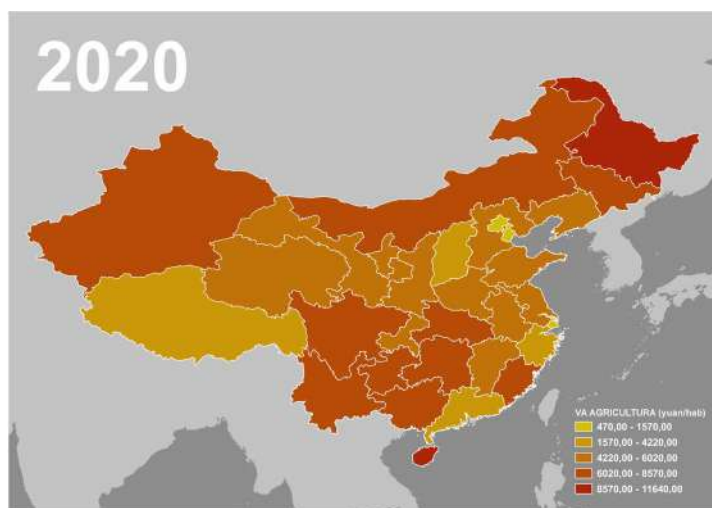
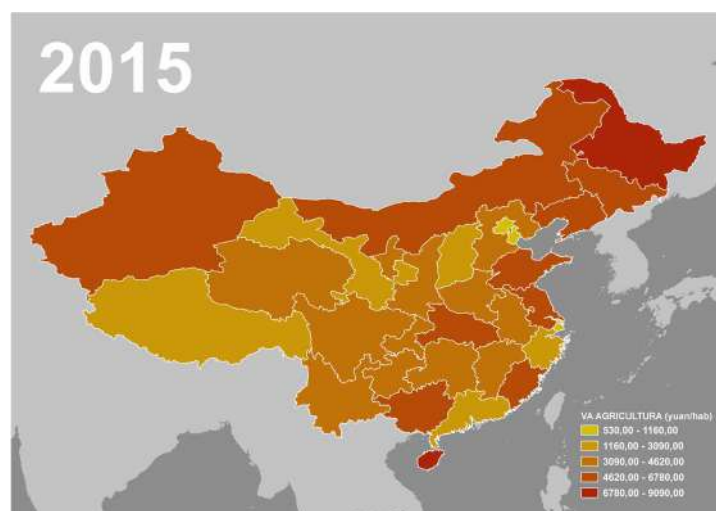
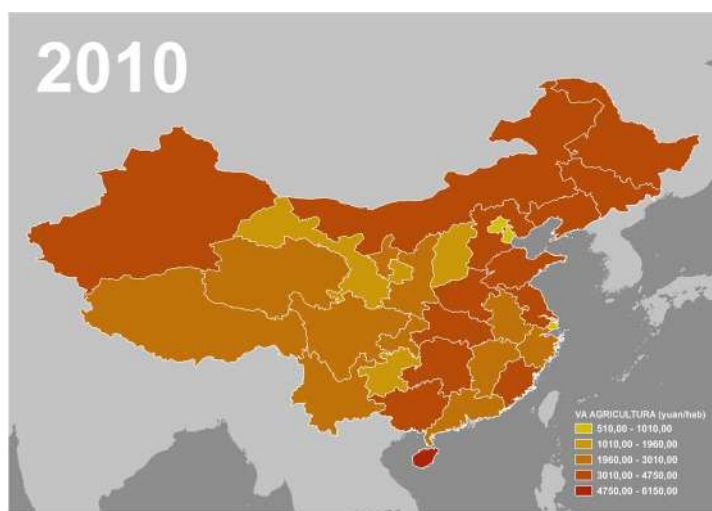
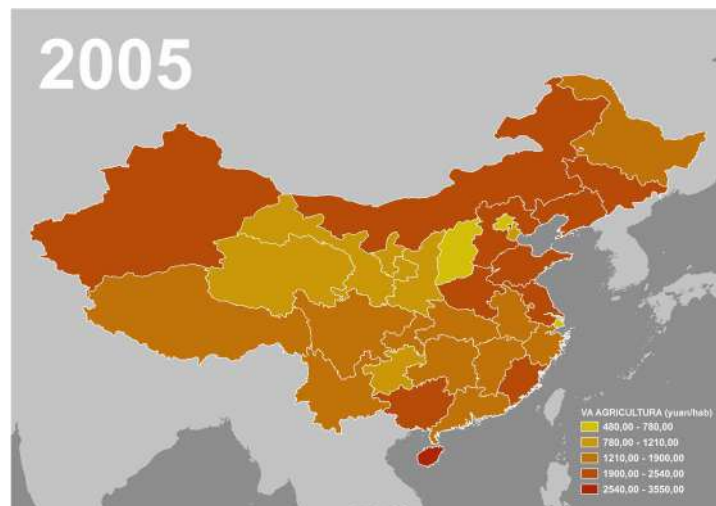


Figura 31 - Valor agregado no setor da Agricultura (yuan/hab) na China por província ao longo dos anos 2000, 2005, 2010, 2015, 2020 e 2023. Elaborado pela autora com dados do NBS (2025) através de classificação no modo quebra natural (Jenks).

O aumento do valor agregado da agricultura chinesa após 2010 pode ser compreendido como resultado de um conjunto articulado de transformações institucionais que reconfiguraram profundamente o campo, entre as quais se destaca o avanço da cooperativização, conforme discutido por Jabbour e Gabriele (2021). Longe de ser um fenômeno espontâneo, o crescimento agrícola desse período expressa a maturação de reformas voltadas a reorganizar a produção camponesa em bases mais eficientes, integradas e capazes de responder às novas demandas do desenvolvimento nacional. A promulgação da Lei de Fazendas Coletivas Especializadas, em 2007, representou o primeiro grande marco desse processo. A partir daí, o Estado chinês intensificou ações voltadas à construção de uma nova economia rural baseada na cooperação, o que teve impactos cada vez mais evidentes ao longo da década seguinte. Entre 2010 e 2020, as reformas ganharam profundidade e escala. Em 2015, a ampla reorganização do mercado de insumos agrícolas, que viabilizou a venda coletiva da produção. A aprovação das novas “leis sobre o uso da terra”, em novembro de 2016, consolidou a fase mais avançada da tendência de cooperativização ao permitir a formação de “vilas cooperativizadas”, associando diversas famílias camponesas em unidades de produção mais amplas e melhor organizadas.

Esse comportamento é observado de forma distribuída no continente e podemos ressaltar nessa análise que a província modelo do programa “Terceira Frente”, Hubei, apesar de ter no território ainda diversos seguimentos industriais como observado por Gao (2025) também segue o mesmo padrão de crescimento do valor agregado da agricultura após 2010, já em relação ao valor agregado da construção civil não ocorreu o mesmo padrão de crescimento. As áreas costeiras, principais áreas que foram alvo de políticas das ZEEs, apresentam relativa redução do valor agregado da agricultura ao longo do tempo, enquanto que quando se trata do valor agregado da construção civil não há expressiva variação.

Um fator que pode ter contribuído para que seja possível observar no espaço-tempo do contexto chinês consequências das políticas públicas aqui analisadas é o fato de que entre 1978 e 1984 houve a criação de 4 grandes bancos estatais: Banco Chinês da Indústria e Comércio, Banco Chinês da Construção, Banco Chinês da Agricultura e Banco da China. E após esse movimento também surgiram inúmeros bancos nacionais e regionais para suprir exigências da agricultura, construção civil, infraestrutura e financiamento (JABBOUR E GABRIELE, 2021). De modo que

centralização do sistema financeiro chinês no poder do Estado pode ter sido um fator determinante para subsidiar a aplicação de tais políticas públicas.

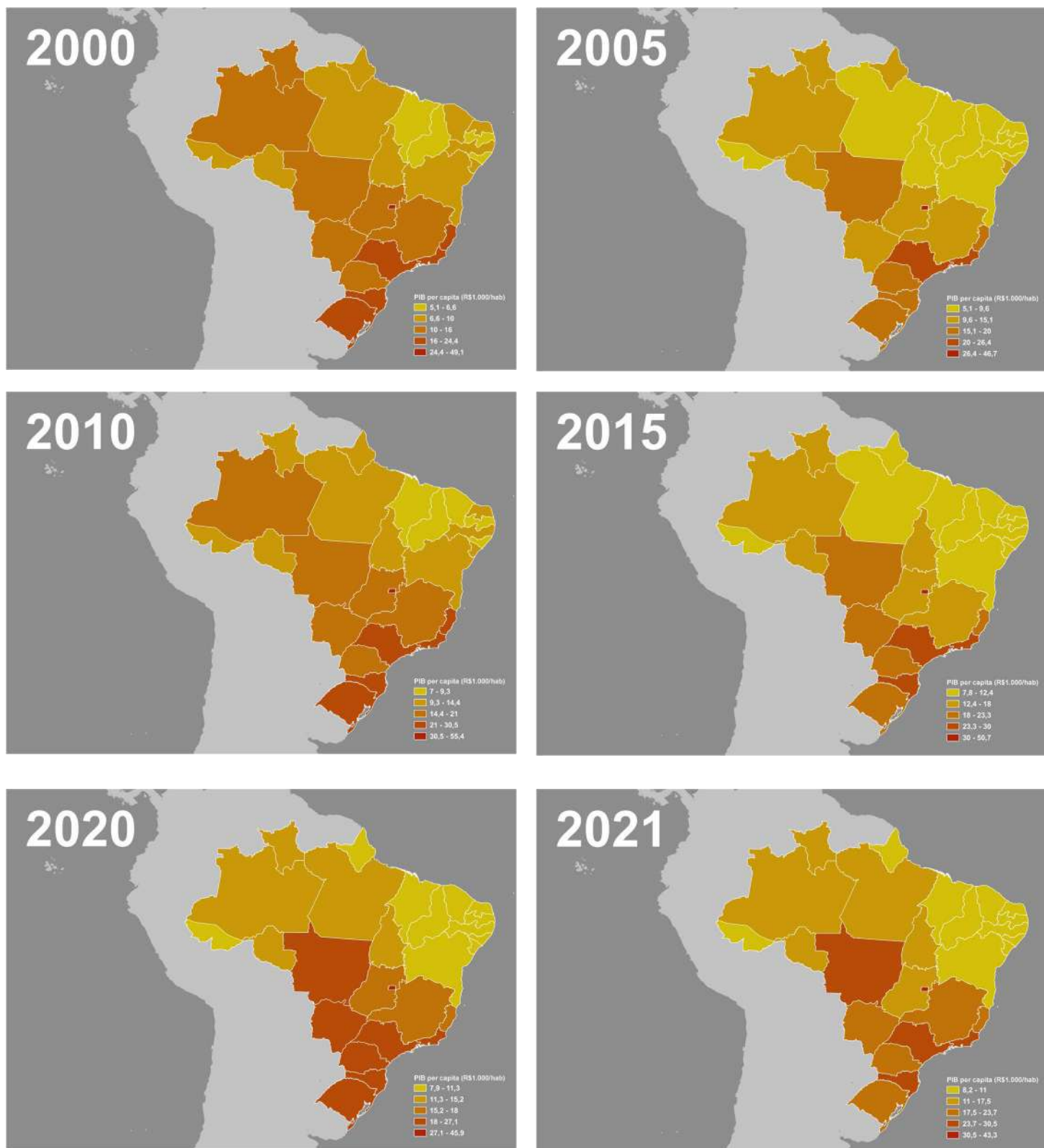


Figura 32 - PIB (R\$ 1.000/hab) no Brasil por estado ao longo dos anos 2000, 2005, 2010, 2015, 2020 e 2021.
Elaborado pela autora com dados do IPEADATA (2025) através de classificação no modo quebra natural (Jenks).

No caso brasileiro, políticas públicas que se assemelham das ZEEs chinesas a exemplo da criação da Zona Franca de Manaus nos anos 1960 resultaram de um contexto geopolítico e econômico mais amplo, marcado pela descentralização internacional da produção capitalista e pela busca de países industrializados por locais com custos menores e ambiente jurídico favorável para instalar partes de suas cadeias produtivas. A ditadura militar brasileira, articulando interesses internos e pressões externas da Guerra Fria, implantou na Amazônia uma área de livre comércio com fortes incentivos fiscais, simultaneamente reafirmando o alinhamento do Brasil ao “sistema de mercado” e criando condições para atrair capital estrangeiro. Assim, a Zona Franca de Manaus foi caracterizada como um ambiente que servia força de trabalho barata e pouca organização política (SERÁFICO, 2005).

“As memórias de Chen Yizi expressam o fascínio da delegação chinesa pelo “grande bolo” brasileiro – a capital modernista de Brasília, rodovias, prédios, fábricas elegantes, moradias modernas e carros pequenos para as massas. Chen observou que o PIB per capita do Brasil era cerca de 3 mil dólares na época, cerca de dez vezes o da China. Ele reconhecia a grande desigualdade de renda, mas sugeria que seria mitigada pelo programa brasileiro de alívio da pobreza. As pessoas pobres receberiam benefícios sociais que cobririam todas as suas necessidades básicas.” (WEBER, 2023)

Apesar se semelhantes em seu conceito, e de como visto pela Isabella Weber (2023) as políticas públicas brasileiras na década de 60, 70 terem resultado em um crescimento no PIB que chamou a atenção da delegação chinesa, a região em que foi implementada a Zona Franca de Manaus não sustentou um crescimento em seu PIB quando comparado a regiões que possuem como base de sua economia o setor agropecuário por exemplo. (SERÁFICO, 2005). E ainda como observado por Weber (2023) o “grande bolo” brasileiro cresceu de forma ainda mais concentrada.



CAPÍTULO 4: **Chá com soja:** **Aproximações** **teóricas**

Figura 33 - “Chá da Tarde” (Shi Xinning, 2004). Obra exposta na mostra ChinaArteBrasil (Oca, São Paulo, 2014)

O estudo do processo de urbanização na China contemporânea, sob o olhar de teóricos chineses e brasileiros, revela que as aparentes oposições entre campo e cidade, rural e urbano, moderno e arcaico, não devem ser compreendidas como dualismos rígidos, mas como unidades contraditórias, expressões dialéticas de um mesmo movimento histórico. Nessa perspectiva, os modelos de “urbanização sem industrialização”, observado no Brasil, e de “industrialização sem urbanização”, implementado na China maoísta, deixam de ser anomalias periféricas para se revelarem estratégias distintas de compreensão de fenômenos materiais, ambas marcadas pela reprodução desigual do espaço, são faces complementares de uma mesma lógica concreta.

O mesmo ocorre ao evocar dois produtos que remetem à cada um dos países aqui estudados, no caso o chá e a soja, nessa aproximação foi possível fortalecer de

forma alegórica que a relação entre o Brasil e a China não é simétrica e nem mesmo dual, assim como a comparação entre estes produtos que os simbolizam neste estudo. Quando tentamos mesmo que mentalmente comparar o chá com a soja é necessário entender que apesar de serem produtos comercializáveis no mercado possuem características, finalidades e simbologias distintas, mas que ainda assim são produtos que carregam história e contradição.

Deste modo foi preciso estabelecer uma leitura histórico-crítica do processo de urbanização chinês, compreendendo-o como um fenômeno atravessado por dinâmicas simultâneas de destruição e reconstrução, inscritas tanto na materialidade do espaço quanto nas relações sociais que o produzem. A partir do diálogo com Henri Lefebvre (2002), o primeiro capítulo afastou interpretações lineares que subordinam a urbanização à industrialização, ressaltando, ao contrário, a especificidade histórica e política da experiência chinesa. Nesse sentido, as reflexões de Mike Davis (2006) permitiram situar a China no interior da urbanização planetária contemporânea, destacando a escala suprarregional de seu desenvolvimento urbano e os custos sociais associados à intensificação das desigualdades intra e interurbanas.

A contribuição crítica de Otilia Arantes (2011) desempenhou papel fundamental na problematização simbólica e material da urbanização chinesa recente. A noção de Chai-na, articulada à máxima de Mao Zedong — “sem destruir não se constrói, com a palavra destruir em mente já se está construindo” —, revelou-se como uma alegoria pertinente para compreender a naturalização da demolição como estratégia de produção do espaço. Ao mobilizar alegorias, imagens e referências culturais, Arantes (2011) evidenciou como a construção de formas urbanas extremas se articula a projetos de poder, imagem e soft power, exemplificados, entre outros casos, pela sede da CCTV em Pequim. Essa leitura permitiu inserir a urbanização chinesa no debate mais amplo sobre modernidade, ruína e fetichização do futuro, sem perder de vista suas contradições sociais e territoriais.

Neste momento e partir de Milton Santos (1993) e Francisco de Oliveira (1982), foram retomadas categorias fundamentais para compreender a urbanização periférica, como as noções de “urbanização sem industrialização” e “cidades agrícolas” no Brasil. Em contraste, o caso chinês foi caracterizado pela política de “industrialização sem urbanização”, associada à estratégia da Terceira Frente (三線

建設), que permitiu uma intensa acumulação industrial sem a correspondente expansão urbana, mediada pelo sistema de registro residencial Hukou (RISKIN, 1987; CHAN, 1994; GAO, 2025; TAN, 2021). Essa comparação evidenciou que, embora ambos os países não tenham seguido o padrão clássico dos países do Norte Global, suas trajetórias revelam arranjos distintos entre Estado, trabalho, território e reprodução da força de trabalho.

A análise da propriedade pública da terra na China permitiu compreender como o controle estatal sobre o uso da terra operou como instrumento estratégico de planejamento territorial e regulação da urbanização. Conforme argumentam Ho (2001), Lin e Ho (2005) e Cao, Feng e Tao (2008), esse sistema possibilitou ao Estado chinês evitar a especulação imobiliária descontrolada e direcionar o desenvolvimento urbano e industrial segundo objetivos nacionais. No entanto, foi possível perceber no segundo capítulo os limites e contradições desse modelo, especialmente no que se refere às desigualdades entre áreas urbanas e rurais, às realocações forçadas e à precarização das condições de vida e trabalho de populações camponesas e migrantes (KNIGHT & SONG, 1999; YEH & WU, 1996).

Após estabelecer essas bases teóricas e históricas o presente trabalho desenvolveu uma abordagem mais sensível e alegórica para auxiliar a compreensão do processo de urbanização chinês. Esta abordagem articula materialismo dialético, contradição e alegoria, e dessa forma desloca-se a análise de uma leitura linear ou evolucionista do desenvolvimento urbano para uma abordagem que reconhece a coexistência de temporalidades, espacialidades e formas sociais distintas. Ao mobilizar o conceito de contradição, conforme elaborado por Mao Zedong (1937), Lefebvre (1995) e apropriado por leituras críticas contemporâneas, evidencia-se que as relações entre campo e cidade, tradição e modernidade, trabalho e capital não se configuram como oposições fixas, mas como unidades contraditórias em permanente transformação. Essa perspectiva permitiu tensionar interpretações dualistas da urbanização chinesa, aproximando-as de formulações críticas brasileiras que, como em Francisco de Oliveira (2003), compreendem o desenvolvimento como processo que rompe com a dualidade.

A análise das produções cinematográficas chinesas: Banhos (1999), Dead Pigs (2018), Last Train Home (2009) e Whose Utopia (2006), revelou-se fundamental para apreender a materialidade dessas contradições no espaço vivido. Longe de

funcionarem como meras ilustrações de processos previamente definidos, os filmes foram tratados como dispositivos analíticos capazes de condensar, em imagens, narrativas e silêncios, os efeitos sociais, espaciais e subjetivos da urbanização acelerada. Por meio deles, tornaram-se visíveis a dissolução de laços comunitários, a mercantilização da terra, a fragmentação das famílias trabalhadoras, a precarização do trabalho migrante e a subordinação do tempo biológico ao tempo abstrato da produção, fenômenos que atravessam tanto o espaço urbano quanto o rural, desfazendo fronteiras rígidas entre essas categorias.

Ao mesmo tempo, esta abordagem evidenciou especificidades centrais da trajetória chinesa, sobretudo quando comparada às experiências do Norte global e à urbanização brasileira. A presença do sistema Hukou, a garantia relativa de habitação e segurança alimentar mesmo em contextos de conflito, bem como a forte intervenção estatal na organização do território e do trabalho, revelam um padrão de urbanização que, embora profundamente contraditório, não pode ser compreendido exclusivamente a partir das categorias hegemônicas da globalização. Nesse sentido, os filmes analisados dialogam criticamente com leituras como as de Mike Davis (2006), Harvey (2014) e Milton Santos (2001), mas também reforçam a necessidade, como apontam Arantes e Ribeiro (2023), de pensar os processos globais a partir das experiências periféricas, evitando a reprodução de análises marcadas pela colonialidade do saber.

Dessa forma, a noção de que a urbanização chinesa se estrutura como um campo de tensões no qual diferentes formas de vida, regimes de trabalho e usos do espaço coexistem de maneira desigual, articulados por políticas estatais, dinâmicas de mercado e heranças históricas específicas. Essa leitura alegórica e dialética prepara o terreno para o capítulo seguinte, que se debruça sobre a dimensão empírica dessas contradições. Ao analisar a distribuição espaço-temporal de variáveis econômicas e demográficas a partir de dados censitários brasileiros e chineses, o buscamos nesse estudo evidenciar como o desenvolvimento desigual se materializa no território, permitindo conectar as experiências subjetivas e simbólicas discutidas às transformações estruturais observáveis na organização espacial ao longo do tempo.

Analisar políticas públicas no tempo e no espaço a partir de uma leitura comparativa entre China e Brasil, evidencia como decisões estatais, estratégias de desenvolvimento e instrumentos institucionais produziram padrões específicos de

urbanização, crescimento econômico e organização territorial. Ao mobilizar dados censitários e indicadores econômicos espacializados, avançamos na compreensão de que a urbanização não pode ser interpretada como simples consequência do crescimento econômico, mas como resultado de escolhas políticas que articulam território, trabalho, infraestrutura e inserção internacional.

No caso brasileiro, a análise confirmou a leitura crítica proposta por Milton Santos (1993) e Francisco de Oliveira (2003), segundo a qual a urbanização acelerada a partir da década de 1960 esteve profundamente associada à reorganização da relação cidade–campo e à formação de um amplo exército industrial de reserva. As chamadas cidades agrícolas revelam um padrão híbrido de urbanização, no qual a moradia urbana não se traduz em plena inserção no trabalho industrial formal, mas sustenta formas precárias e informais de reprodução social. Esse processo, longe de indicar uma urbanização “incompleta”, expressa uma lógica estrutural do desenvolvimento brasileiro, marcada pela centralidade da produção de commodities, pela concentração regional da renda e pela persistência da desigualdade socioespacial.

Quando tratamos sobre a experiência chinesa, por sua vez, a análise evidencia que o processo de urbanização foi fortemente condicionado por políticas públicas de caráter estratégico, entre as quais se destacam o programa da “Terceira Frente” e, posteriormente, a instituição das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs). A “Terceira Frente”, ao promover a dispersão industrial para o interior do país, aprofundou a tecnificação do território e consolidou formas específicas de organização urbano-rural baseadas nas danwei, ao mesmo tempo em que limitou a concentração metropolitana e retardou a expansão urbana por décadas (TAN, 2021; GAO, 2025). Já as ZEEs, ao priorizarem regiões costeiras com maior integração logística e internacional, funcionaram como laboratórios territoriais da abertura econômica, impulsionando a industrialização, a urbanização e o crescimento do PIB de forma espacialmente concentrada (JABBOUR E GABRIELE, 2021; NOVA, 2023).

A análise da variação espaço-temporal do PIB, do valor agregado da construção civil e da agricultura demonstrou que o desenvolvimento econômico chinês seguiu uma lógica planejada, na qual o Estado desempenhou papel central na coordenação dos investimentos, na regulação do uso da terra e na organização do sistema financeiro. A criação dos grandes bancos estatais e a centralização do crédito permitiram sustentar políticas territoriais de longo prazo, viabilizando tanto a

expansão urbana quanto a modernização agrícola (JABBOUR E GABRIELE, 2021). Nesse sentido, o crescimento do valor agregado da agricultura após 2010 não representa uma permanência do atraso rural, mas a consolidação de um processo de mecanização, cooperativização e integração produtiva do campo à estratégia nacional de desenvolvimento.

A comparação entre os dois países reforça, assim, a importância de compreender o desenvolvimento desigual como um processo historicamente situado e territorialmente produzido. Enquanto no Brasil a urbanização se deu de forma fragmentada e fortemente dependente das dinâmicas do mercado e da informalidade, na China ela foi moldada por uma combinação singular entre planejamento estatal, experimentação institucional e controle estratégico do território. Ainda que ambas as trajetórias revelem contradições profundas, os mecanismos que sustentam esses processos não são totalmente distintos.

Dessa forma, consolidamos neste estudo a ideia de que a leitura da urbanização e do desenvolvimento econômico exige uma abordagem espaço-temporal capaz de articular políticas públicas, variáveis econômicas e organização territorial. Instrumentos como a “Terceira Frente”, as ZEEs, o sistema de registro hukou e o sistema financeiro estatal interferiram diretamente na distribuição regional do crescimento chinês contrastados com políticas brasileiras como a Zona Franca de Manaus, reforça a tese central do trabalho: a de que o desenvolvimento urbano no Sul Global não pode ser explicado por modelos universais, mas deve ser analisado a partir de suas formações históricas específicas, de suas contradições internas e de suas estratégias de inserção na economia global.

Essa compreensão se aprofunda quando contrastamos o conceito de “cidades agrícolas”, elaborado por Milton Santos para explicar a urbanização brasileira centrada na logística do agronegócio, com o Plano Nacional para um Novo Tipo de Urbanização (NNUP) da China, que busca integrar campo e cidade por meio de uma urbanização “orientada para as pessoas”, com políticas de preservação agrícola, descentralização produtiva e universalização de serviços. Longe de solucionar todas as contradições, o NNUP reflete uma tentativa consciente de superar os desequilíbrios gerados pela fase anterior de crescimento acelerado, fase essa em que, paradoxalmente, o campo foi industrializado e a cidade foi despersonalizada. Ambos os modelos, apesar de seus contextos distintos, revelam que a fronteira entre

rural e urbano é porosa, funcional à reprodução ampliada do capital e à manutenção de hierarquias socioespaciais.

Para essa leitura não dualista reforçamos aqui a defesa da contradição como ferramenta para compreensão da realidade concreta e do caminho a ser seguido, formulada por Mao Zedong, essa postura ressoa nos questionamentos de Francisco de Oliveira, para quem o “atrasado” e o “moderno” se implicam mutuamente no Brasil, e nas críticas de Fulong Wu, que rejeita a ideia de marginalidade absoluta e mostra como os migrantes rurais são plenamente integrados à economia global, ainda que em posições precárias.

Essa sobreposição se manifesta de forma aguda nas relações entre tempo, espaço e trabalho, especialmente na ruptura com o ciclo circadiano operada pela lógica industrial. Assim, a urbanização contemporânea, tanto chinesa quanto brasileira, configura-se não como um fenômeno linear ou homogêneo, mas como um campo de forças contraditórias, onde o passado não desaparece, mas é continuamente reescrito, apagado e reinscrito, formando um palimpsesto geográfico que carrega, em cada traço, as marcas da desigualdade e da resistência.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. Chai-na. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

ARANTES, Pedro; RIBEIRO, Cláudio. Western fantasy and tropical nightmare: Spectacular architecture and urban warfare in Rio. Routledge, 2023.

ARRIGHI, Giovanni. Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008

BENJAMIN, Walter. O anjo da história. São Paulo: Autêntica, 2012

CAMPANELLA, Thomas J. The Concrete Dragon: China's Urban Revolution and What it Means for the World. New York: Princeton Architectural Press, 2008.

CAO, G.; FENG, C.; TAO, R. Local “land finance” in China's urban expansion: Challenges and solutions. China E World Economy, v. 16, n. 2, p. 19-30, 2008.

CHAN, K. W. Urbanization and Rural-Urban Migration in China Since 1982: A New Baseline. Modern China, v. 20, n. 3, p. 243-281, 1994.

CHEN, Mingxing; GONG, Yinghua; LU, Dadao; YE, Chao. Build a people-oriented urbanization: China’s new-type urbanization dream and Anhui model. Land Use Policy, Volume 80, Pages 1-9, 2019.

CHENG, Tiejun; SELDEN, Mark. The origins and social consequences of China’s Hukou System. The China Quarterly, n. 139, p. 644-669, Sept. 1994.

COUTINHO, S. R.. UFRJ terá parceria com gigante da Tecnologia de Informação e Comunicação. Revista digital Conexão UFRJ, 2024. Disponível em: <<https://conexao.ufrj.br/2024/01/ufrj-tera-parceria-com-gigante-da-tecnologia-de-informacao-e-comunicacao/>> Acesso em: 03/05/2024

DAVIS, Mike. Planeta Favela. Tradução de Beatriz Medina – São Paulo: Boitempo, 2006.

FANG C, MA H, WANG J. A Regional Categorization for “New-Type Urbanization” in China. PLoS ONE 10(8), 2015.

FERNANDES, Florestan. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. São Paulo: Global, 2009.

FERNANDES, Florestan. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. São Paulo: Global, 2009.

FORTUNATO CRUVINEL, Aline Cristina. Os conjuntos habitacionais da Aliança para o Progresso como paisagens da dependência econômica latino-americana. Paranoá, [S. l.], v. 17, p. e46926, 2024. DOI: 10.18830/1679-09442024v17e46926. Disponível em: <https://www.periodicos.unb.br/index.php/paranoa/article/view/46926>. Acesso em: 11 maio. 2024.

GAO, Y., TAN, G., ZHU, J. *et al.* Spatial distribution and determinants of “Terceira Frente” built heritage: insights from West Hubei Province, China. *npj Herit. Sci.* **13**, 304 2025.

GARCIA, ANA SAGGIORO . Investimentos da China no Brasil, na África do Sul e na Índia: arranjos institucionais, atores e impactos. Revista Tempo do Mundo, n. 22, abr. 2020

Governo da República Popular da China. Plano Nacional para um Novo tipo de Urbanização - NNUP: 2014 - 2020. Agência de Notícias Xinhua, Pequim. Disponível em: <https://www.gov.cn/zhengce/2014-03/16/content_2640075.htm> Acesso em: maio de 2025.

HARVEY, David. Cidades Rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HO, P. Who owns China's land? Policies, property rights and deliberate institutional ambiguity. The China Quarterly, v. 166, p. 394-421, 2001.

HO, S. P. S.; LIN, G. C. S. Emerging Land Markets in Rural and Urban China: Policies and Practices. The China Quarterly, v. 175, p. 681-707, 2003.

HULSHOF, Michiel; ROGGEVEEN, Daan. How the city moved to Mr Sun. SUN, Amsterdam, 2011.

IBGE. Dados de taxa de urbanização por estado brasileiro. Disponível em: <<https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=0&vcodigo=CD91&t=populacao-situacao-domicilio-populacao-presente-residente>> Acesso em: maio de 2025.

IPEADATA. *Dados de PIB por estado brasileiro*. Disponível em: <<https://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>> Acesso em: maio de 2025

JABBOUR, E; GABRIELE, A. China: o socialismo do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2021.

JINPING, Xi. O Materialismo Dialético é a Visão de Mundo e a Metodologia dos Comunistas Chineses. 2015. Disponível em: <https://traduagindo.com/2020/12/24/xi-jinping-o-materialismo-dialetico/>. Acesso em: outubro de 2025.

KNIGHT, J.; SONG, L. The Rural-Urban Divide: Economic Disparities and Interactions in China. Oxford University Press, 1999.

LEFEBVRE, Henri. Lógica formal, lógica dialética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LEFEBVRE, Henri. Revolução Urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

LIN, G. C. S.; HO, S. P. S. The State, Land System, and Land Development Processes in Contemporary China. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 95, n. 2, p. 411-436, 2005.

MAJEROWICZ, ESTHER; PARANÁ, EDEMILSON. China no capitalismo contemporâneo. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2022

MOREIRA, Renata Couto; FALEIROS, Rogério Naques. Reflexões sobre a revolução chinesa: A transição socialista em debate. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2020

MURTON, G. Roads to China and infrastructural relations in Nepal. *Environment and Planning C: Politics and Space*, 38(5), 840-847, 2020.

NABUCO, P. Hukou e migração na China: alguns apontamentos sobre divisão do trabalho. *Rev econ contemp* [Internet]. 2012 May;16(2):237–58. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1415-98482012000200004>>

NBS - National Bureau of Statistics of China. *Annual per province National Data*. Disponível em: <<https://data.stats.gov.cn/english/easyquery.htm?cn=E0103>> Acesso em: janeiro de 2025.

NOVACK, George. Introdução à lógica marxista. Editora José Luiz e Rosa Sundermann, (1969) 2005.

OLIVEIRA, F. de. O Estado e o urbano no Brasil. Espaço & Debates, n.6, São Paulo, jun.-set. 1982, pp. 36-54.

OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista/O ornitorrinco. Publicado originalmente em 1981. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2003.

OURIQUES, Helton Ricardo; ANDRADE, Ricardo Sugai de. A mobilidade do trabalho na china: O sistema de registro Hukou. PESQUISA E DEBATE, SP, v. 20, n. 2 (36) p. 233-257, 2009.

Plano Nacional para um novo tipo de urbanização [NNUP]. Agência de Notícias Xinhua, Pequim, China, 2024. Disponível em: <https://www.gov.cn/zhengce/2014-03/16/content_2640075.htm>

RIBEIRO, C. R. Paisagem da dependência no Rio de Janeiro: história das técnicas para a crítica do urbanismo. 27 f. Projeto de pesquisa – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

RIBEIRO, Cláudio; CAVALLAZZI, Rosângela; FERREIRA, Lígia; PANNON, Giulia; SOUZA, Paula de; FONTES, Lucas. URBANIZAÇÃO PERIFÉRICA COMO PRODUTORA DE NOVOS LUGARES TEÓRICOS E PEDAGÓGICOS: a experiência do PERIFAU-LADU. Anais eletrônicos do encontro internacional do grupo de estudos multidisciplinares em arquiteturas e urbanismos do sul - maloca v. 1, n. 1, 2017.

RISKIN, C. China's Political Economy: The Quest for Development since 1949. Oxford University Press, 1987.

SAID, Edward. Orientalismo: O Oriente Como Invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. Urbanização Brasileira. Publicado originalmente em 1993 São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SASSEN, Saskia. A Cidade Global: Nova York, Londres, Tóquio. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SERÁFICO, José; SERÁFICO, Marcelo. A Zona Franca de Manaus e o capitalismo no Brasil. Dossiê Amazônia Brasileira II. Estud. av. 19 (54), 2005.

TAN, G., GAO, Y., XUE, C. Q. L., & XU, L. 'Third Front' construction in China: planning the industrial towns during the Cold War (1964–1980). *Planning Perspectives*, 36(6), 1149–1171. 2021.

TSÉ-TUNG, Mao. Sobre a prática e sobre a contradição. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 1999.

WANG, Heng. China's Approach to the Belt and Road Initiative: Scope, Character and Sustainability, *Journal of International Economic Law*, Volume 22, Issue 1, Pages 29–55, 2019.

WEBER, Isabella M. Como a China escapou da terapia de choque: o debate da reforma de mercado. São Paulo: Boitempo, 2023.

WU, Fulong and WEBSTER, Christopher John . Introduction: China's urban marginalization in comparative perspectives. WU, Fulong and WEBSTER, Christopher John, eds. *Marginalization in Urban China: Comparative Perspectives International Political Economy Series*, Basingstoke: Palgrave Macmillan, pp. 1-14, 2010.

WU, Fulong. China's changing urban governance in the transition towards a more market-oriented economy. *Urban Studies*, v. 39, n. 7, p. 1071-1093, 2002.

WU, Fulong. *China's Emerging Cities: The Making of New Urbanism*. London: Routledge, 2007.

WU, Fulong. Planning China's Future: How planners contribute to growth. *Journal of the American Planning Association*, v. 81, n. 1, p. 6-21, 2015.

WU, Fulong. *Planning for Growth: Urban and Regional Planning in China*. London: Routledge, 2016.

WU, Fulong. *Urban Development in Post-Reform China: State, Market, and Space*. London: Routledge, 2006.

WU, Fulong; ZHANG, Fangzhu; WEBSTER, Chris J. *Rural Migrants in Urban China: Enclaves and Transient Urbanism*. London: Routledge, 2013.

YEH, A. G. O.; WU, F. The New Land Development Process and Urban Development in Chinese Cities. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 20, n. 2, p. 330-353, 1996.

ZHANG, X.; SONG, S. Rural-Urban Migration and Urbanization in China: Evidence from Time-Series and Cross-Section Analyses. *China Economic Review*, v. 14, p. 386-400, 2003.